



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - N° 062 - TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2006 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF
1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC	4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO
2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT	
1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB	Suplentes de Secretário
2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) - 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
LÍDER Ney Suassuna	LÍDER Delcídio Amaral – PT	LÍDER José Jorge – PFL
VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾	VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral	VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino
LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna	VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro	VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾
VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT
VICE-LÍDER DO PDT (vago)	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾
LÍDER DO PMR- 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena	
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 44^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 24 DE ABRIL DE 2006

1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Comunicação da Presidência	
Deferimento dos Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, considerando que a pauta se encontra sobrestada pela Medida Provisória nº 278 e pelos Projetos de Lei de Conversão nºs 8 e 9, de 2006	12950
1.2.2 – Discursos do Expediente	
SENADOR GILVAM BORGES – Retrospectiva sobre a vida política do Senador José Sarney no transcurso do seu 70º aniversário. Registro da liberação de recursos para o município de Tartarugalzinho.....	12950
O SR. PRESIDENTE (Senador Alvaro Dias) – Associa-se às homenagens prestadas ao Senador José Sarney.....	12954
1.2.3 – Leitura de projetos	
Projeto de Lei do Senado nº 99, de 2006-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, de modo a isentar as cooperativas de crédito de Contribuição para a Seguridade Social (COFINS).....	12954
Projeto de Resolução nº 31, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências....	12956
Projeto de Resolução nº 32, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para vedar a realização simultânea de mais de três reuniões de comissões permanentes ou temporárias. <i>Abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a mesa para recebimento de emendas, nos termos do art. 401, § 1º do Regimento Interno.</i>	12958
Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária ao Código Civil e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.....	12958
Projeto de Lei do Senado nº 101, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera o art. 8º e acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, de forma a dispor sobre a composição do Conselho Nacional de Educação (CNE).....	12960
Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera as Leis nºs 3.268, de 1957, e 4.324, de 1964, para dispor sobre o exame de proficiência dos médicos e dos cirurgiões dentistas.....	12962
Projeto de Lei do Senado nº 103, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para determinar a responsabilidade sucessória do adquirente, a qualquer título, de empreendimento imobiliário.....	12964
1.2.4 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 118, de 2006 (nº 241/2006, na origem), de 17 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.....	12965
Nº 119, de 2006 (nº 242/2006, na origem), de 17 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil na República da Letônia, desde que obtido o agrément do governo desse país.	12966
Nº 120, de 2006 (nº 243/2006, na origem), de 17 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação da Senhora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Coréia.	12991
1.2.5 – Parecer	
Nº 373, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, de autoria do Senador José	

Sarney, que autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal..... 13001

1.2.6 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 23/2006, de 15 do março último, comunicando a aprovação, com as Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ, em reunião realizada naquela data, do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, que autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal. 13013

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. 13013

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Saudação ao Senador José Sarney pelo transcurso, hoje, do seu aniversário. Visita à região Norte do rio Araguaia, no Estado do Mato Grosso, para participar do evento da retomada das obras na rodovia 158. Abertura do Festival da Pesca em Barra do Bugre..... 13013

SENADOR MÃO SANTA – Debate sobre as dificuldades enfrentadas pelo estado do Piauí no setor de transporte aéreo. 13015

SENADOR TIÃO VIANA – Início da Campanha Nacional de Vacinação dos idosos contra a gripe. Homenagens ao Senador Sarney no transcurso do seu aniversário. Considerações sobre Sistema Único de Saúde. 13017

SENADOR ALVARO DIAS – Homenagens pelo aniversário do Senador José Sarney. Críticas à negativa da Caixa Econômica Federal em prestar informações sobre a loteria federal. 13020

SENADORA IDELI SALVATTI – Regozijo pelo anúncio da auto-suficiência do Brasil na produção de petróleo. 13031

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Elogios ao Presidente Lula pela manifestação de respeito ao Poder Legislativo. Auto-suficiência de petróleo pelo Brasil. Apoio do governo federal as dificuldades enfrentadas pelo Estado do Pará, em virtude das enchentes. Comemoração, hoje, do aniversário do Senador José Sarney. 13033

SRA. PRESIDENTE (Senadora Ideli Salvatti) – Associa-se as homenagens prestadas ao Senador José Sarney. 13035

SENADOR PAPALÉO PAES – Homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Taciano Pereira.. 13035

1.2.9 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PEDRO SIMON – Comentários a textos jornalísticos sobre as dificuldades enfrentadas pela classe média nos últimos vinte e cinco anos..... 13036

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas ao índice adotado pelo COPOM – Comitê de Política Monetária do Banco Central, para redução da taxa básica da economia – Selic. Registro de matéria intitulada “Risco de desequilíbrio”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 17 de abril do corrente. 13037

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro da matéria intitulada “O momento da verdade”, publicada pela revista **IstoÉ**, em sua edição de 19 de abril do corrente. 13041

SENADOR LUIZ PONTES – Comentários a artigo intitulado “Questão semântica”, de autoria do escritor Carlos Heitor Cony, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 12 de abril do corrente. 13044

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da matéria publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 12 de abril deste ano, de autoria do jornalista Ronaldo França, intitulada “Um país de cabeça para baixo”..... 13045

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro da matéria intitulada “Governo no fundo do poço”, publicada pelo **Jornal da Comunidade**, em sua edição semanal de 1º a 7 de abril de 2006. 13047

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Registro da matéria intitulada “O efeito estufa de Lula”, de autoria do jornalista Otávio Cabral, publicada pela revista **Veja**, em sua edição de 12 de abril do corrente..... 13050

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários ao editorial intitulado “Até onde foi a trama”, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo**, em sua edição de 4 de abril deste ano..... 13051

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Transcrição de matérias referentes aos dados apresentados pelo Instituto Internacional de Finanças – IIF, sobre a previsão de crescimento econômico para o Brasil em 2006..... 13053

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Transcrição de matérias publicadas pelo jornal **O Estado de S.Paulo**, em sua edição de 18 de abril do corrente, sobre saques realizados por integrantes do Movimento dos Sem-Terra em Recife e invasões de fazendas em municípios do extremo oeste do estado de São Paulo. .. 13056

SENADOR VALMIR AMARAL – Homenagens a Brasília pelo transcurso do seu quadragésimo sexto aniversário..... 13057

1.2.10 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária do Senado Federal, amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 13058

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Abri de 2006

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Terça-feira 25 12949

Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão de 5-4-2006	13061
3 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 93 a 95, de 2006	13062
4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL	
Nºs 724 a 728, de 2006	13064
<u>SENADO FEDERAL</u>	
5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
– 52ª LEGISLATURA	
6 – SECRETARIA DE COMISSÕES	
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PER- MANENTES	
9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PAR- LAMENTAR	

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR
11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR
12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER- CIDADÃ BERTHA LUTZ
<u>CONGRESSO NACIONAL</u>
13 – CONSELHO DA ORDEM DO CON- GRESSO NACIONAL
14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SO- CIAL
15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUN- TA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)
16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
17 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 44^a Sessão não Deliberativa, em 24 de abril de 2006

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, João Alberto Souza, Alvaro Dias,
Luiz Otávio e da Sra. Ideli Salvatti*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência, considerando que a pauta se encontra sobrestada pela Medida Provisória nº 278 e pelos Projetos de Lei de Conversão nºs 8 e 9, de 2006, deferiu, nos termos do art. 41 do Regimento Interno, **ad referendum** do Plenário (art. 43, II), os Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006.

A Presidência providenciará a convocação do suplente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna homenagear um dos mais ilustres políticos do nosso País e da nossa história presente. Refiro-me ao Senador José Sarney, lembrando que a história é resultado de uma longa sedimentação da vida, e o destino das nações se faz, em grande parte, pelo processo político. A história de um país é a soma de todas as histórias que fazem as sociedades. E, na história do nosso País, sem esquecer dos que lutaram pela democracia e pela liberdade, tenho como necessário o reconhecimento dos relevantes serviços prestados por José Sarney, como Presidente da República, como Presidente do Senado Federal por dois períodos – de 1995 a 1997 e de 2003 a 2005 –, e como escritor, além de outras atividades que exerce.

Os filósofos gregos entendiam a política como uma ciência superior, determinante de qualquer organização social e com inquestionáveis reflexos sobre a

vida dos indivíduos, e a democracia como o regime governado pelo povo. Isso há cerca de 2.500 anos.

Muitos homens refletem, por meio do trabalho e da maneira de atuar, a importância da política para uma sociedade e para seu regime de governo.

Na história do Brasil, vivenciamos isso quando, em 15 de março de 1985, pela primeira vez em vinte anos, um civil, o Senador José Sarney, chegou à Presidência da República. Essa data estará sempre gravada na história do Brasil, porque nesse dia encerrou-se um período de luta armada, da tortura como pressão política e de falta de liberdade. Muitos brasileiros foram exilados ou desapareceram. As aflições e dores provocadas pela opressão e pela falta de liberdade atingiram a todos, tanto os que partiram para o exílio quanto os que permaneceram no País e estiveram diretamente sob a ditadura militar.

As circunstâncias que levaram José Sarney ao poder foram dramáticas e resultaram de uma longa batalha das forças políticas brasileiras pela democracia. O Brasil chorava a morte de Tancredo Neves, que se tornara Presidente pelo Colégio Eleitoral. O Vice-Presidente Sarney tinha um grande desafio pela frente: a consolidação da democracia no País.

Durante seu governo, o Presidente José Sarney legalizou partidos políticos de esquerda, abriu as portas à liberdade sindical, introduziu o hábito das negociações patrões/empregados e retirou o que sobrava do entulho autoritário da ditadura militar. E foi ainda nesse Governo do Presidente José Sarney que a Constituição Cidadã, maior realização do peemedebista Ulysses Guimarães, foi promulgada. Os direitos e garantias fundamentais para o povo brasileiro estavam firmados, a democracia estava consolidada.

Com a grandeza do ser humano e homem público, reconheceu publicamente seus erros, relativos a alguns planos econômicos, mas o legado da consolidação da democracia suplanta as intempéries de um governo coerente, cujos problemas de ordem política e social foram resolvidos com serenidade e harmonia com os demais poderes da República.

A transição para a nova ordem que se instalava no Brasil foi levada com a firmeza peculiar do político Sarney e absolutamente necessária ao momento histórico da instalação da democracia. As virtudes da paciência, da tolerância e a visão humanista foram fundamentais para que o Brasil enterrasse no baú da História o período autoritário da ditadura.

Ao final do seu Governo, em 1990, tornou-se representante do Amapá no Senado Federal, colocando sua experiência política a serviço do nosso Estado. Durante essa representação, legou ao Brasil feitos importantes para a aproximação do Parlamento com a população, criando, em 1996, a TV Senado, instrumento de fiscalização da atuação parlamentar. Trabalhou pelas minorias, produzindo o primeiro projeto que estabeleceu quotas para negros nas universidades e concursos públicos, grande trabalho de ações afirmativas, visando à inserção social.

Falo isso como exemplos, Sr^{as}s e Srs. Senadores, das atividades do democrata José Sarney. Por meio de seu trabalho, nosso querido Estado do Amapá obteve várias e importantes vitórias, como a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, o que possibilitou a instalação da Suframa, que efetua investimentos na infra-estrutura do Estado. Sua atuação pelo Amapá é real, concreta, alvíssareira. As grandes obras implantadas naquele Estado correspondem aos objetivos do PMDB, que são desenvolvimento e investimento em infra-estrutura.

É inegável, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o trânsito político do Senador José Sarney em Brasília e no mundo. Trata-se de um estadista, que marcou a história do Brasil ao assumir a Presidência da República após a ditadura militar. Havia uma colcha de retalhos, mais de duas mil greves. As comportas sociais se abriram e, pelo destino, o País teve a benção de ter José Sarney à frente da grande transição. Marcou-se o período do grande líder, que recebia todas as correntes políticas, que abria o País para os grandes investimentos. Lá, José Sarney cumpria, **pari passu**, todos os entendimentos formalizados Brasil afora em campanha com o saudoso Presidente Tancredo Neves.

No Palácio do Planalto, as suas portas sempre estiveram abertas e, como Deus é bom com o Brasil, lá estava o homem do equilíbrio.

José Sarney traçou a sua vida pública e política, vinda dos rincões do Maranhão, embasado na personalidade equilibrada do respeito à condição humana, tanto que, no Estado do Maranhão como no Estado do Amapá, S. Ex^a nunca deixa de receber qualquer liderança política ou qualquer segmento social.

O que mais impressiona são aqueles que têm a rara oportunidade do convívio com José Sarney. In-

tellectual, membro da Academia Brasileira de Letras, homem que, como Pedro Simon e tantos outros, faz pronunciamento, desta tribuna, reportando-se aos últimos 50 anos.

Presidente José Sarney, V. Ex^a presidiu o Senado por duas oportunidades e conviveu com seus Pares nesta augusta Casa – que estipula a idade mínima para os Senadores da República em 35 anos – e, nesses últimos quatro Governos, esteve sempre à frente e nos bastidores, partilhando suas experiências com os que chegavam no Palácio do Planalto.

Quando era Presidente Fernando Henrique Cardoso e, agora, o Presidente Lula, José Sarney sempre está de portas abertas.

Hoje, Presidente José Sarney, é um dia importante para o Amapá e para o Brasil. V. Ex^a é o mais antigo Parlamentar brasileiro. Com a vitalidade que tem, com a disposição que tem, prestigia-nos. Eu sei, como muitos amapaenses sabem, da sua importância. O Amapá alcançou, recentemente, a sua maioridade, com a Constituição de 1988. V. Ex^a chegou ao Amapá e o povo amapaense, com a sua sabedoria, recebeu-o de portas abertas e sem arrependimento, porque, nesses 16 anos em que V. Ex^a convive conosco, só temos aprendido e recebido, com o seu prestígio, obras importantes e estratégicas para nosso desenvolvimento. Não vou falar das obras que prosperam no Amapá, mas todas são estratégicas, sob a sua liderança, junto com os Parlamentares do nosso Estado, como a BR, a ponte, o aeroporto, o Hospital Sarah Kubitschek e tantas obras prosperando. V. Ex^a tem sido uma bênção para o Amapá.

Como seu colega e amigo, não poderia deixar de, nesta tarde, registrar, da tribuna do Senado Federal, a nossa alegria em tê-lo conosco, com a vitalidade e a saúde intelectual. V. Ex^a escreveu dois livros no Amapá, **Saraminda e Amapá – Terra Onde o Brasil Começa**. Presidente Sarney, isso é muito importante para nós.

Não quero entrar no mérito das grandes obras e dos grandes programas sociais que V. Ex^a implementou e fez prosperar no Brasil e dos grandes projetos que geraram desenvolvimento para a nossa Pátria. Quero falar do homem, do amigo, dessa pessoa que sempre tem um sorriso, um abraço e uma palavra. José Sarney é um brasileiro na essência, um intelectual que se curva também aos mais humildes, tratando-os de igual para igual, indistintamente.

O Sr. João Alberto Souza (PMDB – MA) – Senador Gilvam Borges!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concedo um aparte ao Senador João Alberto.

O Sr. João Alberto Souza (PMDB – MA) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a, dessa tribuna, tem feito grandes

levantamentos sobre os problemas do Amapá, conhecedor profundo que é dos problemas do seu Estado.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. João Alberto Souza (PMDB – MA) – Serei breve, mesmo porque V. Ex^a faz um pronunciamento que deveria ser bem ouvido por todos aqueles que gostam do Brasil. Conheço bem José Sarney. É um bom amigo, um bom pai, um bom filho, um bom esposo, um homem que pensa primeiro em seus semelhantes. O Amapá ganhou muito com José Sarney. Nas rodas, nas conversas, nas audiências, o Presidente José Sarney procura sempre lembrar primeiro o Estado do Amapá, que é a terra que ele adotou como sua. Ao pronunciamento de V. Ex^a, eu aduziria apenas duas coisas, para não lhe tomar o tempo. Primeiro, quando houve o golpe de Estado no Brasil, José Sarney foi eleito em primeiro turno Governador do Estado do Maranhão, o único Estado brasileiro onde não se usou o Ato Institucional, aquele que permitia a perseguição. José Sarney não o usou contra os seus semelhantes, não usou contra a Oposição. Ele sempre foi um homem da concórdia, que procurou sempre colocar o benefício social acima dos seus problemas pessoais. Quando José Sarney era Presidente da República, este País deu o seu maior salto e os mais humildes e pobres tiveram vez. O que V. Ex^a está falando na tribuna nada mais é do que ressaltando um real estadista que é o Senador José Sarney. Como V. Ex^a lembrou, S. Ex^a é membro da Academia Brasileira de Letras, da Academia Portuguesa de Letras, da Academia Maranhense de Letras, de várias academias. Quando eu vejo alguém – são poucos – retratar o Senador José Sarney, sempre digo que é inveja por não poder chegar perto dele. O Brasil deve muito a S. Ex^a, bem como o Maranhão e o Amapá. Eu gostaria de que o Senador José Sarney vivesse cem anos ou mais, para que desse sempre o exemplo à mocidade, aos que nasceram depois de nós. Muito obrigado, Senador. Parabenizo V. Ex^a por esse excelente pronunciamento em que retrata para o Brasil a figura do Senador José Sarney.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Senador João Alberto, incorporo o aparte de V. Ex^a, que enriquece e ratifica as palavras que aqui pronuncio desta tribuna. V. Ex^a, como tantas outras Lideranças, teve e tem a oportunidade do convívio com José Sarney. Esse reconhecimento justifica a minha vinda a esta tribuna. Eu venho com alegria, porque sei da importância do Presidente Sarney para o Amapá e para o Brasil.

Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a foi iluminado hoje. Neste 24 de

abril, trazemos ao plenário esta festa, que, pelas características...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Setenta anos, Senador Mão Santa, de muita luta e de muito trabalho do Presidente Sarney, de uma grande trajetória!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – (...) não pode ser uma festa só do Presidente Sarney nem só da sua família, nem só de São Luís, nem apenas do Maranhão, mas do Brasil e do mundo. Atentai bem! Todos temos uma história para contar do Presidente Sarney – e pedi a compreensão do Senador Alvaro Dias, que também tem pai. Feliz do país que tem um homem, um exemplo! Eu queria lembrar um episódio, porque sou filho de maranhense – Alecrim, nº 380; Euclides Faria, perto da Igreja Santo Antônio. Eu passava as minhas férias de infância lá, quando comecei a ver o Presidente Sarney surgir na política. Conhecemos aquele que foi tão bem analisado, verifica-se nele consenso e paz. Esse homem foi um grande guerreiro e construtor não só da página recente do País, mas já o era muito antes. Vou relembrar para a história. Atentai bem! O Maranhão... A política vergonhosa do Brasil permitiu que o mais poderoso homem de comunicação da história do mundo, Assis Chateaubriand – os Diários Associados eram mais importante do que a Rede Globo, nos devidos tempos da história –, perdesse uma eleição ao Senado. O PSD viu que deveria aquinhãoá-lo. Não podiam perder para o PSD, de Juscelino Kubitschek; ele seria importante. Foi em cima do Maranhão. Todos os Senadores renunciaram para que houvesse nova eleição. Assis Chateaubriand... Sarney contestou. Atentai bem! Na época, os Diários Associados eram muito mais poderosos dentro da relatividade da comunicação. E, muito jovem, foi eleito Deputado Federal – o suplente assumiu – e chamou a atenção do País, mas era o construtor das liberdades. Quando havia os líderes da antiga ditadura, ele era mais bravo, mais bravo do que eu. Ele era membro da banda de música da UDN, combatendo aqueles que queriam atrasar este País. Conhecemos o Sarney, que saiu para candidatar-se – e sou testemunha: meninos, eu vi! – a Governador do Estado. Não foi só eleito, não. Senador Edison Lobão, tenho muito respeito por V. Ex^a, mas o Governo de Sarney foi extraordinário para a época. É muito difícil julgar o homem de acordo com a época. Eu tomava banho na praia que fica antes do Olho d'Água. Aquela primeira ponte, para a época, foi um salto, uma evolução, a liberdade; houve também o primeiro grande museu da história, o desenvolvimento cultural, a universidade. E tudo aquilo em meio ao período mais difícil: primeiro, a instalação da ditadura. Deus o preparou. Foi obra de Deus tirar esse homem lá dos Pinheiros! Ele pegou os momentos mais difíceis do início da ditadura e teve

um comportamento firme e democrático; ele enfrentou também os momentos mais difíceis para conseguir o renascimento da democracia, o seu ressurgimento. Deus lhe deu a capacidade para conduzir a transição. Agora, quero dar o meu testemunho. Conheci o Sarney. Ele é um “animal político” – como disse Aristóteles, “o homem é um animal político”. Senador Edison Lobão, eu, médico novo, já em Parnaíba, no rio Igaraçu, no Cabana, algumas vezes vi o Sarney, de madrugada, meia-noite. Havia um grande empresário da cera, o Furtado, que o hospedava, para ele poder fazer política no Maranhão. Deus me iluminou um dia, em que encontrei, muito jovem, médico, o Sarney jantando, descansando da luta política como Deputado Federal. A sua vida foi assim. Deus me permitiu trabalhar com vários Presidentes da República. Fui Prefeito da minha cidade, Parnaíba, que lhe tem um carinho todo especial. Eu mesmo lhe entreguei o título de Cidadão Parnaibano. Eu era Prefeito e governei com o Presidente Sarney e com o Presidente Collor; depois, Deus me fez Governador do Piauí, quando governaram o Presidente Itamar e o Presidente Fernando Henrique Cardoso; além disso, conheci o Lula. O mais generoso Presidente da República e o homem com maior sensibilidade com quem convivi foi o Presidente Sarney. Vou apresentar um quadro que vale por dez mil palavras: quantas vezes, Senadora Serys Sthessarenko, houve, então, marcha de prefeitos? Não havia isso, não! Ele chegava antes, com sua sensibilidade. Senador Edison Lobão, eu não sei, pois não fui Presidente da República, mas ninguém o excedeu em sensibilidade política. Vou dar um exemplo: nenhum prefeito podia pagar o 13º salário. Há aqueles três fundos de participação, 10, 20, 30%. Mas não se podia pagar o 13º salário. Na nossa cultura de Natal e de Ano Novo, isso é um transtorno. Eu não sei como, mas de Natal, para nós, veio um fundo de participação.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Isso é que é sensibilidade! Ó Lula, aprenda! Então, ele levou a paz e conseguiu fazer a transição. No nosso tempo, a nossa formação era Monteiro Lobato, que disse: “Um país se faz com homens e livros”. Homens e livros. E ele é homem e autor de livros, um intelectual. **Saraminda** é um dos romances mais belos que já li. Os outros são todos bons: **Marimbondos de Fogo, O Homem do Mar**, mas **Saraminda** mostra que ele é ungido. Outro dia, fui ao Rio de Janeiro, à casa do ex-Senador Álvaro Pacheco, que é do Piauí. Ele me prestou uma homenagem. Vi uns quadros. Perguntei: de quem são? “Foi o Presidente Sarney quem os pintou”, respondeu. Portanto, um homem desses é dotado; é ungido por Deus, Deus o escolhe, e

todos o conhecemos aqui. Diz a cultura universal: “atrás de um homem há uma grande mulher”. Ele teve três: a mãe, a santa Kiola – não vou dizer que tive prazer em ver isto –, por quem vi o Maranhão chorar com respeito e, ao mesmo tempo do choro, percebi a confiança que se tem em uma santa; a esposa – e é difícil ser esposa de político. Sou seu vizinho e nunca vi ninguém ter a ousadia de mexer no nome da Dª Marli...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – (...) imagem da devoção da mulher brasileira. Como a árvore boa dá frutos, ele tem essa guerreira, que é a filha Roseana, a terceira mulher. Então, o Sarney teve três mulheres. Peço permissão para que as nossas últimas palavras cheguem ao céu e a Deus. Que Ele dê longa vida ao Presidente Sarney, porque, com isso, Ele estará abençoado o Brasil.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a.

Com a permissão do Presidente, por se tratar de uma data tão especial para todos nós, quero dizer que este pronunciamento é, sem dúvida, uma justa homenagem a um homem que completa hoje 70 anos e que dedicou grande parte de sua vida, com paixão e responsabilidade, à política e aos interesses públicos do País.

Concedo um aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a faz a homenagem a um dos maiores valores da vida pública brasileira durante toda a República. Eu poderia começar subscrevendo – e o farei – o aparte do Senador Mão Santa, que disse tudo, com extrema competência, quanto eu gostaria de dizer também. Desejo apenas acrescentar alguns dados ligeiros, porque o Presidente já nos chama a atenção, sobre a personalidade do Senador José Sarney. Esse homem notável ocupou todas as funções da vida pública ao longo dos últimos 50 anos. A experiência que S. Ex^a carrega é um cabedal, um tesouro. S. Ex^a foi Governador do Estado em um instante em que o Maranhão, Senador Mão Santa, era apenas um território, com uma pequena população e nada mais que isso. O Maranhão não possuía um único palmo de asfalto em suas estradas ou em suas ruas. Não possuía. Foi com José Sarney que o Estado do Maranhão começou a conhecer as longas rodovias asfaltadas e as escolas de segundo grau, que também não havia – eram apenas duas, na capital, e nada mais. Nenhuma universidade. Foi implantada sob o seu Governo. O Projeto João de Barros foi uma revolução na educação, tanto que alguns Governos federais procuraram imitar aquilo que vem lá de longe, de 40 anos. Esse era o administrador José Sarney, com a visão do presente projetada para o futuro. Que homem extraordinário. Formou uma geração de políticos. Fez a caça aos valores para a administração pública. Onde

havia um maranhense capaz ou um brasileiro de outros Estados, ali estava Sarney buscando-o para agregá-lo à sua equipe de Governo. Fez uma escola, uma universidade de Administração, no Maranhão. Os seus sucessores procuraram captar alguma coisa dele. Alguns se tornaram seus adversários, desavindos com ele, mas nem por isso deixaram de imitá-lo naquilo que ele tinha de melhor. José Sarney é um democrata. Governou este País num momento de transição, por cinco anos. Os seus adversários e desafetos diziam que ele trabalhou pelos cinco anos, quando, na verdade, ele perdeu um ano de mandato. Ele assumiu o Governo para o exercício de seis anos e acabou concordando que isso fosse reduzido a cinco. Portanto, ele perdeu, ele não ganhou um ano de mandato. Sob o seu Governo, realizaram-se 12 mil greves neste País, simbolizando o exercício pleno das liberdades e da democracia. Poucos Presidentes da República tolerariam o que José Sarney tolerou no seu Governo, e levou adiante a sua administração, sem perseguir ninguém, ajudando todos os brasileiros quantos a ele foi possível ajudar. Esse é o homem público, é a imagem do homem público que temos, destinado a servir ao seu País, e tendo sido político ao longo de toda a sua vida. Não se pode dizer que seja um homem rico porque não o é. Ele não fez fortuna na carreira política. Fez amigos, fez história e fez escola, mas não fez fortuna. Não cuidou disso, e sim do interesse legítimo do povo que representava, que era o povo brasileiro. Quero cumprimentar o Presidente José Sarney pelo seu aniversário, hoje, mas quero cumprimentar também V. Ex^a, Senador Gilvam Borges, que, sendo do Estado que hoje também é representado por José Sarney, lembrou-se do companheiro, do adversário e aqui faz essa justa homenagem. Estivesse este plenário hoje repleto, não tenho dúvida de que haveria um desfile de aparteantes a V. Ex^a, todos em homenagem a esse homem que, repito, para mim, é hoje o melhor valor da vida pública brasileira. Muito obrigado!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Edison Lobão. Não somos apenas colegas no Senado, temos a responsabilidade cívica de estar ao lado e ter o prazer da convivência de um homem da experiência, com o cabedal e os valores éticos e morais de José Sarney.

Passam as CPIs, o País atravessa as suas discussões e as suas divergências e José Sarney se mantém sempre firme e ativo. Se o Brasil observar que essa retrospectiva histórica é verdadeira, temos um tesouro, temos um homem com uma experiência fabulosa e com o exemplo feito no labor do dia-a-dia, nos livros e nas ruas.

Eu tive, Sr. Presidente, a oportunidade de, lá no meu Amapá, caminhar com o Presidente Sarney nas ruas, a pé. Quando S. Ex^a deixou a Presidência da República, foi

ao Amapá e isso foi como uma bênção que recebemos. O Presidente chegou com seu jeito humilde, caminhando pelas ruas. Caminhei ao lado dele por cerca de 30km. Esse homem tem uma vitalidade e uma disposição muito grande. Portanto, o Amapá se regozija com o aniversário, pelos 70 anos do Presidente José Sarney. É uma alegria muito grande. Nós, amapaenses, devemos zelar por esse patrimônio que temos e sei que devo fazer e agir dessa forma, zelando pelo Presidente Sarney.

Para encerrar, Sr. Presidente, comunico ordem bancária, dinheiro na conta da Prefeitura do Município de Tartarugalzinho. Estamos saindo do discurso para a prática. Conta 6614030. Recurso no valor de R\$100 mil. Promoção da oferta da cobertura dos serviços de assistência farmacêutica em insumos estratégicos. Então, para Tartarugalzinho já estão indo esses recursos.

Estamos trabalhando para que recursos sejam liberados pelo Ministério da Agricultura. Brevemente, anuncaremos aos colegas que eles também poderão, assim como eu, correr ao Ministério para pedir liberação de recursos para milhares de Prefeituras.

Agradeço, Sr. Presidente. De coração, Senador José Sarney, o Amapá o homenageia. Lá, brindaremos pela passagem dos seus 70 anos de idade. O Brasil tem orgulho de possuir um político dessa envergadura e qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – As nossas escusas aos oradores inscritos. O tema justificava a permanência na tribuna do Senador Gilvam Borges por 38 minutos.

As nossas homenagens ao Presidente José Sarney pelo seu aniversário. E, em nome de todos os integrantes desta Mesa, subscrevemos as palavras de todos os oradores que se pronunciaram a respeito desta data.

Nossas sinceras homenagens ao Presidente José Sarney.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias – PSDB-PR) – Sobre a mesa projeto de lei do senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 99, DE 2006 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, de modo a isentar as cooperativas de crédito da Contribuição para a Seguridade Social (COFINS).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do art. 6º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 6º
I – as sociedades cooperativas, inclusive as de crédito, que observarem ao disposto na legislação específica, quanto aos atos cooperativos próprios de suas finalidades;
.....(NR)”

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará a renúncia fiscal implícita na aprovação desta lei e a incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, que acompanhará o projeto de lei orçamentária que for apresentado sessenta dias ou mais após a publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos a partir do dia primeiro do mês seguinte ao nonagésimo dia da sua publicação.

Justificação

Desde julho de 1999, quando foi editada a Medida Provisória nº 1.858-6 (atual MP nº 2.158-35), o cooperativismo brasileiro passou a enfrentar situação tributária desfavorável. As cooperativas que atuam nos ramos de consumo e de crédito passaram a ser discriminadas.

Entendemos que todas as cooperativas merecem um tratamento tributário adequado, sem discriminações. Numa indevida equiparação com o sistema bancário convencional, as cooperativas de crédito foram isoladas dos demais ramos do cooperativismo, passando a se sujeitar a uma alíquota de 20% sobre sua folha de pagamentos.

Este Projeto de Lei propõe que as cooperativas de crédito sejam incluídas na mesma isenção da COFINS que vem sendo aplicada às demais cooperativas.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2006. – Senadora **Serys Sihessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – o plano plurianual;
- II – as diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI COMPLEMENTAR N° 70,
DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Institui contribuição para financiamento da Seguridade Social, eleva a alíquota da contribuição social sobre o lucro das instituições financeiras e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR N° 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, e com as normas desta Lei Complementar:

II – será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade

e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

.....

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário – financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou condições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA N° 2.158-35,
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.

.....

Art. 15. As sociedades cooperativas poderão, observado o disposto nos arts. 2º e 3º da Lei nº 9.718, de 1998, excluir da base de cálculo da Cofins e do PIS/PASEP:

I – os valores repassados aos associados, decorrentes da comercialização de produto por eles entregue à cooperativa;

II – as receitas de venda de bens e mercadorias a associados;

III – as receitas decorrentes da prestação, aos associados, de serviços especializados, aplicáveis na atividade rural, relativos a assistência técnica, extensão rural, formação profissional e assemelhadas;

IV – as receitas decorrentes do beneficiamento, armazenamento e industrialização de produção do associado;

V – as receitas financeiras decorrentes de repasse de empréstimos rurais contraídos junto a instituições financeiras, até o limite dos encargos a estas devidos.

§ 1º Para os fins do disposto no inciso II, a exclusão alcançará somente as receitas decorrentes da venda de bens e mercadorias vinculados diretamente à atividade econômica desenvolvida pelo associado e que seja objeto da cooperativa.

§ 2º Relativamente às operações referidas nos incisos I a V do **caput**:

I – a contribuição para o PIS/PASEP será determinada, também, de conformidade com o disposto no art. 13;

II – serão contabilizadas destacadamente, pela cooperativa, e comprovadas mediante documentação hábil e idônea, com a identificação do associado, do valor da operação, da espécie do bem ou mercadorias e quantidades vendidas.

Art. 16. As sociedades cooperativas que realizarem repasse de valores a pessoa jurídica associada, na hipótese prevista no inciso I do art. 15, deverão observar o disposto no art. 66 da Lei nº 9.430, de 1996.

.....

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 31, DE 2006

Altera a Resolução nº 2, de 2001, que institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O art. 2º, de 2001, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“Art. 2º

§ 1º Durante a sessão de que trata o **caput** poderá ser prestada homenagem especial a uma mulher de destaque na vida nacional.

§ 2º Senadores poderão submeter nomes de mulheres de destaque ao Conselho, que escolherá a personalidade a ser homenageada na sessão. (NR)”

Art. 2º O art. 3º da Resolução nº 2, de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A indicação de candidaturas deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal, acompanhada de **curriculum vitae** da candidata e justificativa da indicação, até o dia 1º de novembro do ano anterior.

§ 1º Poderão indicar candidatas ao Diploma:

I – entidades governamentais;
II – organizações não-governamentais;
III – parlamentares, à exceção dos Senadores.

§ 2º A data de que trata o **caput** poderá ser prorrogada a critério do Conselho para até 15 de dezembro. (NR)”

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O texto da resolução que instituiu o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz limita apenas a pessoas jurídicas – entidades governamentais ou não-governamentais – de âmbito nacional a legitimidade para fazer indicações de candidaturas. Além disso, determina que cada uma delas poderá indicar apenas um nome, a cada edição do Diploma.

Parlamentares – que têm sido os grandes promotores de candidaturas nas últimas edições do prêmio – não têm, segundo o texto vigente, legitimidade para propor candidaturas.

Nas alterações propostas, ampliamos esse elenco de propositores potenciais para incluir parlamentares, com exceção a senadores, em razão do conflito de interesses implícito: o de serem, ao mesmo tempo, promotores e julgadores de candidaturas. Não limitamos, no entanto, a participação de organizações de abrangência local e regional, como dispõe a norma em vigor.

Da mesma forma, não impedimos que organizações que não desenvolvam atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher possam apresentar candidaturas.

O prazo de inscrição, também, tem-se mostrado inadequado, obrigando à edição de requerimentos para prorrogá-lo, a cada ano, razão pela qual, fazemos a alteração correspondente nesta proposição.

As alterações que propomos ao texto da Resolução nº 2, de 2001, objetivam, assim, ampliar o rol de pessoas e instituições que podem indicar candidaturas ao Diploma e, também, possibilitar a participação dos senadores como proponentes de nomes para uma homenagem especial a cada edição do Diploma.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2006. – Senadora, **Serys Shessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

RESOLUÇÃO N° 2, DE 2001

Institui o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz e dá outras providências.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, destinado a agraciar mulheres que, no País, tenham oferecido contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher e questões do gênero.

Art. 2º O Diploma será conferido, anualmente, durante sessão do Senado Federal especialmente convocada para esse fim, a realizar-se durante as atividades do Dia Internacional da Mulher – 8 de março, e agraciará cinco mulheres de diferentes áreas de atuação.

Art. 3º A indicação da candidata ao Diploma deverá ser encaminhada à Mesa do Senado Federal, acompanhada do respectivo **curriculum vitae** e de justificativa, até 1º de novembro, do ano anterior.

Parágrafo único. Toda entidade, governamental ou não-governamental, de âmbito nacional, que desenvolva atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher, poderá indicar um nome de candidata ao Diploma, a cada ano.

Art. 4º Para proceder à apreciação das indicações e à escolha das agraciadas, será constituído o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, composto por um representante de cada partido político com assento no Senado Federal,

Parágrafo único. O Conselho escolherá, anualmente, dentre seus integrantes, o seu presidente, a quem caberá a coordenação dos trabalhos.

Art. 5º Os nomes das agraciadas serão, previamente, enviados à Mesa do Senado Federal e publicamente divulgados na sessão a que se refere o art. 2º.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de março de 2001. – Senador **Jader Barbalho**, Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões de Educação; de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.

Sobre a mesa, projeto de resolução que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 32, DE 2006

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para vedar a realização simultânea de mais de três reuniões de comissões permanentes ou temporárias.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido do seguinte art. 107-A:

Art. 107-A. É vedada a realização simultânea de mais de três reuniões de comissão, permanente ou temporária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das dificuldades com que um integrante do Senado Federal se defronta, para o correto e integral desempenho de suas atribuições constitucionais, reside na simples impossibilidade de comparecer a todas as reuniões que aqui são realizadas, pelo motivo óbvio de que não somos dotados do dom da ubiqüidade.

Não podemos comparecer, na mesma hora, a mais de uma reunião de comissão permanente ou temporária. Há, sabemos, a vedação regimental a que um Senador pertença a mais de três desses colegiados. Isso nos autoriza a propor, coerentemente como essa vedação, uma outra: a de que não sejam realizadas mais de três reuniões simultâneas.

A proposição que ora apresentamos, assim, é auto-explicativa: sua necessidade decorre do direito que têm os Senadores da República de participar, da forma mais ampla possível, de todos os trabalhos legislativos.

Por essas razões, apresentamos o presente Projeto de Resolução, e solicitamos aos eminentes Pares o apoio imprescindível ao seu aperfeiçoamento e aprovação.

Sala de Sessões, 24 de abril de 2006. – Senadora **Serys Sihessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA**CAPÍTULO VII
Das Reuniões**

Art. 107. As reuniões das comissões permanentes realizar-se-ão:

I – se ordinárias, semanalmente, durante a sessão legislativa ordinária, nos seguintes dias e horários: (*)

a) Comissão de Assuntos Econômicos: às terças-feiras, dez horas;

b) Comissão de Serviços de Infra-Estrutura: às terças-feiras, quatorze horas;

c) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: às quartas-feiras, dez horas;

d) Comissão de Assuntos Sociais: às quartas-feiras, quatorze horas;

e) Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional: às quintas-feiras, dez horas;

f) Comissão de Educação: às quintas-feiras, quatorze horas.

II – se extraordinárias, mediante convocação especial para dia, horário e fim indicados, observando-se, no que for aplicável, o disposto neste Regimento sobre a convocação de sessões extraordinárias do Senado;

III – as Comissões Parlamentares de Inquérito reunir-se-ão em horário diverso do estabelecido para o funcionamento das Comissões Permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O projeto será publicado e em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, § 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2006

Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária ao Código Civil e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As associações de moradores são isentas do pagamento de preços, taxas e emolumentos remuneratórios do registro necessário à sua adaptação estatutária à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), consoante o disposto no art. 2.031 desse diploma legal, assim como para fins de sua qualificação como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, de que trata a Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Art. 2º Os Estados e o Distrito Federal, no âmbito de suas competências, estabelecerão, no, prazo de noventa dias, forma de compensação aos registradores civis das

pessoas jurídicas pelos atos gratuitos por eles praticados, sem prejuízo do disposto no artigo 1º desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As associações de moradores são entidades civis, sem fins lucrativos, que prestam relevante serviço de mobilização e organização social, com atuação na melhoria da qualidade de vida da população, especialmente no que concerne ao transporte público, à moradia, à educação, à saúde, ao saneamento básico, e à segurança pública, sobretudo das comunidades mais carentes.

Tais entidades, que invariavelmente atuam no limite mínimo da sustentabilidade financeira, tendo em vista que contam com parcas fontes de recursos para a sua manutenção, hoje se vêem na difícil situação de terem que arcar com o ônus, para elas substancial, de promover as alterações estatutárias decorrentes das novas disposições previstas no Código Civil de 2002, que resultou na necessidade de averbações no registro das alterações dos seus atos constitutivos.

Além disso, de igual modo essas entidades necessitam realizar despesas cartorárias com a alteração de seus atos constitutivos, para que possam pleitear o enquadramento como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), a teor do disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999.

Daí porque consideramos ser medida de inteira justiça isentar essas entidades do ônus advindo dessas inovações legislativas, ressaltando que já há inúmeros precedentes legais de gratuidade ou redução de emolumentos pela prestação de serviços notariais e de registro, independente da previsão de formas de compensação ou indenização ao tabelião ou registrador, tais como o Estatuto da Microempresa (Lei nº 9.841, de 5-10-1999, que isenta as microempresas de pagamento de preços, taxas e emolumentos remuneratórios de registro das declarações, desde que, antes da promulgação daquela Lei, prenchessem os seus requisitos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte) e a Lei nº 9.534, de 10-12-1997 (que diz respeito ao registro civil de nascimento e pelo assento de óbito, bem como pela primeira certidão respectiva), dentre tantos outros casos.

A propósito, cabe mencionar que o Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de posicionar-se pela constitucionalidade de leis que estabelecem gratuidade ou reduções de emolumentos para a prática de determinados atos cartorários, como demonstra o emblemático acórdão que julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.800-1 –Distrito Federal, proposta pela Associação dos Notários e Registradores do Brasil (ANORIEG/BR) em face da

gratuidade pelo registro civil de nascimento, assento de óbito, pela primeira certidão desses atos e por todas as certidões aos “reconhecidamente pobres”, estabelecida pela Lei nº 9.534, de 10-12-1997.

Finalmente, é imperativo consignar que a Lei nº 10.169, de 29-12-2000, que Regula o § 2º do art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, no seu art. 80 também prevê compensação aos registradores civis das pessoas naturais pelos atos gratuitos por eles praticados em obediência às determinações legais, como forma de distribuir o ônus da gratuidade, socializando o prejuízo dos registradores, que, por exemplo, poderá ser feito mediante a imposição de sobretaxa pelos cidadãos interessados na utilização de outros serviços registrais ou notariais.

Ante tais considerações, contamos com o imprescindível apoio dos ilustres pares para a aprovação dessa importante proposição legislativa.

Sala das Sessões, 24 de Abril de 2006. – Senadora **Serys Shiessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil

.....
Art. 2.031 As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, terão o prazo de um ano para se adaptarem às disposições deste Código, a partir de sua vigência; igual prazo é concedido aos empresários.
.....

LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras previdências.

LEI Nº 9.841, DE 5 DE OUTUBRO DE 1999.

Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal.

LEI Nº 9.534, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

Dá nova redação ao art 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dis-

põe sobre os registros públicos; acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, que trata da gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania; e altera os arts. 30 e 45 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre os serviços notariais e de registro.

LEI Nº 10.169, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2000

Regula o § 2º do Art. 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 101, DE 2006

Altera o art. 8º e acrescenta parágrafo ao art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, de forma a dispor sobre a composição do Conselho Nacional de Educação (CNE).

O Congresso Nacional resolve:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A Câmara de Educação Básica e a Câmara de Educação Superior serão constituídas, cada uma, por vinte e quatro conselheiros, sendo membros natos, na Câmara de Educação Básica, o Secretário de Educação Básica e, na Câmara de Educação Superior, o Secretário de Educação Superior, ambos do Ministério da Educação e nomeados pelo Presidente da República.

§ 1º A escolha e nomeação dos conselheiros será feita pelo Presidente da República, sendo que, pelo menos dois terços, obrigatoriamente, dentre os indicados em listas elaboradas especialmente para cada Câmara, mediante consulta a entidades da sociedade civil, relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados.

§ 8º É vedada a escolha, para a Câmara de Educação Superior, de indicados que, até três anos antes do ato de nomeação, tenham sido proprietários, sócios ou acionistas de estabelecimentos particulares de ensino superior ou de suas mantenedoras, tenham ocupado qualquer cargo nessas instituições ou tenham a elas prestado consultoria ou assessoramento.

§ 9º A vedação de manter vínculos com instituições particulares de ensino superior e suas mantenedoras a que se refere o § 8º é extensiva aos conselheiros da Câmara de Educação Superior durante o exercício de seus mandatos. (NR)”

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 9º

.....

§ 5º Os conselheiros da Câmara de Educação Superior são impedidos de relatar e de votar pareceres relativos a instituições de ensino superior com que tenham vínculos de emprego, se públicas, e, se particulares, de que tenham sido proprietários, sócios ou acionistas, a que tenham prestado consultoria ou assessoramento, e em que tenham ocupado qualquer cargo, exceto o de professor, antes de transcorrido o período de oito anos de desligamento. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O presente projeto deriva, inicialmente, da preocupação em resguardar o Conselho Nacional de Educação (CNE) da interferência de membros que desejem, de posse de seus mandatos, agir em causa própria ou de terceiros. O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 119, de 2001, tratou do tema, porém foi arquivado em 2003. Como desde essa época não foi alterado o marco legal referente ao assunto, a reapresentação do projeto, ampliado, tem seu lugar, mormente para democratizar o CNE, bem como para ampliar as bases de escolha dos nomes que integram as listas tríplices e dar maior poder decisório ao conselho.

O antigo Conselho Federal de Educação (CFE) tem suas diretrizes fixadas pela Lei nº 4.024, de 1961, nos seus arts. 6º, 7º, 8º, e 9º. Mesmo em épocas consideradas difíceis, como na ditadura, procurou-se moralizar o conselho, como se nota pelo Decreto-Lei nº 922, de 10 de outubro de 1969, que determinou o encerramento do

mandato de um terço dos membros a cada dois anos e vedou a recondução do conselheiro que houvesse exercido dois mandatos completos e consecutivos. Um círculo extenso de medidas legais alterou essa primeira lei.

O CFE foi extinto em 1994, quando recaia sobre ele denúncias relativas à ilicitude de processos de autorização de funcionamento, de reconhecimento e credenciamento de cursos de instituições de ensino superior, no setor privado. No ano seguinte ao dessa extinção foi editada a Lei nº 9.131, que procurou reorganizar o conselho, do ponto de vista da demanda social, com o nome de Conselho Nacional de Educação. Na justificação do PLS nº 119, de 2001, revela-se que, mesmo com a extinção do CFE e criação do CNE, não se teria, neste último conselho, a isenção que se lhe atribuiria e esperaria quando da sua formação legal. Sem entrar diretamente no mérito dessa questão, cumpre lembrar que essas inquietudes acontecem numa época de enorme expansão do ensino superior privado no País, com aumento de muitos os índices referentes a este nível de ensino. Daí a necessidade de se argumentar pela moralização do conselho, a partir tanto dos critérios democráticos pré-existentes, tais quais o de rotatividade dos conselheiros, dos cargos de presidente e vice-presidente, como do incremento das bases sociais implicadas na escolha dos nomes a serem submetidos em lista tríplice.

É muito importante todas as modalidades de ensino estarem representadas e que seja garantida a representação de todas as unidades da Federação. Entretanto, é difícil estabelecer critério de paridade ou de mínima representação por entidades ou por Estados da União com o presente número de membros. O Nordeste e o Norte estão hoje minimamente representados. Existe uma lista com entidades da sociedade civil nas duas últimas portarias designativas do Ministério de Educação (MEC)¹, muito embora não se saiba exatamente como as ações de seleção de nomes foram levadas a essas entidades e produziram efeito. Em todo caso, apesar de a lista de 2006 ter aumentado o raio de ação quanto às entidades consultadas, elencando diversas entidades da educação no País, em 2004 não contempladas, ainda é possível melhorar essa relação, incluindo assim entidades ligadas à educação especial, aos grupos étnicos afro-descendentes, ao setor de comunicação às questões de cidadania e direitos humanos, da sexualidade e dos movimentos populares. Aumentar o espectro de seleção é democratizar o processo. Além disso, a paridade entre os gêneros precisaria ficar mais patente.

¹ Portarias de nº 20, de 8 de janeiro de 2004, do Ministério de Educação e Cultura (MEC), e a portaria de nº 2, de 5 de janeiro de 2006, do MEC.

Ponto de relevância é a descentralização que a atual proposta de lei permite, aumentando proporcionalmente a participação direta da sociedade civil no conselho e, consequentemente, seu peso nas decisões ulteriores, modificando para isso a formação do Conselho Nacional de Educação, que passa dos atuais vinte e quatro para quarenta e oito conselheiros, escolhidos nos meios educacionais e que com este mantenham estreita interface, permitindo melhor distribuição de membros por região e por entidade.

Maior representatividade é desejável, pois isso já permitiria ir além do normativo e fortalecer a concepção de controle social. Tarso Genro, ex-Ministro de Educação, quando em exercício do cargo, afirmou que pretendia retomar as funções do CNE de formulador e controlador de políticos educacionais. O CNE seria revitalizado e ganharia novas funções. Genro deixou claro que iria trabalhar para fortalecer o conselho: O CNE deveria ser para o Ministério da Educação o que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é para a Presidência. Uma estrutura de indução de controle e diálogo crítico e, ao mesmo tempo, de colaboração. Acho que o CNE foi impedido de fazer isso nos últimos 20 anos.

A escolha e a nomeação dos conselheiros são definidas pelo Presidente da República, obedecendo aos critérios da pluralidade política, representatividade regional e do aproveitamento, em mais de 50%, dos nomes indicados pelas entidades de todo o País, havendo nisso compromisso particular com o sentido público da educação.

O projeto de lei que apresentamos impõe alguns limites para escolha e atuação dos membros do CNE, particularmente de sua câmara de educação superior. De outro lado, propõe que ambas as câmaras tenham seu número de conselheiros ampliado para que se tornem mais democrática e participativa. Além disso, na nova previsão, procura-se atenuar a participação de novos conselheiros que tenham estado há pouco tempo em contato com entidades de ensino superior, em ocupação de postos de destaque, dando-lhes período de quarentena de três anos sem esses vínculos. Fica vedada a escolha de proprietários, sócios ou acionistas, professores, diretores, consultores ou assessores, bem como ocupantes de outros cargos de estabelecimentos particulares de ensino superior.

Considerando aspectos éticos, é interdito aos membros das Câmaras relatarem pareceres e votá-los quando forem afeitos a processos que têm ligação com instituições de ensino privadas com as quais o relator tenha se relacionado. Exceção é feita para professores, se o prazo de afastamento da instituição for maior que o lapso temporal de oito anos.

É também na Lei nº 8.429, de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de improbidade administrativa, que se busca amparo legal para essas atitudes. Cabe observar que se trata de um diploma legal digno de encômios, disciplinando, de forma adequada, a matéria que regula. Dever-se-ia pedir obrigatoriedade de os agentes públicos apresentarem, além dos seus currículos, como se estabelece no Decreto nº 3.295, de 1999, as respectivas declarações de bens, no sentido de tornar essa exigência efetiva e instrumento importante para a descoberta e investigação de atos de ilícitos.

Temos a certeza de que, com essas alterações, estaremos contribuindo para o aperfeiçoamento da Lei nº 9.131, de 1995, explicitando quem pode ser membro do CNE e traçando diretrizes para o bom funcionamento desse conselho.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2006. – Senadora **Serys Ikhessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Art. 8º O Conselho Federal de Educação será constituído por vinte e quatro membros nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas de notável saber e experiência, em matéria de educação.

§ 1º Na escolha dos membros do Conselho, o Presidente da República levará em consideração a necessidade de neles serem devidamente representadas as diversas regiões do País, os diversos graus do ensino e o magistério oficial e particular.

LEI N° 9.131, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1995

Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O projeto que acaba de ser lido será publicado e

remetido às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 102, DE 2006

Altera as Leis nºs 3.268, de 1957, e 4.324, de 1964, para dispor sobre o exame de proficiência dos médicos e dos cirurgiões-dentistas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art 17

Parágrafo único. Para a obtenção do registro profissional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, os médicos devem ser aprovados em prévio Exame de Proficiência, destinado a comprovar o nível de conhecimento indispensável para o exercício da profissão de medicina. (NR)”

Art. 2º O art. 13 da Lei nº 4.324, de 14 de abril de 1964, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

“Art. 13

§ 5º Para a obtenção do registro profissional junto aos Conselhos Regionais de Odontologia, os cirurgiões-dentistas devem ser aprovados em prévio Exame de Proficiência, destinado a comprovar o nível de conhecimento indispensável para o exercício da profissão de odontologia. (NR)”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Nos últimos anos, o Ministério da Educação autorizou a abertura de grande número de escolas médicas. Segundo levantamento realizado pela Associação Paulista de Medicina, durante o governo passado, foram autorizados quarenta e dois novos cursos de Medicina, sendo onze em instituições públicas e trinta e um em instituições privadas. Desde o início do atual governo, vinte e um novos cursos de Medicina foram autorizados, sendo três em instituições públicas e dezoito em instituições privadas.

Dante desse quadro, muito se tem discutido sobre a necessidade de se permitir o registro do médico nos conselhos regionais somente após a realização de exame de qualificação ou de proficiência para recém-formados, a exemplo do que já vem fazendo a Ordem dos Advogados do Brasil com os bacharéis de Direito.

Não há dúvida que uma avaliação no final de toda a formação do médico não é a ideal, eis que ela deveria ocorrer em todos os momentos da formação acadêmica, sob as mais diversas formas e por meio de instrumentos de avaliação que pudessem medir a aquisição não só de conhecimentos, mas também de habilidades e atitudes médicas.

De qualquer forma, essa avaliação não deixa de ser um instrumento bastante confiável, principalmente quando se pretende que sejam habilitados apenas aqueles que demonstrem condições mínimas para o desempenho profissional nas áreas da medicina e da odontologia.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) decidiu realizar, em caráter experimental, um “Exame de Habilidade”, para alunos de Medicina que estejam cursando o sexto ano de faculdades localizadas no Estado de São Paulo e para os médicos formados há menos de um ano.

Segundo o Cremesp, o exame de proficiência já é aplicado nos Estados Unidos e no Canadá. A *Federation of State Medical Boards of the United States Inc.* e o *National Board of Medical Examiners* são as instituições responsáveis pela aplicação do *United States Medical Licensing Examination* (USMLE) nos recém-formados médicos norte-americanos. Além das provas escritas e de simulações clínicas computadorizadas, o exame inclui testes práticos de manejo clínico, e é realizado em três etapas.

Também no Canadá é exigido o registro no *Canadian Medical Register*, para o exercício legal da profissão e, igualmente, a realização de uma *qualifying examination* (QE), sob a responsabilidade do *Medical Council of Canada* (MCC). A aprovação no exame confere o título de *Licentiate of the Medical Council of Canada* (LMCC), que é reconhecido pelas doze autoridades licenciadoras do País e é um dos requisitos para a prática da Medicina.

Na Espanha e no Panamá, o exame de proficiência é usado como mecanismo de titulação e seleção de médicos para ingresso em programas de pós-graduação. Já na Colômbia, México, Chile, Peru e Argentina, os testes são feitos para controle de qualidade do ensino oferecido em cada país.

No Reino Unido, a partir de abril deste ano, os médicos precisarão de licença para exercer suas atividades, não mais bastando possuir registro no Conselho Médico Geral (*General Medical Council* – GMC). Para

mantê-la, deverão demonstrar ao GMC que estão atualizados e aptos a trabalhar, por meio da revalidação. Os profissionais registrados antes de abril vão receber uma licença efetiva, a ser renovada conforme calendário pré-estabelecido. A validade será de cinco anos e, para obtê-la, terão que providenciar evidências de sua atuação, capazes de ser verificadas, atestados de saúde e probidade, e comprovações de que concordam com os valores e princípios da boa prática médica.

Pelas razões expostas, estamos convencidos de que a iniciativa merecerá o acolhimento e os aperfeiçoamentos que se fizerem necessários por parte dos ilustres membros desta Casa.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2006. – Senadora **Serys Sihessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 3.268, DE 30 DE SETEMBRO DE 1957

Dispõe sobre os Conselhos de Medicina, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 17. Os médicos só poderão exercer legalmente a medicina, em qualquer de seus ramos ou especialidades, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas no Ministério da Educação e Cultura e de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

LEI Nº 4.324, DE 14 DE ABRIL DE 1964

Institui o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Odontologia, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 13. Os cirurgiões-dentistas só poderão exercer legalmente a odontologia após o registro de seus diplomas na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia do Ministério da Saúde, no Departamento Estadual de Saúde e de sua inscrição no conselho Regional de Odontologia sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 103, DE 2006

Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para determinar a responsabilidade sucessória do adquirente, a qualquer título, de empreendimento imobiliário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a redação da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964, para determinar a responsabilidade sucessória do adquirente de empreendimento imobiliário.

Art. 2º Acrescentem-se os seguintes §§ 1º e 2º ao art. 30 da Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964:

Art. 30.

§ 1º Aquele que adquirir, por qualquer meio ou forma, todo o empreendimento imobiliário que caracterize incorporação imobiliária e que já tenha frações ou unidades prometidas à venda, sucederá o antigo incorporador em direitos e obrigações perante os promitentes compradores de frações ou unidades.

§ 2º Havendo cessão de créditos e aquisição paralela do imóvel, o cessionário será solidariamente responsável, perante os promitentes compradores de frações ou unidades, pelas obrigações assumidas pelo incorporador-cedente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A presente proposição foi originalmente apresentada pelo ilustre Senador Paulo Hartung, nos idos de 2001, tendo sido arquivada, ao fim da Legislatura, por questões estritamente regimentais, antes mesmo de ter tido a oportunidade de receber parecer das comissões pertinentes.

Ocorre que se trata de uma proposta de aperfeiçoamento da nossa legislação sobre incorporações imobiliárias que não deve ser abandonada, tendo em vista que assegura aos adquirentes da casa própria mecanismos de proteção dos seus legítimos direitos, em caso de sucessão de um incorporador imobiliário por outro, razão pela qual resolvemos reapresentá-la, com as adaptações que se fizeram necessárias.

Para melhor ilustrar os motivos que nos fizeram encampar essa idéia, convém transcrever os argumentos utilizados na justificação original do projeto, conforme segue:

Temos assistido, no mercado imobiliário brasileiro, verdadeiras afrontas à poupança popular, sem que os consumidores tenham o mínimo de garantias de que o sonho da casa própria venha a tornar-se um pesadelo com dimensões reais.

O famoso caso “Encol”, uma potência imobiliária que ruiu e com a sua ruína levou ao desespero e ao prejuízo milhares de famílias brasileiras, é exemplar no sentido de que a sucessão do incorporador por outro, nem sempre assegura aos adquirentes de unidades os seus direitos.

O presente projeto visa estabelecer a sucessão legítima, em direitos e obrigações, do incorporador originário pelo adquirente do empreendimento, a fim de assegurar o cumprimento dos contratos.

Como, todavia, pode-se fazer a sucessão por ato simulado, mediante cessão de direitos e paralela compra do imóvel em si, o projeto prevê que nesta hipótese haverá responsabilidade solidária entre o adquirente-cessionário e o incorporador-cedente.

Conferir maior proteção ao adquirente de frações em incorporação imobiliária é o objeto deste projeto que, confio, sem prejuízo de aperfeiçoamentos, receberá o aval de meus pares.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2006. – Senadora **Serys Shessarenko**.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI N° 4.591, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1964****Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....
Art. 30. Estende-se a condição de incorporador aos proprietários e titulares de direitos aquisitivos que contratem a construção de edifícios que se destinem a constituição em condomínio, sempre que iniciarem as alienações antes da conclusão das obras.

.....
O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM N° 118, DE 2006

(Nº 241/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o disposto no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1º da Lei nº 10.411, de

26 de fevereiro de 2002, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para exercer o cargo de Diretora da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Brasília, 17 de abril de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana

Endereço R. Gregório Paes de Almeida, 773
São Paulo, SP – 05450-001

RG 6.578.061-9

Nascimento 23/06/59

Filiação Elvira dos Santos Carvalho Fernandes / José Pereira Fernandes

Telefone + 11 30211917 (res)
+ 11 32332150 (com)

CPF 036.221.618-50

Nacionalidade Brasileira

Naturalidade São Paulo - SP

Formação Acadêmica

Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia e Administração da USP

Experiência Profissional Recente**BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo (1994 até hoje)**

- Desde junho de 2000, Superintendente Executiva de Relações com Empresas e anteriormente, entre 1997 e 2000, Gerente de Projetos Especiais.

Responsável pela supervisão das companhias listadas quanto às suas obrigações de fornecimento de informações ao mercado, na função de entidade auto-reguladora da BOVESPA. A área também supervisiona e garante o cumprimento dos contratos de listagem das companhias registradas no Novo Mercado e nos Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa.

Responsável pela implantação e pelo desenvolvimento dos segmentos especiais Novo Mercado e Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa, além do mercado de acesso BOVESPA MAIS, em fase de implantação.

Responsável pela atração e listagem de novas companhias na BOVESPA.

Outras Atividades Profissionais

- Vice-Presidente do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e membro do conselho de administração desde 2001
- Membro do Conselho de Auto-Regulação do Mercado de Capitais da ANBID – Associação Nacional dos Bancos de Investimento desde 2001
- Membro da Roundtable Latino-Americana de Governança Corporativa da OCDE – Banco Mundial desde 2000

Outras Experiências Profissionais**Vestesempre Confecções Ltda. (1990-1993)**

- Sócia e Diretora Gerente

Rede BARATEIRO de Supermercados SA (1981-1989)

- Gerente Financeira

Banco do Brasil SA (1980-1981)

- Assistente Administrativa (concursada)

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE/USP (1977-1980)

- Estagiária

São Paulo, julho de 2005.

Maria Helena Fernandes
Maria Helena S. F. de Santana

Aviso nº 355 - C. Civil

Em 17 de abril de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa secretaria mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana para exercer o cargo de diretora da Comissão de Valores Mobiliários — CVM.

Atenciosamente, — **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A mensagem lida vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 119, DE 2006

(Mensagem nº 242/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal

De conformidade com o art. 52,, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil na República da Letônia, desde que obtido o **agrément** do Governo desse País.

Os méritos do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de abril de 2006. — **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 130 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 8 de abril de 2006

6

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal; o artigo 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986; o artigo 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto á apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Suécia.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República da Letônia, desde que obtido o **agrément** do Governo desse País.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, — Assinado eletronicamente por: **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES

CPF.: 7593880753

ID.: 3253 MRE/DF

- 1947 Filho de Zózimo da Costa Menna Gonçalves e Ozilda Lisboa Menna Gonçalves, nasce em 3 de fevereiro, em Niterói/RJ
- 1967 Licenciado em Língua Inglesa pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal Fluminense
- 1968 Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Professor
- 1969 CPCD - IRBr
- 1970 Terceiro Secretário em 03 de fevereiro
- 1970 Divisão da Europa Ocidental, assessor
- 1971 Embaixada em Áncara, Terceiro Secretário e Encarregado de Negócios
- 1972 Divisão da Europa Ocidental, Auxiliar do Secretário-Geral Adjunto
- 1973 Segundo Secretário, por merecimento, em 01 de janeiro
- 1973 Departamento da Europa, Auxiliar
- 1974 Consulado-Geral em Milão, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado na ausência do titular
- 1977 Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro Secretário
- 1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 02 de março
- 1979 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente e Chefe, substituto
- 1983 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
- 1983 Direito pela Universidade de Brasília
- 1983 Conselheiro, por merecimento, em 21 de dezembro
- 1984 Departamento de Promoção Comercial, assessor
- 1984 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial
- 1985 Embaixada em Washington, Conselheiro
- 1988 Embaixada em Caracas, Conselheiro e Encarregado de Negócios

- 1988 Grupo de Trabalho Brasil-Venezuela sobre cooperação para a construção da rodovia BR - 174, Caracas, Chefe de delegação
- 1989 CAE - IRBr, O Sistema Brasileiro de Controle das Exportações de Material de Emprego Militar. Origem evolução e reflexões sobre possíveis aperfeiçoamentos
- 1990 XXII Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina, Caracas, Chefe de delegação
- 1990 Secretaria de Informações do Exterior, Secretário, substituto
- 1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 24 de junho
- 1993 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor Especial
- 1994 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
- 1994 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
- 1995 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
- 1996 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Comendador
- 1999 Departamento das Américas, Diretor-Geral
- 1999 Ordem "Sol del Perú", Peru, Grande Oficial
- 1999 Medalha da República Oriental do Paraguai, Comendador
- 2000 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 28 de junho
- 2000 Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, Caracas, Chefe de delegação
- 2001 VI Reunião da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia, Rio de Janeiro, Chefe de delegação
- 2001 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grã-Cruz
- 2001 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
- 2002 Ordem Nacional ao Mérito, Equador, Grã-Cruz
- 2002 Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, Santa Cruz de la Sierra, Chefe de delegação.
- 2002 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
- 2003 Ordem do Mérito, Uruguai, Grande Oficial
- 2003 Ordem da Águia Azteca, México, Faixa (equiv. Grã-Cruz)
- 2003 Embaixada em La Paz, Embaixador

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

RELAÇÕES BRASIL-LETÔNIA

De acordo com registros históricos, a colonização letã no Brasil teve início em 1890, quando chegaram a Laguna, Santa Catarina, as primeiras 25 famílias que partiram de Riga. O fluxo de imigrantes intensificou-se durante o começo do século XX, e estima-se que mais de 3 mil letões imigraram para o Brasil. Atualmente, a população brasileira de origem letã alcança os 20 mil habitantes, o que constitui a maior comunidade letã na América do Sul.

Em 5 de dezembro de 1921, o Brasil reconheceu pela primeira vez a República da Letônia, jamais tendo reconhecido a anexação, em 1939, do país pela União Soviética. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 18 de julho de 1992, após a dissolução da União Soviética e o reconhecimento, por parte do Brasil, da independência da República letã, em 4 de setembro de 1991. A Embaixada do Brasil em Riga, cumulativa com a Embaixada em Estocolmo, foi aberta em 5 de fevereiro de 1993. O Embaixador Luiz Felipe de la Torre Benitez Teixeira Soares foi o primeiro representante do Governo brasileiro no país, tendo sido acreditado no dia 1º de maio de 1995.

Durante a visita do Embaixador Otto Agripino Maia a Riga, em agosto de 2005, para a apresentação das cartas credenciais, tanto a Presidenta do país, Vaira Vike-Freiberga, quanto o Chanceler letão, Artis Pabriks, expressaram o desejo de desenvolver e fortalecer os laços econômicos e diplomáticos com o Brasil. Da agenda bilateral seguem pendentes dois assuntos: a extensão aos cidadãos letões da reciprocidade na isenção de vistos de turismo, concedida unilateralmente pela Letônia, e a proposta de negociação de acordos para evitar a dupla tributação e a prevenção de evasão fiscal, e de assistência mútua em matéria alfandegária.

A questão da isenção dos vistos de turismo para os cidadãos letões se encontra em exame junto à Direção-Geral “Justiça, Liberdade e Segurança” da Comissão Européia, a quem a Missão do Brasil em Bruxelas fez entrega de projeto de acordo sobre o assunto em 2005; os acordos na área tributária e alfandegária estão sendo examinados pelas autoridades brasileiras.

A decisão letã de co-patrocinar a Resolução sobre a reforma do CSNU apresentada pelo G-4 em Nova York representou um importante fator de aproximação com o Brasil.

O relacionamento diplomático bilateral Brasil-Letônia deverá entrar em novo patamar com a visita oficial da Presidenta Vaira Vike-Freiberga ao Brasil, prevista para junho de 2006. Vale lembrar que a Presidenta letã já esteve no Brasil, em caráter não-oficial, quando ainda residia no Canadá, tendo visitado a localidade de Nova Odessa (SP).

Desde 1993, os interesses letões no Brasil são representados pelo Sr. Janis Grimbergs, Cônsul-Honorário em São Paulo.

Visitas bilaterais:

26 de agosto de 1994 – visita a Riga do Assessor do MRE, Carlos Moreira-Garcia.

Primavera de 2001 – visita do Ministro da Economia da Letônia ao Brasil.

7-11 de Junho de 2005 – Viagem ao Brasil da Ministra da Justiça letã, Solvita Aboltina, para participar do 4º Forum Global sobre o Combate à Corrupção, realizado em Brasília.

Maio de 2005 – Visita do Embaixador Oto Agripino Maia, na qualidade de Emissário Especial do Senhor Presidente da República, para entregar mensagem pessoal do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Presidenta Vike Freiberga, a respeito da reforma das Nações Unidas.

Segundo dados da SECEX/MDIC, o comércio bilateral tem sido, predominantemente, negativo para o Brasil. Em 2004, as exportações brasileiras para a Letônia totalizaram US\$ 5,4 milhões, e as importações, US\$ 16,3 milhões. Em 2005, porém, o volume total do comércio bilateral atingiu US\$ 12,35 milhões (redução de 56,7%), sendo que o Brasil registrou superávit de US\$ 12 milhões. A queda no volume de importações brasileiras de produtos da Letônia foi de 78%.

ANO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (A)	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (B)	SALDO (A-B)	INTERCAMBIO COMERGIAL (A+B)
1996	2.533.860	29.870.571	-27.336.711	32.404.431
1997	9.150.794	62.597.591	-53.446.797	71.748.385
1998	2.135.302	49.722.302	-47.587.000	51.857.604
1999	1.075.961	38.414.060	-37.338.099	39.490.021
2000	863.061	153.342.298	-152.479.237	154.205.359
2001	1.627.062	238.684.907	-237.057.845	240.311.969
2002	2.252.005	58.127.255	-55.875.250	60.379.260
2003	4.111.240	3.206.981	904.259	7.318.221
2004	5.483.189	16.358.853	-10.875.664	21.842.042
2005	12.226.776	129.309	12.097.467	12.356.085

Principais produtos – Exportação Brasileira para Letônia (2005)

	USS	Part.
	FOB	%
CAFE SOLUVEL,MESMO DESCAFEINADO	98.522	31,55
OUTROS CALCADOS DE COURO NATURAL	1.897	0,61
PREPARS.A BASE DE EXTRATOS,ESSENCIAS,CONCENTRAD.DE CAFE	30.375	9,73
INSTRUMENTOS MUSICAIS DE PERCUSSAO (TAMBORES,ETC.)	---	---
OUTS.MADEIRAS COMPENSADAS,COM FOLHAS DE ESPESSURA<=6MM	---	---
PAINELIS DE PARTICUL."WAFERBOARD",ETC.EM BRUTO	---	---
PARTES E ACESS.P/OUTROS INSTRUMENTOS MUSICAIS	---	---
JOALHERIA DE OURO DO CAPITULO 71 DA NCM	356	0,11
SUCOS DE LARANJAS,CONGELADOS,NAO FERMENTADOS	56.828	18,20
CASTANHA DE CAJU,FRESCA OU SECA,SEM CASCA	28.000	8,97
MADEIRA DE NAO CONIFERAS,PERFILADA	18.453	6,59
PAINELIS DE MADEIRA,PARA SOALHOS	16.838	5,39
OUTROS OBJETOS DE VIDRO,P/SERVICO DE MESA/COZINHA	15.605	5,00
ALIMENTOS PARA CAES E GATOS	10.245	3,28
GOMAS DE MASCAR SEM CACAU,MESMO REVESTIDAS DE ACUCAR	7.762	2,49
OUTS.OBJS.DE VIDRO,P/SERV.MESA/COZINHA,DILAT<=0.000005K	7.152	2,29
OUTRAS PARTES E ACESS.P/TRATORES E VEICULOS AUTOMOVEIS	6.814	2,18
OUTROS RECIPIENTES PARA BEBER,DE VIDRO	5.543	1,78
OUTRAS MADEIRAS TROPICAIS,SERRADAS/CORT.FLS.ETC.ESP>6MM	2.946	0,94
OUTROS PRODUTOS DE CONFEITARIA,SEM CACAU	2.572	0,82
BOMBONS,CARAMELOS,CONFEITOS E PASTILHAS,SEM CACAU	1.539	0,49
OUTROS CHOCOLATES E PREPARACOES ALIMENTICIAS CONT.CACAU	781	0,25

Principais produtos – Importação Brasileira da Letônia (2005)

	USS	Part.
	FOB	%
CORDEIS, CORDAS E CABOS, DE FIBRAS DE NÁILON	269	100

SUÉCIA

Dados básicos

Nome oficial: Reino da Suécia

Idioma: Sueco (minorias de idioma finlandês e sami)

Capital: Estocolmo

Data nacional: 6 de junho (Dia da Bandeira Nacional)

Sistema de governo: Monarquia constitucional (regime parlamentarista)

Religião: Luterana (83% da população). Há 200.000 muçulmanos na Suécia e 155.000 católicos.

Área: 449.964 km²

População: 8.960.000 hab. (julho de 2003). Cerca de 20% da população é de origem estrangeira (inclusive países nórdicos) e 10% nasceu no exterior.

Principais centros urbanos: Estocolmo (“grande Estocolmo” 1.800.000 hab.), Gotemburgo (800.000 hab.) e Malmö (500.000 hab.)

Densidade demográfica: cerca de 20 hab/km², o que torna a Suécia um dos países de menor densidade demográfica da Europa

Expectativa média de vida: 77 anos/homens e 82 anos/mulheres

Taxa de natalidade: 1,64 ou 10,2/1000 hab.

Taxa de mortalidade infantil: 3,4/1000 nascidos vivos

Principais indicadores econômicos

Taxa de ocupação da mão-de-obra: 78,8% (2002)

Taxa da população com acesso à Internet: 61,7% (2002)

Porcentagem do PNB aplicado em pesquisa científica e tecnológica: 3,9% (2002)

Sistema de governo

Monarquia constitucional com regime parlamentarista. O monarca não tem poder político – seu papel é representativo e simbólico (simboliza a Nação). O poder é exercido pelo Parlamento (Riksdag) e pelo Primeiro Ministro (Statsminister), líder do partido majoritário, e Gabinete (Regering) por ele designado. Os membros do Gabinete são em geral membros do Parlamento, mas políticos sem assento no Riksdag ou especialistas independentes sem filiação partidária também podem ser designados para o Gabinete. Os Ministérios (Departamentos) são pequenos e em contam com

poucos funcionários, a maioria politicamente independente, embora alguns altos funcionários tenham conexões partidárias. Os Ministérios lidam principalmente com a formulação de leis e regulamentos e com a distribuição orçamentária. Cabe às Agências Administrativas (Ambetsverk) a implementação das decisões do Governo. Em trabalho conjunto com o Ministério das Relações Exteriores cada Ministério lida com as questões internacionais afetas a sua área de atribuições.

O Parlamento é unicameral, com 349 representantes eleitos por voto direto (mandato de 4 anos), pelo sistema de representação proporcional. Um partido precisa deter no mínimo 4% dos votos nas eleições gerais para qualificar-se para eleger representantes no Parlamento. Consoante a política de promoção da igualdade de gêneros, a proporção de representantes mulheres na atual legislatura é de 45%. A cada 4 anos são realizadas eleições gerais (a última foi em 15 de setembro de 2002). A presidência do Riksdag é exercida pelo Presidente (Talman) e três Vice-Presidentes.

O Parlamento pode, por maioria absoluta, passar voto de não-confiança em todo o Gabinete ou em ministros individualmente. A Constituição permite a realização de plebiscito para consulta da vontade popular ou para emenda da Lei fundamental.

Principais autoridades

Chefe de Estado: Rei Carlos XVI Gustavo (desde 19 de setembro de 1973)

Chefe de Governo: Primeiro Ministro Göran Persson (desde março de 1996)

Ministros:

Pär Ministro da Coordenação Política	Nuder
Thomas Ministro da Justiça	Bodström
Mona Ministra da Democracia e Assuntos de Integração	Sahlin
Leila Ministra das Relações Exteriores	Freivalds
Barbro Ministra da Migração e Política para Refugiados	Holmberg
Carin Ministra da Cooperação para o Desenvolvimento	Jämtin
Leni Ministra da Defesa	Björklund
Lars Ministro da Saúde e Assuntos Sociais	Engqvist
Berit Ministra da Infância e Família	Andnor

Política interna e Partidos

Os partidos têm perfil ideológico bem definido e um dos principais traços da política interna é a disputa pelo poder entre socialistas e não-socialistas. A divisão Esquerda-Direita perdeu parte de seu significado no contexto pós guerra-fria, mas em linhas gerais os partidos da Esquerda e Social Democrata, este último sempre apoiado pelo movimento sindicalista (Confederação Geral dos Trabalhadores Suecos/LO, predominantemente operária), enfatizam as políticas distributivas, a preservação do modelo nórdico do “welfare state” com sua pesada carga tributária, e a não-participação em alianças militares (leia-se na OTAN). Os não-socialistas advogam o modelo liberal da economia de mercado, a redução dos impostos e do papel do Estado, e o progressivo engajamento na OTAN. Quanto à política para a Europa, os não-socialistas querem o aprofundamento da inserção na União Européia e, à exceção do partido de Centro, apoiaram a adesão à União Monetária Européia (EMU), ao passo que a Esquerda e os Verdes nutrem desconfiança pela UE e são contrários à UME. O partido Social Democrata é majoritariamente pró-europeu, mas muitos de seus membros nutrem desconfiança quanto à integração com a Europa, temerosos de que ela possa solapar o tradicional sistema de “welfare”. A agremiação ficou dividida quanto à conveniência do ingresso na UME.

A despeito das diferenças ideológicas, a tradição sueca do consenso leva os partidos a cooperarem em diversas áreas – não há, por exemplo, divergências fundamentais entre os Social Democratas e os não-socialistas em matéria de disciplina fiscal, combate à inflação e medidas de incentivo ao emprego no setor privado. Observa-se, ademais, tendência de movimento para o centro do espectro político na maioria dos grandes partidos políticos. Na Social-Democracia a “guinada à direita” traduziu-se no enxugamento do setor público, contenção dos gastos sociais, privatizações, e em medidas que tendem a flexibilizar o mercado de trabalho. A cúpula do partido Social Democrata está hoje sob liderança “direitista” que advoga mudanças no programa e na retórica partidária.

Atualmente 7 partidos têm assento no Parlamento: Social Democrata (S), com 144 cadeiras; Moderado (M - conservador), com 55 cadeiras; Liberal (FP), com 48 cadeiras; Democrata Cristão (KD), com 33 cadeiras; Esquerda (V), com 30 cadeiras; Centro (C), com 22 cadeiras; e Verde (MP), com 17 cadeiras. O partido Social Democrata tem dominado o cenário político sueco por quase um século. Governou continuamente de 1932 a 1976. Entre 1976 e 1982 sucederam-se governos não-socialistas. Em 1982 a Social Democracia retomou o poder, mas perdeu as eleições gerais de 1991, quando os Moderados formaram governo minoritário com os partidos Liberal, Centro e Democrata Cristão. Nas eleições de 1994 os Social Democratas formaram novo governo (minoritário). Em 1998 o partido Social Democrata conseguiu manter-se no poder, mas com um dos piores resultados de sua história (36,4% dos votos), constituindo governo minoritário com o apoio da Esquerda e dos Verdes. Nas últimas eleições, realizadas em 15 de setembro de 2002, os Sociais Democratas foram vencedores com 39,8% dos votos.

As eleições gerais de 2002 resultaram em pequena variação no total dos votos obtidos pela Esquerda e pela Direita, mas revelou significativa migração entre os partidos do mesmo bloco. Entre os socialistas, os ganhos dos Social Democratas foram obtidos às custas do partido de Esquerda, cuja representação no Parlamento diminuiu no mesmo número de 13 novas cadeiras conquistadas pelos Social Democratas. Entre os conservadores, o grande vencedor foi o partido Liberal que triplicou os resultados obtidos em 1998 e passou a ser a terceira maior força eleitoral do país. O partido Moderado foi o maior perdedor, embora tenha mantido sua condição de maior partido de oposição. Os Social Democratas continuam a governar com o apoio parlamentar da Esquerda e dos Verdes. Assim como na última legislatura, a “coalizão” tem problemas de estabilidade e é de difícil administração devido às divergências de propósitos dos integrantes, às tendências por vezes radicais do partido Verde e à ambição da Esquerda de aumentar sua participação nas decisões políticas. A cooperação entre os três partidos sofre ainda tensão pelo não cumprimento de promessas de campanha por parte do governo, em razão de restrições orçamentárias. A manutenção do pacto de cooperação dependerá sobretudo do bom desempenho da economia, que dará ao governo meios de sustentar a política de benefícios sociais, enquanto ao mesmo tempo mantém baixas a inflação e a taxa de desemprego. Na eventualidade de perda do apoio dos partidos de Esquerda e Verde, espera-se que o Primeiro-Ministro esforce-se para evitar a dissolução do Parlamento. Sua estratégia provavelmente incluiria algum tipo de negociação com os partidos de centro-direita ou a obtenção de apoio ad hoc de diferentes partidos, de acordo com as políticas a serem implementadas.

Relações Igreja-Estado

Em 1544 a Suécia foi proclamada Reino Luterano e a Igreja Sueca esteve ligada ao Estado até a revisão legal iniciada em 1995 pelo Parlamento; em 2000 completou-se a separação da Igreja e do Estado.

Política externa da Suécia

Por 180 anos, em uma Europa dividida por disputas entre grandes países e por diferentes alianças ideológicas, a Suécia buscou segurança mediante uma política de neutralidade e não participação em alianças. O fim da Guerra Fria na década de 90 permitiu ao país reavaliar esta tradicional posição. Mudança crucial foi a decisão de aderir à União Europeia, confirmada por referendo em 1994. Hoje, os três eixos principais de atuação da política externa da Suécia são a dimensão setentrional, i.e., o relacionamento com os vizinhos nórdicos, a Rússia e os países bálticos; a dimensão europeia, que tem como foco a integração com a EU; e a dimensão global, cuja base é a ONU, e onde é projetada a visão idealista da diplomacia sueca. O país contribui com cerca de 0,7% do seu PNB para programas de cooperação e desenvolvimento internacional.

Traço característico da política externa da Suécia é a tensão entre o idealismo e amplitude das ambições e o foco real de seu interesse e limites de sua capacidade de atuação. País que se reconhece detentor de pouco excedente de poder (“small country” na auto-definição sueca) e cujo interesse imediato - por ser antes de tudo um “globar

trader" - é a garantia do mais amplo acesso de seus produtos aos mercados mundiais, a Suécia abraça causas de humanismo universal, acredita ter vocação natural (alicerçada na sua tradicional neutralidade) para a mediação de conflitos internacionais e é pródiga no lançamento de iniciativas e planos de ação para questões globais, como a prevenção de conflitos, a proteção do meio ambiente e dos direitos humanos. A título de exemplo, será realizada, em janeiro de 2004, conferência internacional sobre a prevenção do genocídio, última do ciclo de conferências que teve início em 1999 com o Fórum Mundial sobre o Holocausto. A Suécia tem sofrido, no entanto, um rebaixamento de seu perfil como ator político internacional. Na nova configuração do poder mundial a neutralidade e o não alinhamento perderam conteúdo e o país não conseguiu ainda encontrar novo papel que esteja à altura de suas ambições.

Com a adesão à UE a singularidade da diplomacia sueca foi em parte substituída pela agenda comum européia. O interesse pela América Latina – com exceção do Brasil, Chile e México - vem decrescendo (a Suécia fechou suas Embaixadas em Lima e Caracas) e a política externa sueca para a região é hoje pautada em grande parte pela política externa da UE para a América Latina. Assim, por exemplo, o interesse mútuo Suécia-América Latina na liberalização do comércio de produtos agrícolas é inibido por outras decisões da UE. Na definição do Primeiro Ministro Göran Persson (discurso na Cimeira América Latina-Caribe-União Européia, 28.06.99) os elementos essenciais da "parceria estratégica" bi-regional concentram-se na liberalização do comércio e no fortalecimento da democracia e proteção dos direitos humanos.

Com relação aos países em desenvolvimento, foi atribuída prioridade à intensificação da cooperação com o Brasil, África do Sul e Índia.

No relacionamento com os EUA, a moldura inter-regional UE-EUA - Nova Agenda Transatlântica (NTA) e plano de ação Parceria Econômica Transatlântica (TEP) – e as preocupações comuns européias (política ambiental, relações com a Rússia, política de defesa e segurança externa) são indissociáveis da agenda bilateral. O governo Social Democrata considera "central" seu diálogo com Washington, em contraste com posicionamento mais distante nos anos 60 e 70. Göran Persson deu apoio imediato e inequívoco à resposta militar americana aos ataques terroristas de setembro de 2001, mas manifestou-se igualmente contra a intervenção militar no Iraque sem o aval da ONU. As relações bilaterais têm sofrido algum desgaste por conta de divergências ideológicas, principalmente em questões relativas ao multilateralismo, meio ambiente e direitos humanos.

Firme proponente da liberalização do comércio internacional, a Suécia é entusiasta das negociações patrocinadas pela OMC.

A Suécia e sua área de influência

Com o fim da guerra-fria, a importância atribuída pela Suécia à estabilidade na região nórdico-báltica, conjugada à proximidade geográfica, interesse estratégico, laços históricos e culturais, e oportunidades de comércio e investimentos fizeram da região a área de influência efetiva da diplomacia sueca. "A região báltica é uma das que mais crescem no mundo. A Suécia e as empresas suecas desempenham papel central nessa dinâmica" (documento da Chancelaria). O governo sueco criou dois fundos ("Baltic Billion Funds") para estimular o intercâmbio econômico-comercial e o emprego e fortalecer a posição das empresas suecas na região báltica. Programas de cooperação

para o desenvolvimento com a Europa central e do leste foram iniciados em 1989, que teve continuidade, desde 1999, com o programa “Developing cooperation between neighbouring countries” (Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Rússia e Ucrânia). O foco principal do programa é ajudar os países bálticos e a Polônia no processo de reformas para integração à UE ampliada. Na visão da Suécia, a incorporação da Europa central e do leste à União Européia e à OTAN é a melhor garantia de estabilidade regional e cria novas perspectivas de segurança e crescimento econômico. A Suécia em particular tem interesse em explorar as potencialidades desse mercado.

Relação Suécia-Rússia e cooperação regional no Báltico e Barents

A Suécia sempre atribuiu alta prioridade às relações com a Rússia, que considera país chave para a estabilidade na Europa. A presidência sueca da EU em 2001 ofereceu amplas oportunidades para o estreitamento de diálogo visando aumentar a cooperação em matéria ambiental, econômica e comercial, incentivar as reformas estruturais na Rússia e a adesão russa à OMC. Na visão sueca, a cooperação depende do “entendimento sobre valores democráticos básicos”, o que a faz equilibrar as críticas à maneira como a Rússia vem conduzindo o conflito na Chechênia, às violações de direitos humanos e ao cerceamento da liberdade de imprensa com a necessidade de reforço do clima de entendimento e confiança mútua.

Parte da cooperação com a Rússia tem como marcos institucionais o Conselho dos Estados Bálticos Marítimos (Council of the Baltic Sea States) e o Conselho Euro-Artico de Barents (Barents Euro-Arctic Council), ambos derivados da nova configuração pós-guerra fria. O primeiro, criado em 1992, inclui os países bálticos, Suécia, Noruega, Islândia e Comissão Européia, e visa desenvolver a democracia, a confiança entre os Estados membros, o desenvolvimento sustentável e a proteção ambiental. O segundo foi estabelecido em 1993 (com a adoção da Declaração de Kirkenes) e é integrado pelos Ministros das Relações Exteriores dos 5 países nórdicos, a Rússia e um representante da Comissão Européia. O Conselho Euro-Ártico de Barents tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável, a proteção do ambiente (uma das regiões mais sensíveis à mudança climática global), a cooperação em economia e comércio, energia, ciência e tecnologia, turismo, infra-estrutura, ecologia, e educação. Um dos principais interesses da Suécia nas duas organizações é a cooperação (e as perspectivas de lucrativo intercâmbio de know-how e tecnologia) em matéria ambiental e de segurança nuclear (tratamento dos dejetos nucleares).

A Suécia e a ONU

A participação na ONU (da qual é membro desde 1946) é uma das prioridades constantes da política externa da Suécia. A linha mestra da atuação sueca na ONU foi formulada em 1960 por Dag Hammarskjöld (ex-SGNU) em discurso à AGNU: o propósito das N.U. não é servir os interesses das grandes potências e sim proteger os países de menor poder relativo através da afirmação da primazia do direito internacional. A Suécia considera a ONU o foro ideal para expressar seus interesses globais e buscar influir sobre os acontecimentos internacionais. O ex-Primeiro Ministro Olof Palme (1927-86) seguiu a inspiração de Dag Hammarskjöld e definiu os quatro objetivos da Suécia na ONU: 1) promover o desenvolvimento e o respeito pelo direito internacional; 2) proteger e promover os direitos humanos; 3) promover a

paz mundial através da solução pacífica de controvérsias, da diplomacia preventiva e das operações de paz; 4) promover o desarmamento, em especial o desarmamento nuclear. A estes acrescentou-se, nos últimos anos, o da proteção do meio-ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável.

A Suécia deseja reforçar o papel da ONU na ajuda ao desenvolvimento e erradicação da pobreza, mediante maior cooperação entre o sistema das N.U., as instituições de Bretton Woods e o setor privado. Consoante estas prioridades, a Suécia é um dos mais generosos contribuintes às agências humanitárias (ACNUR e UNICEF) e aos programas da ONU de ajuda ao desenvolvimento (com percentual que tem variado de 1% a 0.7% do PNB), bem como um dos maiores contribuintes de pessoal militar e civil para as operações de paz.

Para a Suécia o Conselho de Segurança é o único órgão internacional com mandato para exercer (ou autorizar) o uso da força. Neste contexto, preconiza que a autoridade do CSNU seja plenamente respeitada e que o órgão se torne mais representativo e efetivo. A reforma do CSNU melhor refletiria o mundo atual (discurso do representante sueco na abertura da 58ª Assembléia-Geral -2003). O país é um dos mais ativos advogados da reforma das N.U. (defende a adoção de métodos de trabalho mais democráticos e transparentes, com a restrição do uso do veto) o que, no seu entender, conferiria maior representatividade, eficácia, democratização e transparência aos processos decisórios, aperfeiçoando e fortalecendo tanto a AGNU como o CSNU. A Suécia exerceu três mandatos como membro não-permanente do CSNU: 1957-58, 1975-76 e 1997-98. O último mandato sueco coincidiu com o do Brasil e a ocasião serviu ao estreitamento do diálogo e da cooperação entre os dois países nos assuntos relativos ao CSNU.

Política de Defesa, Neutralidade e Não-Alinhamento

Tradicionalmente a política de segurança sueca traduziu-se pela combinação de não-alinhamento militar em tempo de paz e neutralidade em tempo de guerra. O fim da guerra fria e o processo de integração com Europa tornaram obsoleta esta doutrina, obrigando a reformulação e a redefinição da política de segurança do país. Em fevereiro de 2002 o governo Social Democrata e os três principais partidos de oposição chegaram a acordo no Parlamento para redefinir, de forma mais pragmática, a política de defesa e segurança externa. A Suécia permanece não alinhada (ausência de participação em alianças militares), mas abrandou sua preocupação com a neutralidade e passou a dar mais ênfase à cooperação com outros países. Neste sentido, a nova doutrina estabelece que “ameaças à paz e à nossa segurança podem ser melhor evitadas pela ação concertada e em cooperação com outros países” e considera que, como membro da EU, é a Suécia “parte de uma comunidade baseada na solidariedade, cujo principal propósito é a prevenção de guerra no continente europeu”. A redefinição da doutrina de segurança externa, com a interpretação mais restrita do termo “neutralidade” e a manutenção do não-alinhamento em alianças militares, permitem, segundo o governo, que a Suécia exerça papel estabilizador na área setentrional e báltica, tenha liberdade de ação para exercer liderança em prol do desarmamento e não-proliferação, e goze de confiança como país independente e com vocação mediadora de conflitos.

A Suécia participa da Força Rápida Européia, à qual ofereceu contribuição de homens, armamento, aviões (caças Gripen) e navios. É, no entanto, reticente quanto a propostas de um sistema europeu conjunto de defesa, devido ao receio de evolução que contradiga a não-participação da Suécia em alianças militares e de enfraquecimento da autoridade do CSNU. A Suécia favorece, igualmente, a estreita cooperação no campo da defesa entre a EU e a OTAN, vista como garantia da aliança transatlântica e do engajamento americano na Europa. Desde 1994 a Suécia integra o mecanismo de cooperação com a OTAN "Partnership for Peace" (PFP), que não envolve compromisso de defesa mútua. A Suécia teve a preocupação de evitar que a expansão da Aliança Atlântica – especialmente no que tange à adesão das três repúblicas bálticas - alimentasse a desconfiança da Rússia e preconiza que a PFP contribua "para o desenvolvimento de uma segurança pan-europeia". Antes das eleições de 2002 os partidos Moderado e Liberal advogaram explicitamente a adesão à OTAN, enquanto os demais partidos permaneceram firmemente opostos. A opinião pública é majoritariamente contrária à adesão, de forma que não se espera no médio prazo mudança na política de não participação em alianças militares.

As forças armadas suecas passam processo de reestruturação, tendo abandonando sua prévia preocupação com a prevenção de invasão para adotar o princípio de criação de um sistema de defesa operacionalmente mais flexível. O tamanho das forças militares foi reduzido, enquanto o planejamento concentrou-se no aperfeiçoamento da capacidade e da eficiência.

Desarmamento

A Suécia entende que desarmamento, não-proliferação, e controle de armas estratégicas e convencionais constituem fator essencial à paz e segurança mundial. A Suécia sempre propugnou pela eliminação total das armas nucleares e outras armas de destruição em massa e, juntamente com o Brasil, é um dos participantes da "Nova Agenda para o Desarmamento", criada pela Declaração "Towards a Nuclear Weapon Free World: the need for a new agenda" (09.06.98) visando dar novo impulso à eliminação dos armamentos nucleares. A Suécia apóia as principais iniciativas internacionais em curso para o desarmamento e sob sua presidência foi adotada a "Declaração UE-Canadá sobre Não-Proliferação, Controle de Armas e Desarmamento" (Estocolmo, 21.06.01), que afirma a disposição comum de implementar o Documento Final da Conferência de Revisão do TNP, cooperar para a entrada em vigor do Tratado para a Proscrição dos Testes Nucleares (Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty), a negociação de tratado para o banimento da produção de material fissil para fins militares (FMCT), a criação de comitês da Conferência do Desarmamento para o desarmamento nuclear e a prevenção da corrida armamentista no espaço, e a negociação de Protocolo para conferir efetividade à Convenção sobre Armas Biológicas (CBW). A Declaração reafirma a preocupação com a proliferação, especialmente de mísseis balísticos, e apoia a promoção de um código de conduta para atividades com mísseis e o fortalecimento do MTC. A Suécia classifica como "vital" o papel das ONU para fazer cumprir os regimes existentes sobre armas de destruição em massa e considera "crucial" a experiência da Comissão de Monitoramento Verificação e Inspeção (discurso do representante sueco na abertura da AGNU, 2003).

A despeito de ser um dos maiores exportadores mundiais de armamentos, a Suécia também apóia iniciativas para controle da produção, venda e circulação de armas convencionais e deseja o fortalecimento da CCW (convenção sobre proibição e restrição de certas armas convencionais). As ONGs pacifistas suecas são influentes junto à opinião pública e no Parlamento e seu protagonismo externo é paralelo ao crescimento do papel das ONGs nas N.U. – o movimento internacional para a proscrição das minas anti-pessoal deve parte de seu sucesso à atuação das ONGs suecas. O “Stockholm International Peace Research Institute- SIPRI” publica um conceituado anuário sobre gastos militares, exportações e importações de armamentos no mundo, para o qual o governo brasileiro tem prestado informações. A “Swedish Peace and Arbitration Association” combate as exportações suecas de armamentos e tem revelado à imprensa negócios secretos que violam os “princípios éticos” que deveriam guiar as exportações de armas pela Suécia.

Direitos Humanos

A Suécia é pioneira na criação de instituição protetora dos direitos e liberdades fundamentais: o “Ombusdman” (“Justitieombusdman”) foi criado em 1809 para ouvir e encaminhar as queixas dos cidadãos sobre violações de seus direitos por parte da autoridade pública. O Ombusdman é eleito pelo Parlamento para mandato de 4 anos e tem total autonomia, podendo investigar, interpelar, iniciar procedimento disciplinar e fazer recomendações ao poder executivo (seu mandato exclui os parlamentares e representantes eleitos pelo povo). A partir de 1971 foram instituídos novos “Ombusdmän” para a proteção de direitos específicos. Os mais sérios problemas da Suécia em direitos humanos são o racismo, xenofobia, discriminação étnica e o ressurgimento de grupos racistas e neonazistas que utilizam a intimidação e a violência contra imigrantes, refugiados, sindicalistas e jornalistas. A Suécia adotou um plano nacional de ação contra a intolerância e em janeiro de 2002 adotou o Plano Nacional de Ação em Direitos Humanos para o período 2002-2004. O plano trata das responsabilidades da Suécia quanto ao tema, estabelece os objetivos de longo prazo do governo e descreve o papel dos diferentes atores nacionais com relação ao trabalho de promoção e proteção dos direitos humanos.

A temática da democracia e direitos humanos é prioritária na agenda sueca e a opinião pública e os partidos políticos acompanham a situação dos direitos humanos no mundo e pressionam o governo a manifestar-se. Na conceituação da social-democracia, o país é a “casa do povo” (“folkhemmet”, 1928), a comunidade participaativamente da gestão pública e os grupos e associações não-governamentais são interlocutores fundamentais para o governo – as ONGs recebem subvenções oficiais e são parceiros preferenciais na execução de projetos de cooperação internacional.

Segundo o discurso oficial, a promoção da democracia e dos direitos humanos é um dos esteios da política externa sueca. A Suécia está incorporando o conceito de “segurança humana” ao discurso diplomático – na visão sueca a segurança do indivíduo está diretamente ligada à garantia dos direitos políticos, econômicos, sociais, culturais e as violações maciças e sistemáticas dos direitos fundamentais são causas de conflitos que podem colocar em risco a paz e a segurança. Na visão da Chancelaria sueca, os direitos humanos estão se constituindo em um sistema uniforme de valores que deve permear a política externa como um todo e refletir-se nos planos multilateral e bilateral. Uma política externa favorável aos direitos humanos deve ser simultaneamente preventiva e reativa, i.e., incluir tanto a crítica e a pressão para que

cesse uma situação de violação de direitos, quanto o incentivo e a cooperação – o fortalecimento da democracia e do respeito dos direitos humanos é ao mesmo tempo objetivo e condicionante da política sueca de cooperação para o desenvolvimento.

A Suécia e a UE

A Suécia aderiu à União Européia em 1995, após plebiscito em que a corrente pró-UE venceu por pequena margem de votos. A Suécia exerceu pela primeira vez a Presidência de turno da UE de janeiro a julho de 2001, com resultados considerados positivos tanto pelo governo quanto pela opinião pública. A presidência sueca logrou resultados no plano de trabalho proposto – priorizando a ampliação da UE (“Enlargement”), o pleno emprego (“Employment”) e a proteção do meio ambiente (“Environment”) - e nas questões de particular interesse para o povo sueco – ampliação, transparência no acesso público a documentos oficiais, igualdade de gêneros e meio ambiente. O Primeiro Ministro Göran Persson sublinhou que o êxito da Cúpula de Gotemburgo (15-16 junho 2001) em tornar irreversível e fazer avançar o processo de ampliação da UE constitui a mais importante contribuição da Suécia à consolidação da paz, democracia e prosperidade na Europa.

A população continua, no entanto, reticente em relação às vantagens de ser membro da EU. No plebiscito sobre a adesão à União Monetária Européia (EMU), realizado em setembro de 2003, o campo contrário ao euro foi vitorioso por diferença de mais de 14% (56,1% contra 41,8%), a despeito do sim ter recebido amplo apoio do “establishment” sueco e tratamento simpático dos meios de comunicação. O resultado significou derrota pessoal para Persson, que se empenhou pessoalmente na campanha pela adesão. O Primeiro Ministro continua, no entanto, atribuindo prioridade à integração com a Europa e ao anunciar, em sua declaração de governo na sessão de abertura do Riksdag (16.09.03), que o resultado do referendo seria “naturalmente respeitado”, insistiu que a Suécia “será um membro ainda mais ativo e um parceiro construtivo da cooperação europeia”.

Preocupa à Suécia a tendência de federalização da UE. O país favorece o modelo tradicional da cooperação inter-estatal, que lhe daria mais margem de negociação. Os suecos temem a perda de sua identidade nacional, a redução progressiva da margem de autonomia estatal e a dissolução de sua capacidade de influência em uma Europa federalizada que, segundo pensam, seria crescentemente controlada pelos “grandes países”. A reação do governo à proposta de constituição da UE é basicamente positiva, mas a posição oficial com relação a alguns pontos só será inteiramente definida após manifestação do Parlamento, no final de novembro de 2003. O Riksdag é majoritariamente contrário à proposta de eleição de um Presidente para o Conselho de Ministros, o que poderá levar o governo, já ambivalente quanto à idéia, a rever sua posição ou a exigir mudanças no texto proposto. A Suécia é também crítica quanto à criação do cargo de Ministro das Relações Exteriores, tendo em vista seu papel duplo na Comissão e no Conselho de Ministros, e vê com apreensão as propostas referentes à política externa e de defesa comuns no que diz respeito a eventual perda do direito de voto. A necessidade de reforma da Comissão é encarada com realismo, embora o país se veja obrigado a perder seu direito de ter Comissário com direito a voto.

Conflito no Oriente Médio

O Primeiro Ministro Göran Persson iniciou reaproximação da Suécia com Israel e fez visita oficial àquele país em outubro 1999. Desde a visita de Tage Erlander em 1962 nenhum Chefe de Governo sueco havia ido a Israel e as relações bilaterais nas últimas décadas foram marcadas pela desconfiança mútua. A inflexão imprimida por Göran Persson surpreendeu seu próprio partido e agradou sobretudo a oposição não-socialista, que elogiou a ruptura com a postura habitual e a busca de um enfoque “equilibrado” – a Suécia continuou sendo importante doadora de ajuda externa à Autoridade Palestina e os contatos com Arafat e lideranças palestinas permaneceram no mesmo patamar. A reaproximação com Israel prosseguiu com a amistosa acolhida ao Primeiro Ministro Ehud Barak no Forum Internacional sobre o Holocausto (Estocolmo, janeiro 2000), mas esfriou com a queda do governo Liberal em Israel. A Chancelaria sueca, que se mantinha cautelosa em relação à iniciativa do Primeiro Ministro, voltou a exprimir com firmeza sua condenação da linha confrontacionista da política israelense.

Persson empreendeu tentativas para reeditar o papel mediador exercido pela Suécia em 1988 em relação ao conflito no Oriente Médio, e ofereceu facilidades para a realização de reuniões em Estocolmo entre emissários de Israel e da Autoridade Palestina, mas terminou reconhecendo tacitamente (Cúpula UE-EUA, Gotemburgo 15-16 junho 2001) que as dimensões do problema estão fora do alcance da diplomacia sueca. Visita do Primeiro-Ministro à região (Israel e Palestina) tem sido repetidamente adiada pelo clima de violência da região. Na frequente diferença de tom entre os comentários do Primeiro-Ministro e da Chancelaria sobre o conflito é justificada como “natural”, em vista da diferença de suas funções. A Suécia apóia decisivamente o “Road Map” como via para se chegar à paz na região, mas está ciente de suas limitações.

Relações Brasil-Suécia/Breve histórico

- Primeiro brasileiro ilustre a visitar a Suécia: José Bonifácio (1796-78), que estudou geologia e mineralogia em Uppsala.
- Estabelecimento de relações diplomáticas Brasil-Suécia em 5 de janeiro de 1826.
- D. Pedro II visitou Estocolmo e Uppsala (1876). Foi recebido na Academia Sueca de Letras.
- Em Riddarholm (igreja onde estão sepultados os soberanos suecos) há placas recordatórias dos Imperadores D. Pedro I (cuja segunda esposa, Dona Amélia de Leuchtenberg, era irmã da Rainha Josephine, consorte do Rei Oscar I da Suécia) e D. Pedro II e do Presidente Epitácio Pessoa, ex-Cavaleiros da Ordem do Serafim (mais alta condecoração sueca).
- 1890-91 e 1910-11: chegada ao Brasil de duas levas de imigrantes suecos (cerca de 5 mil)
- 1909: primeira linha de transporte marítimo regular Brasil-Suécia
- A partir do final do sec. XIX (Ericsson foi a pioneira) e sobretudo no período entre-guerras, iniciaram-se os investimentos suecos no Brasil, cujo fluxo intensificou-se e diversificou-se de 1946 em diante, concentrando-se em São Paulo.

- 1984: Visita de Estado do Rei Carlos XVI Gustavo e Rainha Silvia ao Brasil. Assinatura de Acordo bilateral sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica e criação de Comissão Mista intergovernamental.
- 1985: Chanceler Olavo Setúbal visita a Suécia
- 1986: Chanceler Roberto de Abreu Sodré comparece às exequias do ex-Primeiro Ministro Olof Palme
- 1987: Chanceler Roberto de Abreu Sodré visita a Suécia e é recebido pelo Rei Carlos XVI Gustavo, pelo Primeiro Ministro Ingvar Carlsson e pelo Chanceler Sten Andersson.
- A partir de 1987 registraram-se diversas visitas de autoridades brasileiras à Suécia (ex: Ministro das Minas e Energia, Ministro da Aeronáutica, Ministro da Infraestrutura) e de autoridades suecas ao Brasil (ex: Ministro da Indústria, Comandante-em-Chefe da Aeronáutica). O Presidente Fernando Collor de Mello visitou Estocolmo em 1991.
- 1995: Visitas do Ministro dos Transportes e do Ministro dos Esportes a Estocolmo
- 1996: Visitas do Ministro da Ciência e Tecnologia e do Ministro da Marinha à Suécia
 - Visita do Ministro da Indústria e Comércio Björn von Sydow ao Brasil, acompanhado de comitiva de empresários suecos
 - Visita do Ministro da Marinha Peter Esbjörn Nordbeck ao Brasil
- 1997 (outubro): Visita do Secretário Nacional de Direitos Humanos Dr. José Gregori a Estocolmo
- 1998 (14-21 março): Missão Real Tecnológica ("Royal Technology Mission") chefiada pelo Rei Carlos XVI Gustavo ao Brasil
- 1999 (maio): Visita do Ministro da Defesa Björn von Sydow ao Brasil
- 1999 (dezembro): Visita da Ministra da Justiça Laila Freivalds ao Brasil
- 2000 (janeiro): Visita do SNDH Dr. José Gregori a Estocolmo, chefiando a delegação brasileira ao Fórum Internacional sobre o Holocausto. Encontro bilateral e almoço com a Ministra da Justiça da Suécia.
- 2000 (julho): Visita do Ministro da Defesa Björn von Sydow ao Brasil e assinatura de Memorando de Entendimento Brasil-Suécia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa
- 2000 (agosto-setembro): Visita da Comissão de Finanças do Parlamento da Suécia ao Brasil (Brasília, Rio e São Paulo)
- 2000 (setembro): Visita do Ministro da Defesa Dr. Geraldo Quintão à Suécia
- 2001 (abril): Visita do Ministro da Defesa Björn Von Sydow ao Brasil
- 2002 (21-24 fevereiro): Visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso a Estocolmo para participar de reunião sobre a Governança Progressista.
- 2002 (22-24 junho) Visita do Primeiro Ministro Göran Persson ao Rio de Janeiro para participar das cerimônias de transferência de sede da cúpula do Meio Ambiente para Joanesburgo2002 (junho)
- Visita do Vice-Presidente Marco Maciel a Estocolmo
- 2002/2003 (28 dezembro-2 janeiro) Visita do Primeiro Ministro Göran Persson à frente da delegação sueca para a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva
- 2003 (outubro) Visita da Vice Primeira-Ministra Margareta Winberg ao Brasil

Agenda Bilateral Brasil-Suécia

As relações bilaterais são extremamente cordiais, facilitadas por laços criados desde o final do século XIX, pelo dinamismo das empresas suecas estabelecidas no Brasil, e

pela circunstância de a Rainha Silvia ser filha de brasileira e ter grande amizade pelo Brasil. Registre-se a recente frequência dos contatos do mais alto nível, com duas visitas do Primeiro Ministro Göran Persson ao Brasil, a última para as solenidades de posse do Presidente Lula da Silva, e a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Estocolmo, em fevereiro de 2002, para participar da Reunião de Cúpula sobre Governança Progressista, ocasião em que cumpriu extensa programação bilateral. Os atuais contatos entre lideranças suecas e autoridades do governo brasileiro são igualmente profundos e têm raízes, entre outras, na área de atividades partidárias e sindicais. Em sua declaração geral de governo frente ao Parlamento, em setembro de 2003, Goran Persson atribuiu, de forma inédita, importância especial ao nosso relacionamento bilateral. A imagem do Brasil junto ao povo sueco é basicamente positiva e a pequena comunidade brasileira residente na Suécia (estimada em cerca de 5 mil pessoas) está bem integrada. Nossa presença e visibilidade estão, porém, em patamar inferior ao seu potencial. As oportunidades de promoção do turismo, exportações, cooperação científica e tecnológica e divulgação cultural poderiam ser melhor aproveitadas.

A substância do relacionamento Brasil-Suécia é sobretudo de ordem econômico-comercial e o desequilíbrio da balança comercial aponta para a conveniência de traçar-se uma política de exportação dos produtos brasileiros que melhor explore o potencial do mercado sueco. Por outro lado, as possibilidades de intensificação dos investimentos suecos no Brasil são promissoras. A agenda bilateral comporta outros temas de importância, como evidenciado nas consultas políticas de alto nível Brasil-Suécia conduzidas por representantes das duas Chancelarias (Brasília, novembro 1997). No plano político, verifica-se convergência de posições básicas sobre questões da agenda internacional – desarmamento e não-proliferação, meio ambiente, democracia, direitos humanos, combate ao crime organizado – a despeito de diferenças de prioridades, ênfase e concepção de soluções. O diálogo frequente e construtivo entre os dois países em foros multilaterais tem conduzido à participação do Brasil em iniciativas da Suécia, como a “Nova Agenda para o Desarmamento Nuclear” e o Grupo dos 16. Durante o período 1997-98 em que Brasil e Suécia coincidiram como membros não-permanentes do CSONU ocorreram diversos exemplos de concertação de posições a respeito de crises internacionais sob consideração do Conselho.

A cooperação em matéria militar e de defesa tem sido um dos aspectos importantes do intercâmbio Brasil-Suécia, com troca de visitas de alto nível e a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação Militar (São Paulo, em 07.07.2000) e Protocolo Adicional (cooperação aeronáutica). O Brasil compra armamentos suecos (a Marinha brasileira contratou aquisição de torpedos Bofors em 1999) e a Embraer desenvolve projeto conjunto com a Ericsson (radares para aeronaves). Oficiais brasileiros participam de programas de treinamento em operações de paz oferecidos pela Suécia. Tema de especial interesse para a Suécia na área da cooperação militar é a sua participação na concorrência para o fornecimento das aeronaves caça que deverão reequipar a Força Aérea Brasileira. A proposta sueca inclui importante pacote de “offset”, que envolve compensação na área de transferência de tecnologia e oferece grande potencial para a cooperação econômica.

A conjugação das experiências do Brasil e da Suécia em cooperação para o desenvolvimento poderia resultar em projetos triangulares geridos pela ABC (Agência

Brasileira de Cooperação) e ASDI/SIDA (Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional), especialmente nos países lusófonos (Angola, Moçambique, Timor Leste).

O marco institucional para a cooperação científica e tecnológica é o Acordo Bilateral de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (1984) que prevê reuniões de comissão mista. Foram realizadas três reuniões e a quarta, prevista para 1994, foi cancelada. A Suécia privilegia a cooperação direta entre as instituições de pesquisa e o mecanismo das comissões mistas na prática foi substituído por iniciativas próprias de centros de pesquisa, universidades e empresas privadas de ambos países. A STINT (Swedish Foundation for International Cooperation in Research and Higher Education), fundação privada subvencionada pelo governo sueco, é uma das principais financiadoras de projetos de pesquisas conjuntas entre universidades brasileiras e suecas. A ASDI/SIDA oferece anualmente cursos de treinamento (curta duração) em instituições suecas a técnicos brasileiros (sobretudo aos do setor público). A realização de seminário no Brasil, com a cooperação da STINT, seria útil para divulgar junto aos centros brasileiros de pesquisa as oportunidades de intercâmbio com a Suécia, ainda pouco conhecidas.

Em questões de direitos humanos, o diálogo bilateral ganhou impulso com a visita à Suécia do Secretário Nacional de Direitos Humanos (Dr. José Gregori) em 1997, que resultou em “Declaração Conjunta”. Embora a declaração não mencione a possibilidade de cooperação sueca para a implementação de projetos do Programa Nacional de Direitos Humanos – como era a intenção original do SNDH – a Suécia contribuiu com SEK 1 milhão (através da ASDI) para o projeto de treinamento da polícia militar em promoção dos direitos humanos. A Suécia também ofereceu cooperação, nos termos da declaração conjunta, para a troca de experiências em matéria de proteção dos direitos da criança. ONGs suecas trabalham no Brasil na promoção dos direitos da criança, dentre as quais a World Childhood Foundation (www.childhoodfoundation fundada pela Rainha Sílvia).

Economia

O grande alicerce da economia sueca é sua indústria tecnologicamente avançada e altamente produtiva. Num primeiro plano, destacam-se os setores de engenharia mecânica (máquinas, veículos, equipamentos e ferramentas) e de telecomunicações. Num segundo plano, as indústrias florestal (madeireira, de papel/celulose) e química. Despontou na Suécia há relativamente pouco tempo o novo setor da informática, Tecnologia da Informação (IT), de serviços relacionados a negócios via Internet, que já rendeu ao país uma posição dianteira na Europa.

O desempenho da economia sueca, embora ainda superior à média europeia, tem se deteriorado desde o segundo semestre de 2002, quando o governo social-democrata do Primeiro Ministro Goran Persson foi reconduzido pela terceira vez ao poder, em meio a promessas de crescimento econômico e de continuidade do “welfare state” do país. A realidade entretanto não se adequou às promessas de Persson no quadro de uma crise econômica mundial que, agravada pela guerra no Iraque, atingiu os maiores exportadores do país, sobretudo do setor de equipamentos de

telecomunicação, tendo obrigado a companhias como a Ericsson e a Electrolux a demitir grande número de funcionários.

Histórico

Pode-se dizer que a economia sueca moderna é resultado de um processo de desenvolvimento tecnológico iniciado no século XVIII com o domínio de conhecimento industrial voltado para a siderurgia e a mecânica. Mas somente no século XX, no período pós-guerra, conseguiu a Suécia concretizar seu potencial econômico e consolidar uma posição proeminente no mundo industrializado. A neutralidade durante a II Grande Guerra permitiu que a indústria e a força de trabalho suecas fossem poupadadas. Com seu parque industrial intacto, numa Europa arrasada pela guerra, o país obteve, quase sem investimento algum, uma grande vantagem comparativa. Com uma produção voltada para a exportação, tornou-se altamente competitiva nesse cenário europeu com poucos concorrentes, o que, conjugado à grande demanda de insumos para a reconstrução da Europa, permitiu um rápido crescimento econômico, ao qual atrelou-se o desenvolvimento das grandes indústrias e o desenvolvimento de know-how e da capacidade de produção em grande escala.

Nesse estágio da industrialização do país, as empresas suecas comprovaram que a conquista de mercados no exterior era a melhor alternativa para que pudessem se expandir, ao invés de se limitarem ao relativamente pequeno mercado interno. Essa opção implicou a contínua conquista e ampliação dos mercados externos, estratégia vigente até hoje. Mas não se ampliaram somente as exportações. As empresas multinacionais de origem sueca destacam-se pela exitosa tática de investir também na instalação de unidades de produção em países geograficamente estratégicos, permitindo-se assim a distribuição direta do produto naquele mercado alvo e países adjacentes.

PIB

A indústria de transformação, que inclui os principais setores de tecnologia de ponta, engenharia mecânica e telecomunicações, contribui com 50% do PIB, enquanto a indústria florestal - madeireira para móveis, polpa e papel - é responsável por 20% da economia do país, seguida da indústria química, que teve grande expansão na última década e hoje responde por 12% da produção industrial. Por fim, estão os setores de alimentos, com 8%, e siderurgia, com 6% do PIB.

Parcela importante do PIB da Suécia é constituída de empresas multinacionais de grande porte. Como se percebe, a opção pelo modelo exportador fez muitas empresas suecas dependentes do mercado externo. Essa dependência, por sua vez, fez do empresariado sueco um partidário da globalização e um genuíno defensor do livre comércio.

Segundo dados estatísticos recém-publicados, o Produto Interno Bruto sueco cresceu 1,3% no segundo trimestre de 2003, graças principalmente ao ligeiro aumento das exportações e ao consumo doméstico. Tal percentual é inferior ao do primeiro trimestre, calculado em 2%, mas demonstra que a economia sueca continuou a se expandir em nível superior aos dos países da União Monetária Européia.

Investimentos em Tecnologia

Outros aspectos de grande relevância no que toca à indústria sueca, principalmente entre as de escala multinacional, são os re-investimentos e a alocação de parte considerável de seus recursos financeiros em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A indústria sueca está entre as que mais intensamente investem em P&D no mundo. Cabe notar que a maior parte da tecnologia industrial é desenvolvida em laboratórios e centros de pesquisa sediados no país. Os novos produtos desenvolvidos são geralmente testados no próprio mercado sueco e sua produção deslocada para unidades no exterior.

Além da redução nas exportações, a capacidade ociosa de grande parte da economia bem como a incerteza a respeito do desenrolar da situação econômica mundial, reduziram os investimentos da iniciativa privada. O setor empresarial, assim, reduziu os investimentos em 13% no primeiro trimestre de 2003 e 5% no segundo, o que, somado às dificuldades do setor público, contribuiu para a desaceleração do crescimento. A redução do nível de investimentos, pelo oitavo trimestre consecutivo, tem sido apontada como uma das principais causas da fragilidade das atividades econômicas do país.

Exportações

Fatores externos contribuíram para deteriorar uma situação que já era desconfortável, dado que as exportações suecas já vinham se reduzindo desde 2001, apesar da pequena recuperação verificada em 2002. Deve-se, entretanto, estabelecer algumas nuances. Alguns segmentos do setor de exportações demonstraram ligeiro crescimento, como o de maquinaria, o de caminhões e peças de veículos, o de comida, o de roupas, e o de produtos químicos, com um aumento de entradas de aproximadamente 2 bilhões de dólares. Esse desempenho foi contrarrestado pela má atuação de outros segmentos do setor de exportações, particularmente o de elétricos, o de telecomunicações e o de veículos de passageiros. As importações também tiveram um declínio de aproximadamente 1,4 bilhão de dólares em 2002. Aqui também é conveniente relevar algumas nuances: as importações de comida aumentaram, mas houve decréscimo na importação de eletrônicos e equipamentos de telecomunicação, de produtos químicos básicos e de óleo cru. Desse modo, em 2003, o setor de exportações tem mostrado sinais de recuperação em relação a 2002. Essa recuperação, entretanto, foi contrabalançada pelo aumento das importações. Nesse contexto, as exportações para o Japão, para os EUA e para o Reino Unido se reduziram, refletindo a valorização da coroa em relação às moedas desses países. No que se refere aos países da zona euro, as exportações aumentaram, como foi o caso também da Noruega, China, e Polônia. As importações suecas dos EUA, por seu lado, também declinaram, enquanto aquelas provenientes de Noruega, Dinamarca, Polônia, Finlândia, China e Rússia aumentaram.

Empregos

A redução do crescimento econômico sueco desde 2001, aliada à crise mundial, tem tido um impacto cada vez maior no mercado de trabalho. O crescimento

do emprego foi praticamente nulo em 2002, seguindo-se a três anos de crescimento superior a 2% anual. Como a população economicamente ativa continuou a se expandir nesse período, cresceu também o índice de desemprego, que se elevou a 4,7% nos primeiros meses de 2003, comparado com os 4,1% do mesmo período do ano anterior. O setor industrial foi profundamente afetado pela desaceleração dos investimentos e das exportações. O nível de emprego nos setores mineiro, manufatureiro e de utilidades, considerados globalmente, declinou em média 3,8% nos primeiros meses de 2003. Nos setores financeiro e de seguros, a redução foi de 0,9%. Somente nos setores de educação e de construção houve crescimento, de 2,4% e 1,4%, respectivamente.

Moeda e câmbio

A coroa tem se valorizado em relação ao euro e, sobretudo, ao dólar, desde o final de 2001 em função, entre outros, das boas condições relativas da economia sueca (inflação baixa e crescimento superior à média dos países da zona euro). A valorização da coroa em relação ao dólar, nos primeiros meses de 2003, foi de aproximadamente 23% em relação ao mesmo período de 2002. A valorização em relação ao euro, embora mais reduzida, tem sido constante, contrariando inclusive as previsões de que haveria desvalorização da coroa após o “não” dos suecos ao euro. A vitória do “não” retratou a visão negativa da Suécia sobre a situação das principais economias europeias, mostrando o lado pragmático da população, que não aceitou os argumentos sobre as vantagens da moeda única quando a economia do país mostra fundamentos sólidos e mantém taxa de crescimento superior à Alemanha e França, países tecnicamente em recessão. O resultado do referendo sobre o euro tem implicações importantes no que se refere à condução da política monetária. Estima-se que o Riksbank (Banco Central) continuará a operar a política monetária da mesma forma que faz hoje, mantendo sua previsão de inflação atual.

Inflação

Os índices de inflação sofreram redução no decorrer de 2002, como resultado do menor crescimento econômico e do fortalecimento da coroa, e se situou em 2% em média ao ano. Nos primeiros meses de 2003, a subida dos preços dos combustíveis e, particularmente, da eletricidade deram margem a temporário aceleramento da inflação. Os custos relativos ao setor energético, todavia, logo recuaram, e o índice inflacionário voltou ao patamar anterior. Calcula-se que o índice médio de inflação rondará os 2,3% no período 2003/2004.

Perspectivas e Projeções

Segundo estimativas oficiais, espera-se um crescimento do PIB de 1,4% em 2003 e de 2,0% em 2004. O aumento da remuneração também será modesto, mas as baixas taxas de juros e a estabilidade econômica aumentarão o consumo doméstico. Prevê-se forte crescimento do consumo doméstico e público em 2004. Os investimentos no setor industrial continuarão a crescer, embora modestamente, como também os investimentos estatais, sobretudo no setor de infra-estrutura. Em um prazo mais longo, estima-se que o PIB crescerá a taxas maiores após 2004, sem criar pressões inflacionárias. Dados oficiais prevêem-se outrossim aumento de produtividade e do nível de emprego.

Relações Econômico-Comerciais Brasil-Suécia

Histórico

As relações comerciais entre o Brasil e a Suécia datam de 1808. O primeiro Encarregado de Negócios sueco mudou-se de Lisboa para o Rio de Janeiro naquele ano, pois havia recebido instruções para estabelecer-se junto ao Príncipe Regente, posteriormente elevado à condição de rei com o título de D. João VI, quando este transferiu a Corte de Portugal para o Brasil. Ainda em 1808, inaugurou-se o primeiro escritório comercial da Suécia e, nos anos subsequentes, foram criados consulados nas principais cidades portuárias brasileiras.

Em 1810, um grupo sueco instalou pequena mineradora no Estado de São Paulo. Apesar do estabelecimento dessa empresa, que exportava minério de ferro para a Suécia, o fluxo comercial ao longo do século XIX foi pouco expressivo entre os dois países, restringindo-se a chá, canela, gengibre e pimenta. Um século depois, em 1908, o estabelecimento de uma linha de navegação direta entre Gotemburgo e portos brasileiros atraiu os primeiros investimentos suecos para o Brasil: Ericsson, AGA e Electrolux. Após a II Grande Guerra, a presença sueca cresceu de maneira significativa e mais de cem firmas se estabeleceram no país. Hoje, são mais de 170 empresas, desde escritórios de representação a unidades de produção industrial de grande escala, como Volvo, Ericsson, Scania, Electrolux, ABB, Tetrapak, Facit, SKF, Sweda, Atlas Copco, Swedish Match, Alfa Laval, Stora Enso, SAS, Sandvik, entre outras. As empresas suecas empregam cerca de 30.000 pessoas e movimentam cerca de USD 5,1 bilhões (dados de 2000).

Investimentos suecos no Brasil

Diz-se que “São Paulo é a segunda maior cidade industrial sueca, depois de Gotemburgo”. Essa referência reflete a grande concentração de empresas suecas em São Paulo, entre a década de 80 e inícios dos anos 90, as quais chegaram a ser responsáveis, naquela cidade, por mais de 45.000 empregos. Hoje o número de empregados reduziu-se com a terciarização de serviços e com a redistribuição de investimentos em outros estados.

Após uma queda geral no volume de fluxo de capital aplicado no Brasil no início da década de 90, as empresas suecas estabelecidas no país voltaram a investir com a consolidação do Plano Real. Em 1997, o fluxo de investimentos ressurgiu, com USD 350 milhões, aumentando para USD 1.390 milhões em 1998, USD 850 milhões em 1999 e USD 490 milhões em 2000. Segundo dados colhidos pela Câmara de Comércio Sueco-Brasileira, sediada em São Paulo, as empresas suecas no Brasil têm intenção de efetivar investimentos no total de USD 3,1 bilhões no Brasil entre 2002 e 2005.

A título de exemplo, vale mencionar que nos últimos anos houve os seguintes investimentos suecos no Brasil: Volvo (fábrica de motores), Scania (fábrica de cabines), Tess (operadora de telefonia celular), Veracel (fábrica de papel e celulose), SKF (fábrica de rolamentos), Ericsson (fábrica de telefones celulares e construção de

um centro de pesquisas e desenvolvimento) e ASSA ABLOY (fábrica de fechaduras de segurança).

Os investimentos suecos se concentram nos seguintes setores: indústria automotiva (36%), indústria metalúrgica (20%), eletro-eletrônica e telecomunicações (14%), indústria química (12%) e indústria mecânica (5%).

- Investimentos - série histórica em milhões

1997: USD 350

1998: USD 1.390

1999: USD 850

2000: USD 490

Relações comerciais

O intercâmbio comercial Brasil-Suécia somou USD 782 milhões em 2002, sendo USD 270 milhões relativos a exportações brasileiras para a Suécia e USD 512 milhões de exportações suecas para o Brasil. A participação das exportações para o mercado sueco no total exportado pelo Brasil em 2002 foi de 0,30%, enquanto as exportações suecas para o Brasil representaram 1,22% do total importado pelo Brasil em 2002.

Exportações brasileiras para a Suécia em 2002

Os 10 maiores grupos de produtos

<u>Capítulo/Produtos</u>	<u>Toneladas</u>	<u>US\$</u>
85-Aparelhos elétricos, stéreo, televisão	1534	51.668.000,00
09-Café	36626	35.302.000,00
84-Máquinas e instrumentos	7628	35.235.000,00
87-Veículos automotores e suas partes	7042	31.816.000,00
23-Ração animal - soja	74322	14.540.000,00
02-Carne - refrigerada e congelada	2763	11.023.000,00
44-Madeira	75137	9.217.000,00
72-Ferro e aço	5971	7.932.000,00
64-Calçado e partes	222	5.361.000,00
24-Tabaco	1363	4.965.000,00
Total das exportações		270 milhões

Importações brasileiras da Suécia em 2002

Os 10 maiores grupos de produtos

<u>Capítulo/Produtos</u>	<u>Toneladas</u>	<u>US\$</u>
84-Máquinas e instrumentos	11560	176.785.000,00
85-Aparelhos elétricos, estéreo, televisão	2699	126.590.000,00
87-Veículos a motor e suas partes	8372	50.395.000,00
90-Equipamentos óticos, foto e equip. cirúrgicos	179	26.146.000,00
30-Produtos farmacêuticos	159	25.117.000,00
72-Ferro e aço	11173	18.575.000,00
39-Produtos de plástico e borracha	5009	11.367.000,00
73-Produtos de ferro e aço	2088	9.347.000,00
82-Ferramentas manuais e talheres	284	7.409.000,00
29-Produtos químicos	5792	6.269.000,00
TOTAL das importações		512 milhões

Balança comercial - Série histórica**Exportações brasileiras em milhões**

1997 – USD 246,86
 1998 – USD 238,83
 1999 – USD 280,05
 2000 – USD 271,84
 2001 - US\$ 197,07

Importações brasileiras em milhões

1997 – USD 705,97
 1998 – USD 907,48
 1999 – USD 792,23
 2000 – USD 676,07
 2001 - US\$ 661,08

MENSAGEM Nº 120, DE 2006

(Nº 243/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto nos arts. 18, I, e 56, do Regulamento Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a escolha, que desejo fazer, da Senhora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Coréia.

Os méritos da Senhora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 17 de Abril de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 131 DP/AFEPA/G-MRE-APES

Brasília, 8 de abril de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto nos artigos 18, I, e 56 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação

de Vossa Excelência a anexa minuta de mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Coréia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** da Senhora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim.**

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE CELINA MARIA ASSUMPÇÃO DO VALLE PEREIRA

CPF: 4656580759
ID: 2709 MRE/DF

16/04/1939	Filha de Olavo Nunes de Assumpção e Maria Hedy Barão de Assumpção, nasce em 16 de abril, em Santa Maria/RS
12/03/1967	Licenciatura em Língua e Literatura Francesa, Universidade d'Aix-Marseille, França e Licenciatura em Letras Neolatinas pela PUC/RJ
22/01/1969	Terceira Secretária, concurso, em 22 de janeiro
07/02/1969	Curso de Prática Consular, IRBr.
12/05/1969	Divisão Consular, assistente
10/10/1971	Divisão de Comunicações, assistente
17/02/1972	Embaixada em Buenos Aires, Terceira Secretária
01/01/1973	Segunda Secretária, por merecimento, em 1 de janeiro
05/01/1974	Gabinete do Ministro de Estado, Oficial de Gabinete
10/11/1975	Em Licença. 1975/1976.
20/02/1976	Departamento Geral de Administração, assessora
08/08/1977	Gabinete do Ministro de Estado, assessora
23/12/1977	Primeira Secretária, por merecimento, em 23 de dezembro
27/05/1979	Divisão de Política Comercial, assistente
23/06/1981	Conselheira, por merecimento, em 23 de junho.
30/08/1981	Gabinete do Ministro de Estado, Assessora e Chefe, substituta da Secretaria de Assuntos Legislativos
01/09/1982	Divisão de Atos Internacionais, Chefe
17/05/1984	Embaixada em Washington, Conselheira
20/06/1984	CAE - IRBr, Brasil e Argentina, Convergências e Divergências: de Uruguaiana a Itaipu
14/10/1987	Embaixada em Ottawa, Conselheira
15/05/1989	Divisão da Europa-I, Chefe e no Departamento da Europa, Chefe, Substituta
30/06/1989	Ministra de Segunda Classe, em 30 de junho

25/11/1990	Departamento do Serviço Exterior, Chefe
19/04/1991	Embaixada em Paris, Ministra-Conselheira
21/03/1996	Subsecretaria do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete
20/07/1997	Departamento de Organismos Internacionais, Diretora-Geral
23/12/1997	Ministra de Primeira Classe, em 23 de dezembro
03/02/1998	II Conferência Regional sobre Medidas de Promoção da Confiança e da Segurança, El Salvador, Chefe de delegação
01/09/1998	I Reunião da Força Tarefa para a Ásia Meridional, Londres, Chefe de delegação
07/08/1999	II Reunião da Força Tarefa para a Ásia Meridional, Londres, Chefe de delegação.
26/10/1999	Reunião do Comitê Permanente Brasil-Argentina sobre Política Nuclear, Buenos Aires, Chefe de delegação
28/04/2000	Delegação Permanente em Genebra, Embaixadora-Alterna
17/01/2001	Conferência dos Estados Partes da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Biológicas e Tóxicas e sobre sua Destrução, Genebra, Chefe de delegação
15/04/2002	283a. Sessão do Conselho de Administração da OIT, Genebra, Chefe de delegação
30/04/2002	54a. Sessão da Subcomissão para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos, Genebra, Chefe da delegação
13/05/2002	IV Conferência dos Estados Partes da Convenção para a Proibição da Produção, Uso, Transferência e Estocagem de Minas Antipessoal, Genebra, Chefe de delegação
03/06/2002	285a. Sessão da Junta Executiva da OIT, Genebra, Chefe da delegação
26/05/2003	Embaixada em Berna, Embaixadora

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

REPÚBLICA DA CORÉIA

- **Área:** 99,480 km² (equivalente ao estado de Pernambuco, aproximadamente).
- **Capital:** Seul
- **População:** 48,5 milhões (est. 2005)
- **Idiomas:** coreano e inglês
- **Religiões:** budismo, confucionismo e cristianismo
- **Sistema político:** presidencialismo parlamentarista
- **Presidente:** Roh Moo-hyun
- **Chanceler:** Ban Ki-moon
- **Primeiro Ministro:** Han Duck-Soo (interino)
- **PIB (preços de mercado):** US\$ 804 bilhões (estimativa para 2005)
- **PIB per capita (preços de mercado):** US\$ 16.600 (est. para 2005)
- **Exportações totais:** US\$ 280,4 bilhões (est. 2005)
- **Principais países de destino das exportações:** China, EUA, Japão, Hong Kong
- **Importações totais:** US\$ 251,5 bilhões (est. 2005)
- **Principais países de origem das importações:** Japão, China, EUA, Arábia Saudita
- **Unidade monetária:** won
- **Intercâmbio comercial Brasil-Coréia do Sul:** US\$ 4,2 bilhões (2005)
- **Exportações brasileiras:** US\$ 1,9 bilhão (2005)
- **Principais produtos:** semi-manufaturados provindos do ferro, minérios de ferro aglomerados e não-aglomerados, bagaço e outros resíduos sólidos da soja, óleo bruto de petróleo.
- **Importações brasileiras:** US\$ 2,3 bilhões (2005)
- **Principais produtos:** partes para aparelhos transmissores/receptores, dispositivos de cristais líquidos (LCD) e tubos catódicos para receptores de televisão, circuitos integrados.

2. Evolução política recente

Em 1910, a Península Coreana foi formalmente incorporada pelo Japão, que desenvolveu políticas de assimilação, ainda ressentidas por muito coreanos. Com a derrota do Japão em 1945, Estados Unidos e União Soviética accordaram, para fins de receber a rendição de tropas japonesas, a divisão da Coréia pelo paralelo 38 e a criação de dois países: a República da Coréia, ao Sul, ocupada pelos norte-americanos; e a República Popular Democrática da Coréia (RPDC), ao Norte, de orientação socialista, nos moldes soviéticos.

A ocupação durou até junho de 1949, com as retiradas das tropas soviéticas e norte-americanas dos dois territórios. Um ano depois, explode a “Guerra da Coréia. Em julho de 1953, as forças de ambos os lados chegaram a um impasse, equilibradas, aproximadamente à altura do paralelo 38°, e convieram em celebrar armistício, até hoje em vigor, que consolidou a divisão da Península Coreana.

3) Quadro Político

A Constituição de 1948 atribui ao Presidente o poder supremo em relação a todas as funções executivas do Governo. O Presidente é o líder do partido político majoritário e, como Chefe do Estado, simboliza e representa a nação. Também é o Comandante-em-Chefe das Forças Armadas, com amplos poderes, inclusive o de declarar guerra. Atualmente, o mandato do Presidente é de 5 anos, sem reeleição. O Poder Legislativo é exercido pela Assembléia Nacional, unicameral, com não menos de 200 membros.

O atual Presidente Roh Moo-hyun, eleito em dezembro de 2002, assumiu o cargo em fevereiro de 2003.

Em março de 2006, o Primeiro Ministro Lee Hae-Chan renunciou a seu cargo, devido a denúncias de compra de favores e subornos envolvendo empresários do setor de trigo de seu país. Foi substituído, temporariamente, pelo Ministro das Finanças, Han Duck-soo.

4) Quadro Econômico

À época da Guerra da Coréia, no início dos anos 50, a Coréia do Sul era um país subdesenvolvido, de base agrária e dependente da ajuda externa. A partir da década de 1960, com o apoio de recursos norte-americanos, iniciaram-se os planos quinquenais sul-coreanos, que consolidaram uma estratégia de desenvolvimento baseada na industrialização voltada para

as exportações. As políticas públicas de apoio e fiscalização do setor exportador foram complementadas por maciços incentivos à educação.

A elevação do nível educacional, em especial a formação e capacitação de engenheiros e cientistas, revelar-se-ia essencial para atingir o grau de diversificação e sofisticação da pauta exportadora a partir dos anos 80, quando os incentivos governamentais foram redirecionados às indústrias de informática e microeletrônica. A década de 1990 foi marcada por uma política de incentivos concentrada na pesquisa e desenvolvimento (P&D) nos setores de alta tecnologia e automobilístico e de construção naval.

Após três décadas de crescimento ininterrupto, à taxa média de 9% ao ano, a crise financeira que atingiu a Coréia no segundo semestre de 1997 teve efeito devastador, causando a pior recessão no pós-guerra, com retração de 6,7% do PIB em 1998. Em 1999, no entanto, a economia sul-coreana já estava em recuperação e hoje apresenta níveis estáveis de crescimento (média de 4% ao ano).

5) Política Externa

A política externa sul-coreana é intensamente marcada pela questão da desnuclearização da Península Coreana e pelo relacionamento com a República Popular Democrática da Coréia (RPDC – Coréia do Norte). Ressaltam também os interesses da diplomacia econômica sul-coreana e outras questões de segurança do Nordeste asiático.

Após anos de desconfiança e ameaças, em 1998, o então Presidente da República da Coréia, Kim Dae-jung implantou uma política de engajamento construtivo com a RPDC (“sunshine policy”), que resultou na histórica Cúpula com o líder norte-coreano Kim Jong-il, em 2000, em Pyongyang.

A atitude de reconciliação foi mantida mesmo após a retirada da RPDC do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), em 2003. A partir daquele ano, os dois países iniciaram as negociações hexapartites, com Rússia, EUA, China e Japão, com vistas à desnuclearização completa da Península Coreana e o abandono do programa nuclear norte-coreano. As duas últimas rodadas das negociações resultaram na promessa da RPDC em retornar ao TNP e aceitar inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica, em troca de ajuda alimentar e energética (fornecimento de dois reatores de água leve, acordado com os EUA em 1994, e fornecimento de energia elétrica pela Coréia do Sul), bem como a retirada das sanções norte-americanas em relação ao país.

A postura da Coréia do Sul nas negociações hexapartites ensejou um grande fortalecimento do país, do ponto de vista diplomático. O reconhecimento internacional daí decorrente habilitou o país a apresentar a candidatura de seu Chanceler Ban Ki-Moon a Secretário-Geral das Nações Unidas, para o mandato que terá início em 2007.

De extrema importância para a Coréia do Sul é também sua diplomacia econômica. A política de desenvolvimento voltada para as exportações, adotada a partir da década de 1950, resultou em uma estrutura econômica em que o total do comércio exterior do país (US\$ 531 bilhões) corresponde a cerca de 66% de seu PIB (2005), o que denota o alto grau de abertura de sua economia. Esse dado tem influência direta na política externa do país, centrada no fortalecimento dos laços econômicos como a base de seus relacionamentos com outros países.

Vale recordar, a propósito, que a Coréia do Sul iniciou negociações com os EUA, em torno de um Acordo de Livre Comércio (ALC), e mantém instrumentos dessa natureza com outros países (Chile, Cingapura, e EFTA – *European Free Trade Agreement*, que congrega Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein). Possui também negociações comerciais em curso com a ASEAN; Japão; Canadá; México; China; Índia; e Mercosul.

Outra importante vertente da diplomacia sul-coreana são as questões de segurança do Nordeste asiático. Sua posição geográfica estratégica entre Japão, Rússia e China, a lembrança do passado colonial japonês e a presença norte-americana em seu território (há mais de 30 bases militares norte-americanas em território sul-coreano), tornam essencial, para a República da Coréia, garantir uma estabilidade político-estratégica no entorno regional, além de reforçar o eixo diplomático com Washington e com a República Popular da China. Por isso, tem atuado intensamente nos foros multilaterais da região da Ásia-Pacífico, como a APEC (*Asia-Pacific Cooperation*), Cúpula do Leste Asiático e ASEAN (*Association of Southeast Asian Nations*), neste último como membro associado.

6) Relações políticas bilaterais

O relacionamento político-diplomático do Brasil com a Coréia do Sul teve início em outubro de 1959. O Brasil foi o 8º país do mundo e o 2º latino-americano (o 1º foi o Chile) a reconhecer oficialmente a Coréia do Sul.

Em 1996, o então Presidente Kim Young-Sam visitou o Brasil. Em janeiro de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso visitou a Coréia do Sul. Na ocasião, foi lançada a “Parceria Especial para o Século XXI”, que abriu caminhos para entendimentos nas áreas de tecnologia da informação, biotecnologia, tecnologia espacial, eletro-eletrônica, metalurgia e

tecnologias limpas. A visita ao Brasil, em 2001, do Presidente Kim Dae-jung não se concretizou, em razão dos atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos.

No últimos anos, as relações bilaterais experimentaram grande salto qualitativo, após as visitas do Presidente Roh ao Brasil, em novembro de 2004, e do Presidente Lula a Seul, em maio de 2005. Naquelas ocasiões, buscou-se reforçar as complementaridades existentes entre os dois países em um grande número de áreas, que variam desde o uso pacífico da energia nuclear, biodiversidade, alta tecnologia, e projetos de infra-estrutura, até setores tradicionais, como *agribusiness*.

Como evidência do alto potencial de cooperação entre os dois países, as duas últimas visitas presidenciais emsejaram os seguintes atos principais de fortalecimento das relações bilaterais:

- Reafirmação do compromisso com o funcionamento da “Relação Abrangente de Cooperação para a Prosperidade Comum no Século XXI” e com a continuada expansão da cooperação bilateral em vários órgãos internacionais e fóruns multilaterais, como ONU, OMC e FOCALAL (Fóro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste);
- Assinatura do Memorando de Entendimento sobre Energia e Recursos Naturais, que estabelece mecanismos de consulta e cooperação nessas áreas;
- Primeira reunião do Comitê Conjunto sobre Ciência e Tecnologia e Simpósio sobre Cooperação Científica e Tecnológica, em julho de 2005, no Brasil;
- Primeira reunião do Comitê de Cooperação Agrícola, em fevereiro de 2006, para a promoção um diálogo mais estreito entre os dois países nessa área;
- Assinatura do Memorando de Entendimento entre os Ministérios das Comunicações, para o estabelecimento de um Centro de Cooperação sobre Tecnologia da Informação no Brasil;
- Assinatura de Memorando de Entendimento entre os Ministérios dos Transportes, para o estabelecimento de cooperação mais intensa na área de infra-estrutura e transportes;
- Estabelecimento do Conselho Brasil-Coréia para o Século XXI, e seu sucessor, Fórum Brasil-Coréia (grupos de “sábios” dos dois países, que se reúnem para conceber novas iniciativas de fortalecimento das relações bilaterais);
- Elaboração de Estudo Conjunto sobre a Viabilidade de um Acordo Comercial entre o MERCOSUL e a República da Coréia;

- Memorando de Entendimento entre o BNDES e o EXIM Bank da República da Coréia;
- Memorando de Entendimento entre a APEX e a “Korea Trade-Investment Promotion Agency (KOTRA);
- Acordo de Cooperação entre o Banco do Brasil e o “Korea Exchange Bank”;
- Acordo de Cooperação entre a ELETROBRAS e a “Korea Eletric Power Corporation”;
- Memorando de Entendimento entre a Companhia Vale do Rio Doce e a POSCO;
- Memorando de Entendimento entre a Companhia Vale do Rio Doce, Danielli & Office Meccaniche S.P.A., Dongkuk Steel Mill, Usina Siderúrgica do Ceará, Banco do Nordeste do Brasil e Estado do Ceará.

O Mercosul e a Coréia do Sul realizaram, em março de 2006, a III Reunião do Grupo de Trabalho Conjunto a respeito do impacto de um eventual acordo comercial. Os trabalhos continuarão em maio vindouro, em Seul. Não há compromisso do Mercosul em negociar Acordo de Livre Comércio com a Coréia, pelo menos por enquanto.

Para anunciar a candidatura sul-coreana ao posto de Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), visitou o Brasil, em janeiro de 2005, o Vice-Chanceler Lee-Kyu Hyung. O Brasil ainda não possui posição definida em relação às candidaturas ao cargo de SGNU apresentadas até o momento.

Vale ainda recordar que a Coréia divide atualmente com o Brasil a coordenação do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL).

7) Relações econômicas e comerciais bilaterais

As relações comerciais entre o Brasil e a Coréia vêm ganhando notável dinamismo nos últimos anos. A pauta comercial bilateral em 2005 totalizou US\$ 4,2 bilhões, e dobrou desde 2002, quando atingiu pouco menos que US\$ 2 bilhões. Com isso, a Coréia tornou-se nosso terceiro parceiro mais importante na Ásia, após a China e o Japão. O Brasil, no entanto, enfrenta alguns entraves ao mercado coreano, como as barreiras fitossanitárias à carne bovina (a Coréia do Sul não aceita o princípio da regionalização em relação ao combate à aftosa) e frutas, além de restrições ao número de abatedouros avícolas brasileiros habilitados a exportar para aquele mercado. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) está procurando negociar soluções para essas dificuldades.

A Coréia do Sul possui importantes investimentos diretos no Brasil, com a presença de mais de 30 firmas sul-coreanas instaladas em território nacional, como a Samsung, LG e Hyundai. Recentemente, o Governo coreano anunciou duas grandes joint-ventures no Brasil,

em Fortaleza e em Piracicaba (indústrias siderúrgica e de produção de aminoácidos, respectivamente).

Foi a seguinte a evolução do intercâmbio comercial nos últimos anos:

Intercâmbio Comercial Brasil – Coréia (US\$ mil FOB)

	Exportações brasileiras	Variação	Importações brasileiras	Variação	Total do intercâmbio	Saldo
1999	627.534	34,4%	1.019.090	3,1%	1.646.624	-391.556
2000	580.775	-7,5%	1.437.536	41,1%	2.018.311	-856.761
2001	736.476	26,8%	1.574.075	9,5%	2.310.551	-837.599
2002	852.419	15,7%	1.066.633	-32,2%	1.919.052	-214.214
2003	1.223.104	43,5%	1.078.803	1,1%	2.301.907	144.301
2004	1.429.298	16,9%	1.729.906	60,3%	3.158.980	-300.384
2005	1.896.248	32,6%	2.326.701	34,5%	4.222.950	-430.452

Fonte: MDIC (10/01/2006)

Principais produtos exportados pelo Brasil:

- Produtos semimanufaturados de ferro/aço;
- Minérios de ferro aglomerados e não-aglomerados e seus concentrados;
- Bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja;
- Óleos brutos de petróleo;
- Outros grãos de soja, mesmo triturados;
- Álcool etílico não-desnaturado;
- Sulfetos de minérios de cobre;
- Produtos semimanufaturados de outras ligas de aços;
- Produtos semimanufaturados de ferro/aço, não-ligados;
- Café não-torrado, não-descafeinado, em grão;
- Chassis com motor diesel e cabina;
- Sucos de laranjas, congelados, não-fermentados.

Principais produtos importados pelo Brasil:

- Outras partes para aparelhos transmissores/receptores;
- Dispositivos de cristais líquidos (LCD);
- Tubos catódicos p/receptores de televisão em cores, etc.;
- Circuitos integrados monolit. montados "chipset";
- Tubos de visualização de dados gráficos em cores, tela fosfórica;
- Outros circuitos integrados monolit. montados;
- Conjuntos cabeça-disco de unidade de disco rígido, montados;
- Outras memórias montadas;
- Outras partes p/aparelhos receptores radiodifusão, televisão, etc.;

Aviso nº 357-C. Civil.

Em 17 de abril de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Celina Maria Assumpção do Valle Pereira, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Coréia.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A mensagens lidas vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 373, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, que autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Relator: Senador Edison Lobão

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 130, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

A proposição contém quatro artigos. O art. 1º autoriza o Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores públicos dos ex-Territórios Federais das áreas de saúde, educação, meio ambiente e fiscalização, atualmente à disposição dos governos estaduais, nas carreiras disciplinadas pelos diplomas legais que relaciona.

O § 1º do art. 1º especifica que o enquadramento será feito de acordo com a área de atividade do servidor, de acordo com os critérios das normas das carreiras e seus respectivos planos, no prazo de noventa dias

a contar da publicação da Lei, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2005. O § 2º do dispositivo determina que os servidores continuarão prestando serviços aos governos estaduais, originados dos ex-Territórios.

O art. 2º dispõe que os servidores e militares dos ex-Territórios serão redistribuídos para o órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional em cuja competência se incluir a respectiva área de atividade, sem prejuízo de seus direitos e vantagens e da permanência de sua cessão ao governo do estado a que prestam serviço e observado, salvo para os abrangidos pelo art. 1º e para os integrantes de carreiras específicas, o disposto no art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 12 da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.

O art. 3º estabelece que o disposto na Lei se aplica aos servidores inativos e aos pensionistas abrangidos pelos arts. 6º e 70 da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

O art. 4º contém a cláusula de vigência da norma, a partir da publicação, mas com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2005.

A justificação relata que os servidores públicos dos ex-Territórios têm ficado inteiramente à margem dos planos de carreira setoriais implantados pela atual política de recursos humanos do governo, com graves prejuízos financeiros e profissionais. O projeto, então, visa a corrigir essa injustiça, em busca do princípio constitucional da isonomia.

A proposição vem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão terminativa.

II – Análise

A Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, criou o Estado de Rondônia, mediante a elevação do Território Federal de mesmo nome, mantidos os seus limites e confrontações. O art. 36 dessa Lei estabeleceu que seriam responsabilidade da União, até o exercício de 1991, as despesas com os servidores civis e militares que descreve.

A Constituição de 1988, no art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), transformou os Territórios Federais de Roraima e do Amapá em Estados Federados, mantidos seus limites geográficos.

No § 2º ficou estipulado que a essas transformações seriam aplicadas as normas e os critérios observados na criação do Estado de Rondônia.

Ocorre, porém, que a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, por seu art. 31, manda enquadrar à administração federal os servidores federais da administração direta ou indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções,

prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados; os policiais militares admitidos por força de lei federal, custeados pela União; e, ainda, os servidores civis nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União.

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 38, de 2002, inseriu art. 89 no ADCT, para incorporar aos quadros da Administração Federal os integrantes da carreira policial militar do ex-Território Federal de Rondônia, que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções, prestando serviços àquele ex-Território na data em que foi transformado em Estado, bem como os Policiais Militares admitidos por força de lei federal, custeados pela União.

Esse servidores, portanto, integram os quadros da Administração Federal. Entretanto, conforme relata a justificação, têm ficado à margem dos planos de carreira implementados pelo Governo, o que lhes acarreta sérios danos funcionais e financeiros.

Faz-se necessária a correção dessa situação. Afinal, não pode a União deixar privados de amparo os servidores, apenas porque prestam serviços aos Estados, na condição de cedidos. Pelo contrário, incumbe à União envidar esforços dignos de colaboração com os Estados, ex-Territórios Federais, conforme determinado nas normas constitucionais.

E, para tanto, é adequada e oportuna a solução do projeto, que autoriza o enquadramento dos servidores, conforme sua especialidade, nos planos de carreira que relaciona, assim como a redistribuição para o órgão federal, em cuja competência se inserir a respectiva área de atividade, concretizando a previsão de aproveitamento que consta na parte final do § 2º do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998. Mas se mantém a alocação dos servidores na administração estadual, para não prejudicar a prestação de serviços pelos Estados.

No que tange à constitucionalidade e juridicidade, o projeto de lei tem natureza autorizativa, não incidindo em vício de iniciativa, conforme bem esclarece o Parecer nº 527, de 1998, desta Comissão, Relator Senador Josaphat Marinho, aprovado pelo Plenário em 12 de novembro de 1998 (publicado no Regimento Interno e normas conexas, 2003, vol. II, p. 198).

Neste sentido, são necessários alguns ajustes, promovidos por emendas que ora apresentamos, com o fim de retirar, do § 1º do art. 1º do projeto, o prazo de noventa dias, contados da publicação da Lei, para enquadramento dos servidores. Também, propõe-se retirar, desse dispositivo e do art. 4º, a determinação de incidência de efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2005.

Também, é preciso proceder a pequeno complemento no inciso I do art. 1º, tendo em vista a revogação da Medida Provisória nº 2.175-29, de 29 de agosto de 2001, pela Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, que convalidou os atos praticados com base nela.

Por fim, para consagrar tratamento isonômico, faz-se necessário acolher a emenda apresentada pelos eminentes Senadores Gerson Camata e Gilvan Borges, que inclui os servidores integrantes do grupo de tributação, arrecadação e fiscalização dos extintos Territórios Federais do Amapá e Roraima na autorização prevista no Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, acrescentado dois incisos ao seu art. 1º, que fazem referência aos diplomas legais que estruturaram suas carreiras, corrigindo-se, apenas, o lapso material quanto à numeração da Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, com as emendas a seguir.

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se ao inciso I do art. 1º do PLS nº 130, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º
I – Medida Provisória nº 2.175-29, de 29 de agosto de 2001, sucedida pela Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002;
.....”

EMENDA Nº 2 – CCJ

Dê-se ao § 1º do art. Iº do PLS nº 130, de 2005, a seguinte redação:

“Art 1º
§ 1º O enquadramento de que trata o caput será feito de acordo com a área de atividade do servidor, dentro dos critérios estabelecidos pelos diplomas legais lá referidos e normas posteriores aplicáveis às respectivas carreiras e planos de carreira, com efeitos a partir da publicação desta Lei;

EMENDA Nº 3 – CCJ

Dê-se ao art. 4º do PLS nº 130, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

EMENDA Nº 4 – CCJ

Acresça-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, os seguintes incisos:

“Art 1º
.....
VII – Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002;
VIII – Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978.”

Sala da Comissão, 15 de março de 2006.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS **Nº** 130 **DE** 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/03/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<i>Antônio Carlos Magalhães</i>
RELATOR:	<i>Edison Lobão</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO <i>(RELATOR)</i>	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>José Jorge</i>	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA <i>João Batista Motta</i>	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA <i>Juvêncio da Fonseca</i>	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾, PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELcídio AMARAL
EDUARDO SUPLICY <i>Eduardo Suplicy</i>	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIAKI
MAGNO MALTA	4-PATRÍCIA SABOYAGOMES
IDELE SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO <i>Sibá Machado</i>
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SHHESSARENKO <i>Serys Shheissenko</i>	7-MARCELO CRIVELLA ⁽³⁾
PMDB	
RAMEZ TEbet <i>Ramez Tebet</i>	1-LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA <i>Maguito Vilela</i>	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO <i>José Maranhão</i>	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 09/02/2006.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

PROPOSIÇÃO: PLS N° 130 , DE 2005

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES					1 - ROMEU TUMA				
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES					3 - JOSÉ AGRIPIÑO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSE JORGE	X				5 - RODOLPHO TOURIÑHO				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVENTÍCIO DA FONSECA	X				9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾ , PLE, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾ , PLE, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLICY	X				2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIAIS				
MAGNO MALTA					4 - PATRÍCIA SABOYA GOMES				
IDELI SALVATTI					5 - SIBA MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 - MOZARTO CAVALCANTI				
SERYS SLEHSSARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA (PMR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEbet					1 - LUIZ OTÁVIO				
MAGUITO VILELA					2 - GERSON CAMATA				
JOSE MARANHÃO	X				3 - SÉRGIO CABRAL				
ROMERO JUCA					4 - ALMEIDA LIMA				
AMIR LANDO					5 - LEONMAR QUINTANILHA (PCdoB)				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PÉREZ					1 - OSMAR DIAS				
TOTAL:	14	SIM:	13	NÃO:	—	ABSTENÇÃO:	—	AUTOR:	—
									PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / 03 / 2006


Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFETO DE *QUORUM* (art. 132, § 8º, do RISF)
UACG12005 Reunião de votação nominal.doc (atualizado em 09/02/2006)

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005
(Vaga cedida pelo PSDB).
(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

Presidente

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

*EMENDAS N^os 1-CCJ e 4-CCJ
PROPOSIÇÃO: PLN N^o 130 , DE 2005*

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - ROMEU TUMA	X			
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPIÑO				
EDISON LOBÃO	X				4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE	X				5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
JOÃO BATISTA MOTTA	X				6 - TASSO JEREISSATI				
ALVARO DIAS	X				7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VÍRGILIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVÉNCIO DA FONSECA	X				9 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾	X			
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾ , PLE, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾ , PLE, PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE	X				1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPlicy					2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASSI				
MAGNO MALTA					4 - PATRÍCIA SABOYA GOMES				
IDELI SALVATTI					5 - SIBÁ MACHADO	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES					6 - MOZARILDO CAVALCANTI	X			
SERYS SLHESSARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA (PMR)				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEbet					1 - LUIZ OTÁVIO				
MAGUITO VILELA					2 - GERSON CAMATA				
JOSÉ MARANHÃO	X				3 - SÉRGIO CABRAL				
ROMERO JUCA					4 - ALMEIDA LIMA				
AMIR LANDO					5 - LEONMAR QUINTANILHA (PCdoB)				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES					1 - OSMAR DIAS				
TOTAL:	14	SIM:	13	NÃO:	—	ABSTENÇÃO:	—	AUTOR:	—
									PRESIDENTE

SALA DAS REUNIÕES, EM 15 / 03 / 2006

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDOSE SUA PRESENÇA PARA EFETO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RFSF)

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o PSD em 26/10/2005.

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

Presidente

**TEXTO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 130, DE 2005**

Na Comissão de Constituição,
Justiça e Cidadania que:

“Autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a proceder ao enquadramento dos servidores públicos dos ex-Territórios Federais das áreas de saúde, educação, meio ambiente e fiscalização, conforme o caso, atualmente à disposição dos respectivos governos estaduais, nas carreiras e planos de carreira instituídos pelos seguintes diplomas legais:

I – Medida Provisória nº 2.175-29, de 24 de agosto de 2001, sucedida pela Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002;

II – Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

III – Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002;

IV – Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002;

V – Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002;

VI – Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005;

VII – Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002;

VIII – Lei nº 6.550, de 5 de julho de 1978.

§ 1º O enquadramento de que trata o caput será feito de acordo com a área de atividade do servidor, dentro dos critérios estabelecidos pelos diplomas legais lá referidos e normas posteriores aplicáveis às respectivas carreiras e planos de carreira, com efeitos a partir da publicação desta Lei;

§ 2º Os servidores de que trata este artigo continuarão prestando serviços aos Governos dos Estados originados dos ex-Territórios após o seu enquadramento nas carreiras ou planos de carreira respectivos, percebendo todos os direitos e vantagens a eles inerentes.

Art. 2º Os servidores e militares dos ex-Territórios são redistribuídos para o órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional em cuja competência se incluir a respectiva área de atividade, sem prejuízo de seus direitos e vantagens e da permanência de sua cessão ao Governo do Estado a que prestam serviço e observado, salvo para os abrangidos pelo art. 1º e para os integrantes de carreiras específicas, o disposto no art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 12 da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.

Art. 3º O disposto nesta Lei aplica-se aos servidores inativos e aos pensionistas abrangidos pelos arts. 6º e 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 15 de março de 2006.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI N° 6.550, DE 5 DE JULHO DE 1978.**

Estabelece diretrizes para a classificação de cargos, empregos e funções do Serviço Civil dos Territórios Federais, e dá outras providências.

LEI N° 8.270, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre reajuste da remuneração dos servidores públicos, corrige e reestrutura tabelas de vencimentos, e dá outras providências.

Art. 7º Poderão ser enquadrados nos planos de classificação de cargos dos órgãos da Administração Pública Federal direta, das autarquias, incluídas as em regime especial, e das fundações públicas federais, pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil, os respectivos servidores redistribuídos de órgão ou entidade cujos planos de classificação sejam diversos daqueles a que os servidores pertenciam, sem modificação da remuneração e da essência das atribuições dos cargos de que são ocupantes. (Redação dada pela Lei 9.624, de 1998)

LEI N° 9.624, DE 2 DE ABRIL DE 1998

Altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e dá outras providências.

Art. 12. O caput e o § 1º do art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação, revogado o § 5º:

LEI N° 10.593, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2002.

Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional, que passa a denominar-se Carreira Auditoria da Receita Federal - ARF, e sobre a organização da Carreira Auditoria-Fiscal da Previdência Social e da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, e dá outras providências.

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.

Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais,

que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

- I - sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;
- II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;
- III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e
- IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

~~Parágrafo único. Os proventos das aposentadorias concedidas conforme este artigo cerão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, na forma da lei, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal. (Revogado pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)~~

Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

.....

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II - facultativos para:
 - a) os analfabetos;
 - b) os maiores de setenta anos;
 - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

§ 4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

~~§ 5º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.~~

§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

§ 6º - Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;

II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

~~§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.~~

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 4, de 1994)

§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

.....

Seção V
DO CONSELHO DA REPÚBLICA E DO CONSELHO DE DEFESA NACIONAL
Subseção I
Do Conselho da República

Art. 89. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele participam:

I - o Vice-Presidente da República;

II - o Presidente da Câmara dos Deputados;

III - o Presidente do Senado Federal;

IV - os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados;

V - os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal;

VI - o Ministro da Justiça;

VII - seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada a recondução.

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 04 DE JUNHO DE 1998

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

.....

Art. 31. Os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados; os policiais militares que tenham sido admitidos por força de lei federal, custeados pela União; e, ainda, os servidores civis nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e vantagens inerentes aos seus servidores, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias.

.....

§ 2º Os servidores civis continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, até seu aproveitamento em órgão da administração federal.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA N° 2.175-29, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Revogada pela Lei nº 10.593, de 2002

.....

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 38, DE 12 DE JUNHO DE 2002

Acrescenta o art. 89 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incorporando os Policiais Militares do extinto Território Federal de Rondônia aos Quadros da União.

.....

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Edison Lobão**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 130, de 2005, de autoria do Senador José Sarney, autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da administração pública federal.

A proposição contém quatro artigos. O art. 1º autoriza o Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores públicos dos ex-territórios federais das áreas de saúde, educação, meio ambiente e fiscaliza-

ção, atualmente à disposição dos governos estaduais, nas carreiras disciplinadas pelos diplomas legais que relaciona.

O § 1º do art. 1º especifica que o enquadramento será feito de acordo com a área de atividade do servidor, de acordo com os critérios das normas das carreiras e seus respectivos planos, no prazo de noventa dias a contar da publicação da lei, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2005. O § 2º do dispositivo determina que os servidores continuarão prestando serviços aos governos estaduais, originados dos ex-territórios.

O art. 2º dispõe que os servidores e militares dos ex-territórios serão redistribuídos para o órgão ou entidade da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional em cuja competência se incluir a respectiva área de atividade, sem prejuízo de seus direitos e vantagens e da permanência de sua cessão ao governo do estado a que prestam serviço e observado, salvo para os abrangidos pelo art. 1º e

para os integrantes de carreiras específicas, o disposto no art. 7º da Lei nº 8.270, de 17 dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 12 da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.

O art. 3º estabelece que o disposto na lei se aplica aos servidores inativos e aos pensionistas abrangidos pelos arts. 6º e 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

O art. 4º contém a cláusula de vigência da norma, a partir da publicação, mas com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2005.

A justificação relata que os servidores públicos dos ex-territórios têm ficado inteiramente à margem dos planos de carreira setoriais implantados pela atual política de recursos humanos do governo, com graves prejuízos financeiros e profissionais. O projeto, então, visa a corrigir essa injustiça, em busca do princípio constitucional da isonomia.

A proposição vem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas à matéria.

II – Análise

A Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, criou o Estado de Rondônia, mediante a elevação do território federal de mesmo nome, mantidos os seus limites e confrontações. O art. 36 dessa lei estabeleceu que seriam responsabilidade da União, até o exercício de 1991, as despesas com os servidores civis e militares que descreve.

A Constituição de 1988, no art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), transformou os territórios federais de Roraima e do Amapá em estados federados, mantidos seus limites geográficos. No § 2º ficou estipulado que a essas transformações seriam aplicadas as normas e os critérios observados na criação do Estado de Rondônia.

Ocorre, porém, que a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, por seu art. 31, manda enquadrar à administração federal os servidores públicos federais da administração direta ou indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-territórios federais do Amapá e de Roraima, que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções, prestando serviços àqueles ex-territórios na data em que foram transformados em estados; os policiais militares admitidos por força de lei federal, custeados pela União; e, ainda, os servidores civis nesses estados com vínculo funcional já reconhecido pela União.

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 38, de 2002, inseriu art. 89 no ADCT, para incorporar aos quadros da administração federal os integrantes da car-

reira policial militar do ex-território federal de Rondônia, que comprovadamente se encontravam no exercício regular de suas funções, prestando serviços àquele ex-território na data em que foi transformado em estado, bem como os policiais militares admitidos por força de lei federal, custeados pela União.

Esses servidores, portanto, integram os quadros da administração federal. Entretanto, conforme relata a justificação, têm ficado à margem dos planos de carreira implementados pelo Governo, o que lhes acarreta sérios danos funcionais e financeiros.

Faz-se necessária a correção dessa situação. Afinal, não pode a União deixar privados de amparo os servidores, apenas porque prestam serviços aos estados, na condição de cedidos. Pelo contrário, incumbe à União envidar esforços dignos de colaboração com os estados, ex-territórios federais, conforme determinado nas normas constitucionais.

E, para tanto, é adequada e oportuna a solução do projeto, que autoriza o enquadramento dos servidores, conforme sua especialidade, nos planos de carreira que relaciona, assim como a redistribuição para o órgão federal, em cuja competência se inserir a respectiva área de atividade, concretizando a previsão de aproveitamento que consta na parte final do § 2º do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 1998. Mas se mantém a alocação dos servidores na administração estadual, para não prejudicar a prestação de serviços pelos estados.

No que tange à constitucionalidade e juridicidade, o projeto de lei tem natureza autorizativa, não incidindo em vício de iniciativa, conforme bem esclarece o Parecer nº 527, de 1998, desta Comissão, Relator Senador Josephat Marinho, aprovado pelo Plenário em 12 de novembro de 1998 (publicado no **Regimento Interno e normas conexas**, 2003, vol. II, p. 198).

Neste sentido, são necessários alguns ajustes, promovidos por emendas que ora apresentamos, com o fim de retirar, do § 1º do art. 1º do projeto, o prazo de noventa dias, contados da publicação da lei, para enquadramento dos servidores. Também, propõe-se retirar, desse dispositivo e do art. 4º, a determinação de incidência de efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2005.

Também, é preciso proceder a pequeno complemento no inciso I do art. 1º, tendo em vista a revogação da Medida Provisória nº 2.175-29, de 29 de agosto de 2001, pela Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, que convalidou os atos praticados com base nela.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, com as emendas que a seguir apresentamos.

EMENDA N° – CCJ

Dê-se ao inciso I do art. 1º do PLS nº 130, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º

I – Medida Provisória nº 2.175-29, de 29 de agosto de 2001, sucedida pela Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002;

.....”

EMENDA N° – CCJ

Dê-se ao § 1º do art. 1º do PLS nº 130, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º O enquadramento de que trata o **caput** será feito de acordo com a área de atividade do servidor, dentro dos critérios estabelecidos pelos diplomas legais lá referidos e normas posteriores aplicáveis às respectivas carreiras e planos de carreira, com efeitos a partir da publicação desta Lei;

.....”

EMENDA N° – CCJ

Dê-se ao art. 4º do PLS nº 130, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, –

Ofício nº 23/06—PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nºs 1-CCJ a 4-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, que “Autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal”, de autoria do Senador José Sarney.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O parecer lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 23/06—PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 15 de março de 2006.

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nº 1-CCJ a 4-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005, que “Autoriza o Poder Executivo a proceder ao enquadramento dos servidores dos ex-Territórios nas carreiras próprias de sua área de atividade, e sua redistribuição para órgãos e entidades da Administração Pública Federal”, de autoria do Senador José Sarney.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O ofício lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 130, de 2005**, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concede a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

V. Ex^a dispõe de 15 minutos e fala por permuta com o Senador Mão Santa, que falará posteriormente.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT)
– MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, agradeço a generosidade do Senador Mão Santa, que me concedeu, neste momento, o direito à palavra, que era de S. Ex^a.

Antes de começar minha fala, quero fazer uma saudação ao Senador José Sarney por seu aniversário. Após todos os discursos feitos hoje, desta tribuna, em que alguns disseram que, apesar da idade, S. Ex^a ainda terá muito tempo pela frente, eu diria que, pela sua singularidade, S. Ex^a é um menino. Com certeza, nós, que o admiramos, gostaríamos de, neste momento, oferecer-lhe todas as flores mais coloridas para enfeitar seu aniversário.

Nesse fim de semana, mais precisamente no feriado de sexta-feira, estivemos na região do Norte Araguaia, no meu Estado de Mato Grosso. Não cheguei a tempo, por causa de atraso no vôo, para o lançamento da retomada do asfaltamento da BR-158, mas participei de uma série de outros eventos, especialmente em Nova Xavantina.

Qual é a importância da BR-158? É realmente a única estrada da região com quase quinhentos quilômetros ainda sem asfalto, Senador Mão Santa. É uma região rica, com terras espetaculares, com povo trabalhador, mas sem estrada e sem energia, Sr. Presidente, Senador João Alberto, o que é muito difícil. Sem estrada e sem energia, a vida do povo fica quase impossível. Nessa região, o tempo passa. Apenas essa estrada está com o asfaltamento parado há dez anos, e, agora, no dia 21, começou a libertação daquela população, eu diria, em duas questões, uma das quais é a retomada do asfaltamento. As máquinas já estão na estrada. Não fomos lá assinar convênios etc. As máquinas já estão na estrada.

É uma parceria. Costumo ser muito justa. Apesar de o Governador do Estado ser meu adversário, faço justiça sempre, algo que, aliás, ele não costuma fazer. Ele anuncia as obras do Governo Federal como se dele fossem, mas eu não. Os recursos ali são 50% do Governo Federal e 50% do Governo Estadual. A busca dos recursos do Governo Federal foi feita por toda a Bancada do Estado de Mato Grosso, independentemente da coloração partidária – todos os Senadores e todas as Senadoras, Deputados e Deputadas. Aliás, a Bancada de Mato Grosso é a que tem o maior número de mulheres proporcionalmente, e foi essa Bancada, envolvendo todos os partidos políticos com representação no Congresso, que fez um esforço conjunto para que tivéssemos a possibilidade de levar os recursos para a continuidade do asfaltamento da BR-158.

Também estão sendo liberados – o projeto está aprovado na Eletrobrás – os R\$105 milhões para os recursos do linhão na região, saindo de Querência, colocando seus tentáculos em todos os Municípios da região do Norte Araguaia, ou Araguaia do Norte, como se queira.

Com energia, certamente, esse linhão é o sonho de todos os tempos daquela população. Até que enfim, vai começar. Há o prazo de um ano e alguns meses para que o linhão esteja pronto. Independentemente disso, o programa Luz para Todos está chegando também no Araguaia do Norte, mas com dificuldades, Sr. Presidente, porque está sendo feito com motores a diesel que estão sendo remanejados. Eles já existiam, mas, como o Luz para Todos, em outros Municípios, em outras regiões, chegou por intermédio de linhões, os motores estão sendo remanejados para a região do Araguaia do Norte, para que se faça o programa Luz para Todos lá também, antes mesmo de chegar o linhão. Quando chegar o linhão a essas localidades, os motores serão deslocados de conformidade com as necessidades. Digo isso, porque essa questão é realmente da maior relevância para o Araguaia.

Estive também em Nova Xavantina, que é um Município da região, com o Prefeito Robison Aparecido Pazetto. Lá foram feitas muitas inaugurações, como a de casas populares, feitas com recursos da Caixa Econômica Federal, e como a do hospital de Nova Xavantina, que será de referência para a região. É um hospital muito bem dirigido e aparelhado e está sob a coordenação do Prefeito Robison.

Estivemos também com representantes do grande garimpo que lá existe. Hoje à tarde, daqui a pouco, estaremos no DNPM, com os companheiros do garimpo, discutindo uma saída, uma solução, para que continuem explorando o garimpo de forma ordenada, juntamente com a empresa que ganhou a licitação. Que se faça um acordo que atenda aos interesses dos nossos pequenos garimpeiros, que, historicamente, durante a vida toda, trabalharam e ganharam o pão nosso de cada dia com os recursos retirados do garimpo de Nova Xavantina!

Quero também registrar que estive no Município de Barra do Bugres, no FestBugres, para a abertura do festival de pesca. O Estado de Mato Grosso é riquíssimo nesse setor. Há o festival de Cáceres e vários outros. No último fim de semana, houve a largada do festival de pesca de Barra do Bugres. Muita gente entusiasmada compareceu ao evento. Foi uma festa bonita, bem coordenada e controlada, sem pesca indiscriminada. A proposição é no sentido de cultivar a pesca sem a destruição do rio Paraguai, que por lá passa.

Estivemos lá em grandes reuniões com a juventude. Falamos, claramente, sobre o ProUni. Dissemos aos nossos jovens que estudem e façam a prova do Enem, pois terão a possibilidade, sim, de freqüentar uma universidade particular gratuitamente por meio do ProUni, programa do nosso Presidente da Repú-

blica Lula que já atende hoje, em cursos superiores, 225 mil estudantes.

Como eu dizia, o festival de pesca lá é da maior importância, porque o turismo em Mato Grosso é importante. Ainda é um turismo pouco conhecido e não tão organizado como deveria ser, mas já está se organizando. Lá, há muitas coisas bonitas para serem vistas, Senador João Alberto Souza. Temos o Pantanal, a Chapada dos Guimarães, Nobres, com suas cavernas tão bonitas quanto em Bonito, em Mato Grosso do Sul – alguns dizem que até mais do que em Bonito, mas não vamos disputar isso. Queremos realmente organizar o nosso turismo, queremos fazer crescer o turismo em Mato Grosso, chamado de “indústria” – entre aspas – limpa, porque não polui e gera muito emprego. É disso que Mato Grosso precisa.

Finalmente, quero dizer que, na terça e quarta-feira, teremos, em Brasília, a marcha dos Prefeitos. Com certeza, haverá muitos Prefeitos de todos os Estados. Sabemos que há questões importantíssimas para serem resolvidas, como a questão do 1% a mais no FPM etc. Essas questões precisam de uma reflexão urgente de nossa parte, Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza, que faz um gesto afirmativo com a cabeça. Precisamos dar uma resposta. Eu diria que precisávamos ver essa questão com a urgência necessária. Já faz três anos que estou aqui. Vejo os Prefeitos indo e vindo. O problema maior que nossos Prefeitos têm é, realmente, a questão de recursos, e esses recursos precisam ser viabilizados. É no Município que a população está, é no Município que a população precisa da água, precisa da merenda, precisa da saúde, precisa da farmácia. Temos programas federais de boa qualidade, como o Farmácia Popular e outros mais, mas a minha posição é de que devemos fortalecer cada vez mais o Município. Quando falo em fortalecer o Município é no sentido de fortalecer descentralizando recursos. Mas não só. Temos de descentralizar também o poder de definição de algumas políticas. É óbvio que a República Federativa, o pacto federativo exige mudanças, eu diria, mas precisamos que mudanças emergenciais aconteçam, principalmente na descentralização de recursos para os Municípios e na descentralização da definição de algumas políticas. Porque é fácil, Srs. Senadores, chegar até o vereador, é fácil chegar até o prefeito. É bem mais difícil chegar ao Deputado, ao Governador, ao Deputado Federal, até nós, Senadores, ao Presidente da República. O Presidente da República é um só. Nós, Senadores, somos três por Estado. Vereador, varia o número em cada Município, mas, no mínimo, há nove Vereadores, onze Vereadores, treze Vereadores, quinze Vereadores. São vários, e eles estão ali, junto à população. E quem está junto

à população tem clareza, realmente, de quais são as necessidades principais dessa população.

Por isso, continuo dizendo que sempre fui favorável ao fortalecimento do poder local. Nunca fui Prefeita, nem Vereadora, mas tenho consciência de que é importante fortalecer o poder local. E temos um papel fundamental a cumprir aqui, Srs. Senadores, porque tramita no Congresso Nacional a lei de majoração de 1%, que vai direto para os Municípios.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

E obrigada, mais uma vez, Senador Mão Santa.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Alvaro Dias, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí, ex-Governador do Estado.

V. Ex^a dispõe de 10 minutos.

Em seguida, concederei a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Alberto, que preside com muito brilho e firmeza esta sessão e tudo o que faz, Senadores e Senadoras presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação, o Senador Tião Viana, com sua inteligência privilegiada, fez a sugestão de que o tempo para se falar nas sessões não deliberativas fosse de 15 minutos. Com mais cinco minutos, pela generosidade de V. Ex^a e pelo aniversário do Presidente Sarney, vou usar, com a permissão de V. Ex^a, 20 minutos.

Senador João Alberto, a realidade do Brasil – atentai bem! – no que concerne ao turismo, todo mundo fala, é ridícula! Não há turismo no Brasil. São três milhões de estrangeiros que chegam. Bem aí, em Cuzco, em Machu Picchu, uma cidade, são 600 mil estrangeiros.

Faço uma reflexão levando em conta o tamanho do Brasil, os Estados, proporcionalmente. E por que isso acontece? Primeiro, a violência afasta os turistas. A violência.

Outro dia, eu estava em Barcelona. Eles diziam que o Brasil é bonito, há o futebol. Os jogadores vão todos para lá, como os Ronaldinhos. Carnaval, samba, Pelé. Carnaval... Pow! Matou! É a concepção que o europeu tem.

Tião Viana, outro dia, em Madri, depois de um show, eu andava com a minha Adalgisa – eram quase 5 horas da manhã – em uma praça, quando vi um casal de velhinhos. Senadora Serys, eles deviam ter

90 anos e namoravam em uma praça! Com o frio, vestiam casacos, usavam jóias... Parei, com Adalgisa, e fiquei olhando.

Como lamento por meus velhinhos não poderem namorar nas praças do Brasil!

Esta é a realidade: a violência.

O Governo foi fraco e vou dizer-lhes o seguinte: procuro ser justo. Isso é uma busca de todos nós. Senador João Alberto, há pouco, homenageamos todos nós o estadista Sarney, que faz aniversário. Mas esse Fernando Henrique Cardoso também é sabido. Não sou do Partido e nunca votei nele, mas é um homem de uma cultura invejável, como não podemos negar. Aliás, tudo que ele escreveu eu procuro ler. E, Senador João Alberto, no apagar das luzes do seu governo, vi uma entrevista do Fernando Henrique Cardoso, na qual ele falou como estadista. É notório que o Presidente Lula não entendeu. Ninguém é Deus! É preciso entender a história. O problema de D. Pedro I era fazer a independência, e fez; o de D. Pedro II era que este Brasil ficasse grandão e não fosse dividido como os países da América espanhola, latina, e ele fez; o Deodoro e o Floriano Peixoto tiveram a missão de trazer a república do governo do povo; a de Getúlio foi valorizar o trabalho e o trabalhador, com a previdência social. Cada um vai tendo a sua missão histórica. Juscelino Kubitschek trouxe o otimismo e o progresso: Brasília, a integração. E assim vai. O Presidente José Sarney fez renascer a democracia. Fernando Collor de Melo dizia que ia modernizar o País. Todos conhecem sua célebre frase, de que nossos carros eram carroças. Teve suas intenções. Quando Itamar Franco assumiu, a inflação era um monstro. E o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse para Lula cuidar da segurança, pois este País não pode conviver...

Padre Antônio Vieira, que Sarney cultivou no Maranhão e tem um museu, disse que um bem nunca vem só; que vem sempre acompanhado de outro bem. Acrescento: uma desgraça também. Ontem soubemos de um filho que matou a mãe. **Pares cum paribus facillime congregantur:** Confusão atrai confusão!

Então, talvez Fernando Henrique tenha dito aquilo ao Lula, com base em Norberto Bobbio. Fernando Henrique é um grande estudioso, ao contrário de Lula, que diz que ler uma página de livro cansa; que é melhor fazer uma hora de esteira. Haja besteira! Ouvi Fernando Henrique Cardoso dizer para Lula cuidar da segurança. Talvez tenha aprendido de Norberto Bobbio. A Itália tem Senador vitalício. Equivoco-me. Não é vitalício. Senador Tião Viana, como se chama o Senador da Itália – não é vitalício –, aquele que é convidado? (Pausa.) Há um número de Senadores – creio que cinco – que são **personas** de grande cultura, e Norberto Bobbio

era um deles. No último livro, ele deixou escrito que o mínimo que se tem de exigir do Governo é segurança: à vida, à liberdade e à propriedade. Fernando Henrique aconselhou isso ao Lula, pois nós não temos.

Senador João Alberto Souza, estamos muito prejudicados. Um dia, vi essa gente do PT dizer, lá no rio Parnaíba, que iam fazer no nosso rio quatro hidrelétricas. A ignorância é audaciosa. Existe uma... E V. Ex^a, Deputado Federal Milton Brandão sabe, é a Represa de Boa Esperança, na cidade de Guadalupe, que não foi concluída. Eu vi a ignorância: vamos fazer quatro hidrelétricas. O PT. Aí trocam os pés pelas mãos.

Homem inteligente era do Piauí, João Paulo dos Reis Velloso. Pode-se colocar o nome de João Paulo Velloso numa balança, e os 40 ministrinhos que há aí, V. Ex^a não sabe o nome de dez. Eu não sei seis, que sou Senador. São 40 imprestáveis! Tirou dinheiro do essencial para colocar nos desnecessários. Quem sabe o nome de dez Ministros? João Paulo dos Reis Velloso, parnaibano, nos anos 70 – o Tião não tinha nascido – foi inaugurar um correio na cidade dele. Atentai bem! Eu estava com um copo de uísque na mão durante a inauguração, o filho da terra era Ministro e disse: "Aqui vai ser o terceiro pólo turístico, o Delta." João Alberto, eu peguei o copo de uísque, balancei-o e disse que o Ministro estava delirando. Eu tinha chegado do Rio, onde me formei em cirurgião. Mas não era não. Eu era o ignorante, e ele, um estadista. O Delta!

Depois, eu vi um Embaixador, o Sr. Clark, Senador João Alberto, um homem como o Sarney: em Paris, conheceu De Gaulle, legalizou o Governo; Getúlio, Osvaldo Aranha era amigo dele. Então, ele só andou no bem-bom, em Paris, Londres, Buenos Aires, só em cidade boa. Ele teve um câncer e quis morrer lá, em Parnaíba, na cidade dele. E escreveu um livro, onde disse que as duas melhores cidades do mundo começam com a letra "p": Paris e Parnaíba.

Então, esses homens diziam isso. O terceiro pólo turístico, o Delta. E aí está. Faz parte dos Lençóis Maranhenses. O rio Parnaíba se abre, não como o Amazonas, único, mas em cinco rios, lembrando a letra grega delta. Ninguém sabe grego, mas sabe assim, em cinco rios, lembrando uma mão, com certeza, santa. Ele forma 78 ilhas: um terço do Piauí; dois terços do Maranhão.

Então, temos perspectivas de turismo, o que diminuiu. Falou-se em dois aeroportos internacionais: um em Parnaíba e outro no Delta. Na minha cidade, Senador João Alberto, não tem nem linha nacional! Fui eu quem levou o Coronel Rolim, da TAM, para o Piauí. Ninguém deu valor, porque havia a Vasp – hoje, onde está a Vasp? –, a Transbrasil e a Varig. De 400

aeroportos, Lula, hoje, somente 100 estão funcionando. Essa é a realidade turística.

Em Parnaíba, pelo amor de Deus, PT, restitua pelo menos o vôo nacional! Quando eu era Prefeito ou Governador, eu nunca deixei... Aliás, foram os outros; não fui eu, não. Foram todos. Nunca deixou de ter. Agora, não tem mais nem vôo nacional, e sai na mídia que terá vôo internacional.

Também fizeram promessas no sul, em São Raimundo Nonato, na Serra da Capivara. Nada. No sul, a pesquisadora Niède Guidon descobriu que, na Serra da Capivara, que é em Coronel José Dias, próximo a São Raimundo Nonato, há inscrições rupestres que provam que o homem andou lá há mais de 40 mil anos. Ela conseguiu fazer um museu do homem americano, que é muito importante. O Governo Federal se comprometeu, atendendo a esse achado de turismo arqueológico e paleontológico, a fazer um aeroporto internacional. Nada! Eu vim de lá agora. Nada. O hotel em que a Niède Guidon ficou era do Estado, que eu transferi, mas um hotel que acompanha... E vi os que gostam desse turismo ecológico, paleontológico. Tanto é importante, Lula, atentai bem!... Fernando Henrique Cardoso é um homem de cultura. Eu não sou do PSDB; sou do PMDB e quero que o PMDB ganhe a Presidência. Acho que deveríamos ser nós dois juntos. A chapa é boa. Mas tem que ter, porque eleição, Tião Viana, sem o PMDB é a Copa do Mundo sem o Brasil. É o mesmo que retirar o Brasil da Copa do Mundo. Quem sofre é o povo, quem perde a esperança é o povo, que perde o sorriso.

Então, esse é o nosso entendimento. É tão importante a Serra da Capivara que Fernando Henrique Cardoso, nos comemorados 500 anos de Brasil, fez lá a primeira comemoração, em 1º de janeiro – eu era Governador –, para mostrar que ali começaram os primeiros habitantes da América. Mas onde está o aeroporto, a melhoria? Onde está o hotel prometido? Esse é o Governo do PT.

Então, o Piauí tem essas perspectivas. No norte, com os Lençóis, no Maranhão. Nós estamos no meio. Senador João Alberto, abra a Bíblia. De um lado, está o Maranhão; do outro lado, o Ceará. O que está no livro de Deus, Tião Viana? A verdade, a beleza, a felicidade está no meio: é o Piauí. Então, esse é um lugar que o turista pode visitar. A capital do Delta é Parnaíba – ele é nosso –; é a maior cidade do Delta. No Sul do Estado, há a Serra da Capivara.

As minhas palavras, Senador João Alberto, são para despertar o Governo a fim de que restabeleça vôo nacional pelo menos para Parnaíba. Há uma promessa de se construir aeroporto internacional no Sul do Estado, onde o turismo é feito mais por pessoas

que têm cultura, que estudam antropologia, arqueologia, geologia.

Teresina foi a primeira cidade planejada para ser capital, mesopotâmica, moderna, uma cidade de avanço intelectual. A Medicina de Teresina é bem mais avançada que a de Brasília. Lá nós fazemos transplante cardíaco, já entramos nessa era. Esse é o Piauí.

Sr. Presidente, além desses pontos, registro que no Sul do Estado há algo interessante. V. Exª já viu jorrar água a quarenta metros, cinqüenta metros? Na cidade de Cristino Castro, a água jorra a trinta metros, quarenta metros. O extraordinário prefeito daquela cidade, João Falcão, está atraindo e consolidando, com esforço, o turismo. Lá jorra água, que é a maior riqueza do País.

Em Uruçuí, há outro extraordinário prefeito, Chico Filho, que está fazendo de Uruçuí a capital da soja, lá está instalada a Bunge. Lá, une-se o Parnaíba com o Maranhão, a região da soja.

Então, essas são as nossas palavras para o PT, que tanto prometeu. Vamos fazer um esforço, Tião Viana, pelo amor de Deus, para que a minha cidade volte, pelo menos, a ter vôo nacional. Nunca dantes havia acontecido isso. E o compromisso da Presidência da República com relação ao projeto?

João Paulo dos Reis Velloso fez o I PND e o II PND, planos nacionais de desenvolvimento, apoiou a região da Serra da Capivara. E o aeroporto internacional e o hotel?

Registrando a gratidão ao nosso Presidente pela paciência, utilize as últimas palavras deste meu pronunciamento para encaminhar o abraço do Piauí ao Presidente Sarney. A propósito, V. Exª sabe por que ele é bravo? Porque o avô dele era piauiense! Parabéns, Presidente Sarney!

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sem prejuízo da lista de oradores, concedo a palavra ao Senador Tião Viana, do PT do Acre, por dez minutos.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador João Alberto, eu trago à lembrança do Senado Federal e do País que hoje é dia de grande importância na área da saúde pública: todo cidadão com mais de sessenta anos deve procurar uma unidade de saúde do País para se vacinar contra a gripe, uma medida que deverá alcançar pelo menos 11 milhões de brasileiros. É muito importante a ida das pessoas nessa faixa etária às unidades de saúde da rede pública para receber a vacina, que tem implicação direta na qualidade de vida do idoso. Essa vacina, ao ser administrada, já assegura uma redução de 50% na mortalidade em decorrência de pneumonia,

que é a grande complicação das doenças infecciosas comuns nas pessoas da terceira idade. Essa é uma medida de enorme e inquestionável mérito que o Brasil adotou na área da saúde pública – somos um país que se destaca pelo volume desse tipo de medida de proteção social.

Vale ressaltar, com absoluta serenidade, que esse programa foi iniciado na gestão do Presidente Fernando Henrique, do então Ministro José Serra, e agora se consolida e se amplia no Governo do Presidente Lula. São 11 milhões de brasileiros que estão sendo beneficiados no dia de hoje. Para essas pessoas, assegura-se uma redução na mortalidade em decorrência da pneumonia em pelo menos 50% – a pneumonia é o grande complicador dos quadros respiratórios. A proteção contra o vírus influenza é fundamental: reduz-se a busca de internação, de hospitalização, da procura ao médico e assegura-se qualidade de vida sobretudo às pessoas da terceira idade.

Portanto, faço um apelo a todas as pessoas que estão em seus lares, a todas as pessoas que nos ouvem, para que se mobilizem para encaminhar as pessoas de mais de 60 anos de idade às unidades de saúde para que se submetam a essa medida de proteção à vida sobretudo.

Dando continuidade às palavras dos Senadores que me antecederam, quero encaminhar ao Senador José Sarney os meus melhores votos no dia de hoje, votos de um feliz aniversário ao lado de seus familiares e amigos. Trata-se também de um reconhecimento ao estadista, ao poeta, ao homem que pensa grande o Brasil, o seu futuro, que tem uma história de vida das mais respeitáveis no nosso País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Senador Mão Santa, antes de entrar no debate que sei ser do interesse de V. Ex^a, gostaria de apresentar a evolução dos repasses ao Sistema Único de Saúde de 2002 até 2005. Em seguida lhe darei o aparte.

Ao ser implantado, o Sistema Único de Saúde (SUS) consolidou a tendência, iniciada no começo dos anos oitenta, de reconhecimento da atenção à saúde como um direito social, assegurando o acesso universal e igualitário da população às ações e serviços de promoção, proteção e prevenção da saúde.

Vale ressaltar – e quem conhece a área, como o Senador Mão Santa e outros Srs. Senadores, sabe disso – que o maior arcabouço estruturante de um modelo de saúde no mundo foi feito por meio do SUS no Brasil. O projeto é uma decisão legal desafiadora a todo e qualquer pensador de saúde neste Planeta, a todo e qualquer sanitário, e ele tem se consolidado, tem

dados passos definitivos no sentido da consolidação e da proteção verdadeira ao cidadão brasileiro.

Temos ilhas de excelência, como o modelo de gestão da rede das Pioneiras Sociais e a rede Sarah de hospitais. Esta última, ainda que não esteja dentro da concepção do SUS, é um modelo extraordinário que merece um estudo permanente, uma avaliação comparativa para que possa continuar prestando serviços ao Brasil.

O SUS é sagrado aos olhos de qualquer sanitário e qualquer cidadão que estude a saúde pública brasileira.

Os investimentos públicos com saúde têm crescido. Foi no período mais recente do Governo Lula que os recursos repassados a Estados e Municípios para atendimento gratuito à população foram os mais expressivos. Não apenas houve incentivo aos programas existentes como foram implementadas novas ações.

Atualmente, o Governo gasta com saúde aproximadamente R\$391,00 por habitante ao ano, Senador Mão Santa. Trezentos e noventa e um reais ainda é pouco, principalmente quando lembramos que os irmãos do Uruguai gastam uma média de 600 dólares **per capita**, e os irmãos argentinos gastam 450 dólares **per capita**. Existe uma crise histórica de financiamento do Sistema Único de Saúde. Ela nos aflige sim, e o atual Governo tem procurado recuperar e evitar uma maior tragédia.

O financiamento ideal para o SUS em nosso País seria de aproximadamente mil reais por habitante ao ano. Se pudéssemos alcançar esse valor, teríamos uma evolução muito mais acelerada do que a que estamos tendo. Contudo, é de se destacar e de se reconhecer o esforço do atual Governo para melhorar e recuperar os investimentos e o custeio no setor de saúde.

Vou citar um dado muito relevante. De 1995 a 2003, o Produto Interno Bruto do Brasil cresceu 140% e a receita total da União aumentou 202% enquanto os gastos com saúde subiram apenas 82%. Vemos, portanto, que não há uma relação diretamente proporcional entre a recuperação das perdas havidas no que diz respeito aos gastos e investimentos em saúde e o crescimento dos indicadores de recuperação e investimento no País. Esses números demonstram por que ainda não estamos onde gostaríamos de estar.

Para o ano de 2006, o gasto total do SUS está previsto para cerca de R\$72 bilhões, sendo R\$40 bilhões do Orçamento do Governo federal e o restante referente a repasses dos municípios e dos Estados.

A tese constitucional foi consagrada na Emenda nº 29, em favor da qual tive o prazer de lutar muito aqui juntamente com os Ministros da Saúde, como o Ministro José Serra, e tantos outros – lembro a emen-

da Emenda Eduardo Jorge. Lutamos para que fosse assegurado esse mínimo de investimentos referentes ao exercício financeiro anterior.

O que temos? No ano de 2002, as três grandes frentes de financiamento da saúde eram: assistência ambulatorial de média e alta complexidade, a atenção básica e as ações estratégicas. Então, em 2002, em assistência hospitalar e ambulatorial, o Governo Federal gastava R\$6.291.542.311,00 e hoje, ano consolidado de 2005, o nosso Governo gastou R\$12.785.781.934,00. Então, mais do que dobraram os investimentos com assistência hospitalar e ambulatorial.

Quando vamos para atenção básica, que é a promoção, a prevenção e o controle das doenças básicas na porta de entrada do Sistema Único, em 2002, o Governo gastava R\$3.990.708.287,00; em 2005, último ano consolidado nosso, o gasto foi de R\$6.036.268.483,00. Então, quase chegamos a 100% de cobertura dobrada em relação a financiamento para atenção básica no período de três anos.

Quando vamos para ações estratégicas do Governo – e já concederei um aparte ao Senador Mão Santa para colaborar com o debate – no ano de 2002, o gasto com ações estratégicas foi de R\$608.049.127,00 e, quando verificamos o ano de 2005, R\$2.246.662.195,00, mais do que triplicamos os investimentos com saúde na área de ações estratégicas do Governo.

Então, somadas assistência hospitalar, atenção básica e ações estratégicas, há um avanço extraordinário, saindo da casa dos R\$10 bilhões para R\$21 bilhões de investimento, e agora consolidará R\$40 bilhões, fora o repasse dos Municípios e dos Estados.

Isso traz um alento muito grande, uma expectativa muito positiva de recuperação efetiva dos indicadores de saúde. Sabemos que há um verdadeiro câncer dentro do sistema de saúde hoje, no seu financiamento, que é a média e a alta complexidade. Uma ação hostil, perigosa, voltada para setores multinacionais, que fazem das compras governamentais uma verdadeira vaca leiteira, seqüestraram o dinheiro dos pobres cidadãos brasileiros na assistência básica, em função de drogas que, muitas vezes, têm sua indicação formalmente questionada. Isso vem tomando conta dos governos nos últimos dez anos pelo menos.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, mas sei que os dados que temos pela frente iriam provocar um debate mais amplo ainda. Mas agradeço a V. Ex^a antecipadamente a sua justa contribuição e o seu amor pela Medicina brasileira, quando participa desse debate.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, quero dar uma colaboração ao Presidente Lula, candidato em quem votei. Senador João Alberto, temos

de aprender as coisas. O primeiro compêndio de política que todos nós lemos é **O Príncipe**, de Maquiavel, daquela geração do Renascimento. E ele disse: “[...] use suas armas”. Ô, Lula, use suas armas! V. Ex^a, Senador Tião Viana, tem a melhor arma para ser Ministro da Saúde deste País. Não fique pensando que vai atrair o PMDB. Não, o PMDB não é sua arma. Sua arma é o PT, foi o povo que o elegeu. Agora, atentai bem, permita-me dizer, tenho 40 anos de médico, mais do que V. Ex^a de idade – V. Ex^a deve ter 35 anos, a idade mínima para ser Senador. Então, mudou, isso é muito pouco. Existe uma agravante. O Senador João Alberto vai me entender, pois o Estado dele tem Santa Casa de Misericórdia. E o Brasil, até há pouco tempo, era feito por esses órgãos filantrópicos espalhados por aí, muitos, dezenas. Na minha cidade, tinham dois órgãos filantrópicos, a Maternidade com um hospital infantil anexo e uma Santa Casa. Então, isso era pelo Brasil todo. Mas, Senador João Alberto, tenho uma experiência para dar, assim como V. Ex^a, para verem que a situação é muito mais grave do que o déficit de recursos, e vou lhe dizer o porquê. Meu pai foi tesoureiro de uma Santa Casa de Misericórdia e, naquele tempo, Senador João Alberto, o povo doava dinheiro. Eu me lembro que minha mãe, poetiza, escritora, que está no céu, fez uma carta para a segunda Miss Brasil, Emilia Corrêa Lima, que desfilou na passarela em Parnaíba para conseguir dinheiro para a Santa Casa. E ela conseguiu até um noivo, um militar – olhe como Deus ajuda! Dava-se dinheiro, mas hoje o povo não pode dar mais nada, porque existem 76 impostos. O brasileiro trabalha um ano, sendo que seis meses de seu salário é para o Governo. Então era isso o que eu queria acrescentar à sua cultura, que é uma das melhores. V. Ex^a é, ao meu ver, o melhor caráter do Partido.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Mão Santa a generosidade de um amigo e médico e o respeito que tem ao debate que travo sobre saúde dentro do Senado Federal.

Sr. Presidente, sei que o tempo é curto, peço apenas dois minutos a V. Ex^a para concluir.

Evoluindo os gastos com saúde em sua série histórica, saímos do Farmácia Popular, de um gasto de R\$2 bilhões para um gasto de mais de R\$4 bilhões no ano de 2005. Vamos avançar muito mais agora.

O Programa Saúde da Família, dentro de Estados e Municípios, também teve uma evolução extraordinária. Quase dobraram o investimento em saúde da família nos gastos municipais e, nos gastos estaduais, houve um aumento de centenas de milhões de reais.

Nos Agentes Comunitários de Saúde, nos Estados e nos Municípios, ocorreu a mesma coisa.

No Programa Saúde Bucal, como já havia falado, houve um gasto mais de cinco vezes superior ao de anos anteriores.

Então, são todos dados que consolidam uma série histórica fantástica do Governo do Presidente Lula.

Com Aids, gastávamos, no ano de 2002, R\$1.737.249,00; neste ano de 2005, gastamos R\$8.093.829,00.

Quando falamos de doente internado, há uma evolução extraordinária também dos gastos em proteção aos doentes.

Quantos aos gastos com doença neonatal, ou seja, em crianças de até 30 dias de vida, saímos de R\$17 milhões para R\$37 milhões. Nos gastos com pré-natal, saímos de R\$2 milhões para R\$12 milhões.

Nos gastos com transplantados, saímos de R\$49 milhões para R\$144 milhões. Assim, com relação a todos os transplantes, houve uma evolução extraordinária. Saímos de R\$94 milhões para R\$675 milhões, em relação ao serviço de informação ambulatorial.

O SAMU – Serviço de Atendimento Médico de Urgência do Governo Federal está atendendo mais de 60 milhões de brasileiros, não há cidade de médio porte que não conheça esse fantástico de proteção, que reduz a morte pré-hospitalar em pelo menos 30%.

Então, há dados comparativos para todos os momentos que temos. Infelizmente, o tempo é curto, e tentarei dar continuidade a esse debate amanhã.

Agradeço a V. Ex^a a oportunidade, lembrando aos idosos que procurem os postos para a sua vacinação hoje.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, ex-Governador, por dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, antes de abordar o tema sobre o qual me propus a falar hoje, gostaria de voltar às homenagens aqui prestadas ao Presidente José Sarney.

Tive a honra de ser Governador do Paraná durante dois anos com o Presidente José Sarney governando o País. Gostando ou não do Presidente José Sarney é preciso reconhecê-lo como um homem cordial, um homem do diálogo, que sabe ser solidário e respeitador.

Vou citar, apenas, um dos muitos episódios que, na minha relação administrativa com o Governo Federal, pude vivenciar com o Presidente Sarney.

Em determinado momento, a Petrobras anunciou que estava suspenso o projeto da Usina de Xisto, em São Mateus do Sul, no Paraná. Senador Mão

Santa, a região polarizada por São Mateus do Sul era paupérrima, sem grandes alternativas econômicas. O anúncio causou profunda tristeza à população de toda a região. Imediatamente, ao lado do prefeito da cidade, fomos ao Rio de Janeiro, à sede da Petrobras, e ouvimos que a decisão era irreversível, que o projeto não apresentava alternativa de rentabilidade suficiente que pudesse justificar o investimento. Não nos conformamos e viemos a Brasília, à noite, na residência oficial do Presidente da República, no Palácio Alvorada. Reivindicamos e justificamos as razões da reivindicação, apresentando elementos que, a nosso ver, garantiam a rentabilidade do projeto. Imediatamente, o Presidente José Sarney decidiu. Não esperou amanhecer o outro dia. Naquela noite mesmo, o Presidente determinava ao Ministro Fialho que me acompanhasse ao Paraná e anunciasse, na localidade, que o projeto seria retomado. Chegamos à cidade, que estava em festa, com faixas “Essa luz não se apagará.”

O projeto foi retomado, realizado e, hoje, apresenta resultados extremamente positivos. Transformou a região, que passou a abrigar novas indústrias, novos empreendimentos industriais. Lá se instalou, por exemplo, a Incepa, hoje uma grande indústria no Paraná. A região, enfim, passou a ter alternativas de sobrevivência econômica. A cidade passou a arrecadar muito mais e a ter condições de realizar novos empreendimentos administrativos a favor da sua população.

Registro apenas esse fato porque, evidentemente, teria muitos outros a registrar relativamente à solidariedade que recebi sempre do Presidente Sarney enquanto governava o meu Estado, o Paraná, época em que foi possível realizarmos juntos inúmeros programas administrativos em benefício da população do nosso Estado. E lá o Presidente pôde comparecer várias vezes para inaugurar obras importantes, como, por exemplo, a barragem do rio Passaúna, na periferia de Curitiba, já ao apagar das luzes do seu mandato.

Portanto, nossas homenagens sinceras ao Presidente Sarney no dia do seu aniversário.

Concedo, Senador Mão Santa, o aparte que V. Ex^a solicita.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, todos nós, a cada análise da personalidade do Presidente Sarney, temos algo a contar de bom, de exemplo. Ficou marcante para mim esse negócio de ser autoridade pelo cargo. O Senador Tião Viana, em qualquer lugar, é autoridade, está ali como Presidente. Mas o Presidente Sarney – eu presenciei, e é isso que me impressiona naquele homem – é uma autoridade pessoal. O cidadão, o homem Sarney é muito

maior do que a Presidência da República, do que a Presidência do Senado. Senador Tião Viana, eu era Prefeito da minha cidade quando S. Ex^a tinha entregado a Presidência ao Presidente Collor. De repente, eu soube que ele iria a uma cidade do Maranhão – somos vizinhos, ligados pelo rio Parnaíba. Eu, como Prefeito, fui buscá-lo e acompanhá-lo. Outro, com a altura e com a grandeza de Sarney, estaria em Paris ou no Japão. Mas S. Ex^a, ao deixar a Presidência, foi atender a um pequeno Município do Piauí, Aroazes, um povoado que estava inaugurando um calçamento e um grupo escolar. E vi o encantamento do povo, o respeito, a gratidão a Sarney, mesmo depois de S. Ex^a ter deixado a Presidência e estar desprovido de cargo. O homem Sarney é muito maior do que os cargos que ocupou. S. Ex^a deu grandeza, com a sua inteligência, ao vencer todos os obstáculos do cargo que ocupou. Fomos muito felizes quando S. Ex^a foi Presidente desta Casa, recentemente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Faço essa manifestação, sobretudo, em respeito a esse sentimento que deve ser cultivado sempre, o sentimento da gratidão, que é uma virtude que todos nós devemos cultivar.

Sou grato ao Presidente Sarney por seu comportamento em relação ao meu Estado do Paraná, quando tive oportunidade de governá-lo durante dois anos no seu mandato de Presidente da República.

Agora, Sr. Presidente, vou ao tema que me propus trazer a esta tribuna no dia de hoje. A Caixa Econômica Federal enviou ofício ao Presidente da CPI dos Bingos, Senador Efraim Morais, informando da impossibilidade de fornecer os documentos solicitados relativamente a jogos da loteria.

Sr. Presidente, as denúncias são muitas, as suspeitas são inúmeras relativamente à lisura de procedimentos no que diz respeito a sorteios de loteria por meio da Caixa Econômica Federal.

Não estou desta tribuna fazendo qualquer acusação. Estou apenas constatando a realidade das denúncias existentes e das suspeitas que são insistentemente suscitadas em todo o País.

É por essa razão que já encaminhamos requerimentos ao Ministro da Fazenda solicitando informações. As informações não convenceram. Encaminhamos requerimento ao Ministro da Justiça, referente a informações concernentes a investigações conduzidas pela Polícia Federal em torno das fraudes ocorridas no concurso da Megase. A resposta foi parcial. Temos novo requerimento aguardando inclusão na Ordem do Dia, que é dirigido ao Coaf, sobre casos suspeitos de lavagem de dinheiro, en-

volvendo as loterias da Caixa Econômica Federal. Temos outro requerimento encaminhado também ao Ministro da Fazenda e que está aguardando inclusão na Ordem do Dia.

A Caixa Econômica Federal informa, agora, ao Presidente da CPI que encaminhará as respostas solicitadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito. De início, afirmou que não poderia responder às questões suscitadas pela CPI. Depois que a CPI aprovou requerimento propondo busca e apreensão de documentos da Caixa Econômica Federal, a instituição, por intermédio da sua direção, mudou de posição e informou que fornecerá as informações.

Mas faço referência também, Sr. Presidente, a uma publicação da Fenae (Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal), cujo Diretor Vice-Presidente é o Sr. Pedro Eugênio Leite*, em que nos criticam diretamente dizendo que acham estranha a nossa fixação em promover denúncias contra a Caixa e cobram explicações. Ora, em vez de oferecer explicações, os que representam a Caixa Econômica Federal desejam que expliquemos porque as denúncias são apresentadas desta tribuna ou à CPI dos Bingos.

Diz aqui que o Senador tem se destacado entre os que buscam manter a Caixa na linha de fogo. Em determinado trecho da publicação falam das viúvas da privatização:

Em entrevista concedida ao site Carta Maior, o Presidente da Caixa, Jorge Mattoso, apontou três fatores que se misturam nessa cruzada contra a empresa. O primeiro é pertinente à própria condição humana e diz respeito à inveja que vem sendo despertada pela boa fase da Caixa, talvez a melhor da sua história. Segundo Mattoso, a reação das viúvas da privatização, que se deram conta de que a Caixa provou ser possível a um banco público ter eficiência e competitividade.

Ora, Sr. Presidente, se estão preocupados com uma eventual privatização da Caixa Econômica Federal, é só defenderem, solicitarem às Lideranças do Governo nesta Casa a aprovação de um projeto de minha autoria, que proíbe, de forma definitiva, a privatização da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. Há um projeto de minha autoria nesse sentido, que tramita já há algum tempo, com pareceres favoráveis em várias Comissões, que poderá ser inserido em pauta da Ordem do Dia para deliberação desta Casa, a fim de que, então, eliminemos eventuais riscos de privatização dessa instituição, como também do Banco do Brasil.

Somos cabalmente contrários a qualquer proposta de privatização, tanto da Caixa Econômica Federal quanto do Banco do Brasil. Mas, imaginem, Srs. Senadores, se essa instituição, da maneira como vem sendo dirigida, tem o direito de pedir explicações a quem quer que seja! Ela tem mais é que oferecer explicações! O próprio Presidente da Caixa Econômica Federal assume que foi o responsável pela quebra do sigilo bancário de um dos clientes da Caixa Econômica Federal, o caseiro Francenildo, e quer que expliquemos as razões das denúncias que apresentamos contra a atual administração da Caixa Econômica Federal!

Ora, Sr. Presidente, há limites para a paciência. Creio que a Oposição tem sido generosa demais com determinados administradores, que, ocupando cargo de confiança no atual Governo, não honram os compromissos que devem ser assumidos com a sociedade brasileira.

É por essa razão que propusemos a CPMI dos Correios, e o Relator Osmar Serraglio recomenda ao Ministério Público que aprofunde as investigações sobre a aquisição da carteira de créditos consignados pela Caixa Econômica Federal junto ao BMG. A Caixa Econômica Federal gastou R\$1,94 bilhão na aquisição de créditos consignados de um banco então de pequeno porte, que estava, no momento, em situação de risco, quando ela mesmo poderia haver emprestado tais recursos diretamente aos aposentados e pensionistas obtendo lucro duas vezes maior.

É evidente que há razões para se suspeitar que a Caixa Econômica Federal atuou em benefício de um banco acusado de ser um dos financiadores do valerioduto. O TCU, por meio de um relatório preliminar que foi contestado pela Caixa Econômica Federal – diga-se, a bem da verdade –, relata que a forma de a Caixa negociar com o banco foi certamente com o intuito de compensar a colaboração do BMG para o funcionamento do mensalão em prejuízo do Erário. Isso se torna especialmente grave, por se tratar de um banco público ligado a políticas sociais importantes para o povo, com uma gigantesca estrutura, que poderia servir para ampliar o acesso da população a juros baratos, ao invés de buscar dar lucro a outras instituições financeiras de conduta, no mínimo, suspeita.

Sr. Presidente, não tenho tempo para discorrer sobre todos os lances dessa operação, que considero de caráter duvidoso, mesmo porque pareceres técnicos de servidores da própria Caixa Econômica Federal não recomendavam a realização daquela operação.

Em razão da escassez de tempo, Sr. Presidente, apenas quero solicitar, mais uma vez, ao Procurador-Geral da República, Antonio Fernando, de competência indiscutível e de comportamento ético ímpar, que aprofunde as investigações e analise o dossiê que a própria consultoria técnica do Senado Federal nos ofereceu sobre os procedimentos adotados pela Caixa Econômica Federal na decisão de realizar essa operação, a meu ver, em benefício de um pequeno banco privado, em detrimento de uma grande instituição financeira que pertence ao povo brasileiro. Ou seja, a Caixa Econômica Federal paga um ágio de R\$196 milhões ao BMG, que adquiriu os direitos de operar créditos consignados de aposentados do INSS, e, dois meses após, transfere-o à Caixa Econômica Federal, obtendo um lucro de R\$196 milhões.

Creio que não é preciso ser especialista, não é preciso ser um economista especializado em assuntos dessa natureza para entender que esse foi um presente de casamento real a uma instituição financeira suspeita de participar do valerioduto e do mensalão.

Portanto, Sr. Presidente, é essa a razão que nos leva a solicitar do Procurador-Geral da República uma atenção especial relativamente a esse caso, já que propus à CPMI dos Correios o indiciamento do Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattos, e do seu Vice-Presidente, exatamente em razão de considerarmos contrária aos interesses da Caixa Econômica Federal operação dessa natureza. Houve improbidade administrativa, a meu ver. E, por essa razão, caberia o indiciamento dos responsáveis diretos pela operação realizada, mesmo contra determinados pareceres técnicos oferecidos na oportunidade.

Espero que a Caixa Econômica Federal possa elucidar todas as dúvidas que porventura persistam, exatamente pelo relatório do inquérito instaurado no Ministério Público Federal, que não está concluso. O inquérito apresentou indiciamento de 40 implicados, mas ele não se esgota aí; prossegue e, exatamente ao final, apresentará uma lista mais significativa de indiciados, uma vez que essa é a resposta que exige a sociedade brasileira, abalada pelos escândalos de corrupção, investigados não só por CPIs no Congresso Nacional, mas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A FENAE Agora

www.fenae.org.br

Edição 46 - ano 9
março/abril de 2006
distribuição gratuita

Publicação da Federação Nacional
das Associações do Pessoal da
Caixa Econômica Federal

Teatro do absurdo **Méritos da Caixa encenados como escândalos**

A arena política promove há meses o espetáculo que transforma em denúncia as iniciativas de afirmação e fortalecimento da Caixa Econômica Federal como instituição pública, a serviço do Brasil

Em cartaz, os ataques à Caixa

Acusações infundadas tentam minar o processo de recuperação da empresa como instituição pública, colocando em xeque sua histórica missão de servir ao Brasil na implementação de políticas sociais

ACaixa Econômica Federal tem sido, há meses, alvo de denúncias invariavelmente catapultadas por interesses políticos, tendo como canal de ressonância as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) do Congresso Nacional.

A contestação às acusações consome tempo, energia e inteligência que deveriam estar centradas em ações de alavancagem da empresa, em proveito dos clientes, dos usuários e de toda a sociedade. A falta de consistência das denúncias causa preocupação a todos que se dedicam à afirmação da Caixa como um banco público imprescindível ao país.

Os ataques sistemáticos, sem base na realidade dos fatos, dão cada vez mais força à interpretação de que o alvo central não são irregularidades ou delitos que poderiam estar acontecendo dentro da Caixa, mas sim o revigoramento da capacidade da empresa em servir o país como instrumento de políticas sociais, mantendo-se competitiva no mercado.

Entre os casos a partir dos quais se procura inverter a lógica da busca por elucidação dos fatos e por punição à prática de delitos, destaca-se o da prorrogação do contrato com a Gtech. As denúncias que envolvem a negociação, feita no início de 2003, estão entre as principais razões encontradas pela CPI dos Bingos para inserir em seu relatório o pedido de indiciamento do atual presidente da Caixa, Jorge Mattoso, e de outros quatro administradores.

Os fatos

O contrato com a multinacional data de 1997 e foi objeto de sucessivas e escandalosas renegociações até 2002, sem que houvesse qualquer manifestação por

Ataques à Caixa não encontram sustentação nos fatos parte dos que hoje se apresentam como arautos da probidade e da ética. Viviam todos envolvidos com os lucros políticos do milagre neoliberal, cujo símbolo era o farto consumo de frango no país. Não viam motivos para questionamentos às privatizações de empresas de siderurgia, de telecomunicações e de diversas outras áreas.

A privatização da empresa Datamec em 1999, como coroamento do processo de transferência do controle de toda a inteligência da rede de loterias da Cai-

CPI dos Bingos transformou-se em arena de disputa política e ficou conhecida como CPI do Fim do Mundo. A Caixa é um de seus alvos preferenciais.

Ratores da Caixa

A CPI ouviu o atual e dois ex-presidentes da Caixa, mas fechou os olhos para procedimentos das gestões anteriores em relação ao contrato com a Gtech.

xa para a Gtech, assim como as renegociações de contratos com aumentos generosos, eram questões de somenos.

O contrato com a multinacional previa, inicialmente, pagamento de R\$ 0,05 por operação. Em maio de 2000, o valor subiu para R\$ 0,15. Para viabilizar o aumento, o contrato foi cancelado e substituído, no mesmo dia, por um novo instrumento firmado entre as partes, sem licitação. Em depoimentos à CPI dos Bingos, o procurador-chefe do Tribunal de Contas da União, Lucas Furtado, disse que a Caixa teve, entre 1997 e 2003, um prejuízo de R\$ 433 milhões no contrato com a Gtech, em razão de "aumentos não-justificáveis".

Já a prorrogação do contrato feita no início de 2003, com validade até maio de 2005,

deu-se em condições favoráveis à Caixa e ao patrimônio público. Técnicos da empresa sustentam desde o início das investigações - sem que seus dados tenham sido refutados - que a negociação com a Gtech resultou em desconto de 15% no valor do contrato, representando uma economia de R\$ 100 milhões.

Além da vantagem financeira, a renegociação assegurou à Caixa a renúncia pela Gtech das ações judiciais, o que possibilitou-lhe avançar no processo de resgate do sistema de processamento e distribuição de loterias, cujo controle havia sido usurpado pela multinacional, a partir da privatização da Datamec. Desde que ficou liberada pela Justiça, a Caixa realizou novas licitações e contratou as empresas responsáveis pela transmissão de informações, pelas máquinas e pelos insumos. Estão sendo substituídas mais de 25 mil máquinas em nove mil casas lotéricas, de 3.600 municípios.

Contrato
com a Gtech
deu prejuízo
de R\$ 433
mil até 2003

A CPI ignorou os esclarecimentos do procurador Lucas Furtado, do TCU, e se ateve a denúncias descartadas pela Justiça

Palavra do TCU

Após auditoria solicitada pela própria CPI dos Bingos, o Tribunal de Contas da União (TCU) deu como acertados os procedimentos da Caixa nas negociações com a Gtech. Por decisão unânime de seus ministros, o Tribunal considerou que "a negociação foi feita em condições vantajosas" e que as providências permitiram à Caixa processar as loterias com sistema próprio, livrando-se da dependência tecnológica da multinacional.

Ao prestar esclarecimentos à CPI dos Bingos, o procurador Lucas Furtado reforçou a interpretação do TCU, com a seguinte declaração: "Em 2003, ou a Caixa renovava o contrato ou o sistema de loteria parava. Isso se devia, em primeiro lugar, às liminares que impedia, desde 2001, a conclusão das licitações que objetivavam dar liberdade à Caixa. Isso é fato, não é opinião minha".

O procurador ressaltou ainda que "à Caixa Econômica, durante oito anos de execução do

contrato, jamais conseguiu reduzir custos, porque jamais exigiu que as negociações se dessem com base nos custos, que era o que deveria ter ocorrido desde o início".

E conclui dizendo que, "do ponto de vista da Caixa, do ponto de vista de quem está ao lado da administração pública, foi uma grande vitória reduzir custo... Se houve falha, ela deve-se à cadeia histórica existente desde 97, quando foi assinado o contrato".

Tanto as conclusões do TCU como os esclarecimentos comple-

F Para o TCU, negociação com a Gtech em 2003 foi "vantajosa"

mentares do procurador Lucas Furtado foram ignorados pela CPI dos Bingos, que preferiu se ater à versão formulada por um representante do Ministério Público, com base em denúncias descartadas, ainda em 2004, pela 10ª Vara da Justiça Federal de Brasília.

Caso BMG

A Caixa viu-se acusada também de estar envolvida em negócio irregular com o banco BMG, do qual adquiriu a carteira de créditos consignados. De acordo com a denúncia, o contrato teria beneficiado o banco privado.

Neste caso, a CPI dos Bingos achou por bem levar em conta um relatório preliminar produzido por um auditor do TCU, documento que veio a ser desconsiderado por aquele Tribunal, dadas as suas inconsistências.

A Caixa contrapõe-se às denúncias fazendo a defesa da compra da carteira de crédito do BMG como um negócio absolutamente regular e de "excelente" resultado. Em seu favor, conta com a aprovação do Banco Central e com manifestação de apoio da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban).

Recentemente, dois dos vice-presidentes da Caixa, Fernando Nogueira da Costa (Finanças e Mercados de Capitais) e Carlos Borges (Transferência de Benefícios), visitaram a Fenae e, na oportunidade, rebateram os ataques di-

No caso BMG, a CPI guiou-se por relatório preliminar de um auditor do TCU, documento que havia sido descartado por aquele Tribunal

Vices-presidentes da Caixa visitaram a Fenae e rebateram acusações surgidas na CPI. Sustentam como "normal" e "lucrativo" o negócio com o BMG

rigidos à empresa. Salientaram que a operação com o BMG gerou uma receita bruta de R\$ 355,8 milhões e consolidou a Caixa como a maior operadora brasileira no mercado de crédito consignado, com uma carteira de R\$ 3 bilhões.

Sobre a acusação de que o tempo para realização do negócio foi muito curto, demonstraram que a média de prazo para bancos privados fecharem o mesmo tipo de operação é de uma semana, enquanto a Caixa levou 23 dias até a aprovação do voto e 30 dias até a assinatura do contrato. Quanto ao fato de o ágio de R\$ 163 milhões ter sido pago à vista e não a prazo, explicaram que o pagamento de ágio a prazo não é praxe no mercado e poderia inviabilizar a aquisição, uma vez que o BMG recusou a proposta de parcelamento.

A Caixa considera um despósito a afirmação de que não foi seguida determinação da área de risco para que não se desse crédito a instituições financeiras sem avaliação classificada como "A". A interpretação é de que a compra de uma carteira não tem nada a ver com análise de risco de crédito da instituição que está vendendo, pois não se trata de financiamento, mas sim de uma aquisição.

Retirada de recursos

Na dura e quotidiana batalha pela sobrevivência da Caixa, são também motivo de preocupação os ataques sistemáticos às fontes de recursos que dão sustentação às ações que lhe são demandadas pelo poder público e pela sociedade. As investidas têm o claro propósito de minar a saúde financeira da empresa e representam uma séria ameaça ao projeto de fortalecimento de suas iniciativas na área social.

Na teia dos arranjos políticos, materializados em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, ganha cada vez mais força a idéia de se viabilizar a ida dos depósitos judiciais para a concorrência privada, o que seria um duro golpe para a Caixa como instituição pública - ela detém hoje cerca de 47% desse mercado, com R\$ 24,6 bi em depósitos das três esferas judiciais (Justiça Comum, Justiça do Trabalho e Justiça Federal).

Estão também entre os alvos preferenciais dos que miram o desmonte da Caixa como instrumento de políticas públicas, os recursos oriundos do FGTS, das contas-salário e dos pagamentos do INSS.

Jorge Mattoso diz que denúncias são fruto da disputa política e que a busca por holofotes foi colocada acima da busca pela verdade

Pedro Eugênio acha estranha a fixação de Álvaro Dias em promover denúncias contra a Caixa e cobra explicações do senador paranaense

"Viúvas da privatização"

Em entrevista concedida ao site Carta Maior, o presidente da Caixa, Jorge Mattoso, apontou três fatores que se misturam nessa cruzada contra a empresa. O primeiro, segundo ele, é pertinente à própria condição humana e diz respeito à inveja, que vem sendo despertada pela boa fase da Caixa, "talvez a melhor de sua história".

O segundo fator apontado por Mattoso é "a reação das viúvas da privatização, que se deram conta de que a Caixa provou ser possível a um banco público, 100% público, ter eficiência e competitividade, cumprir as determinações de governo, contribuir com o desenvolvimento e apoiar políticas públicas as mais diversas, como no caso do pagamento de programas sociais como o bolsa-família e da inclusão bancária".

Como terceiro fator, o presidente da Caixa identifica "a disputa político-eleitoral, que leva, muitas vezes, a que a busca dos holofotes e a divulgação de denúncias não comprovadas tornem-se mais importantes do que a busca da verdade".

Na CPI dos Bingos, conhecida também como CPI do Fim do Mundo, as atitudes dos senadores que a controlam politicamente dão razão aos que enxergam essa mistura do objetivo de desgastar o governo, levando de roldão as insti-

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) tem se destacado entre os que buscam manter a Caixa na linha de fogo

tuições públicas, com a defesa de interesses do setor privado.]

Plantar suspeitas sobre a Caixa tornou-se ali uma verdadeira obsessão de certos parlamentares, com especial destaque para o senador Álvaro Dias (PSDB-PR). O senador paranaense insiste em atirar sempre no mesmo alvo,

sem se importar com o tipo de munição que utiliza, o que deixa em dúvida se suas motivações estão ligadas apenas ao momento político ou se estão carregadas também de interesses privados.

Para o vice-presidente da Fenae, Pedro Eugênio Leite, é de fato estranha a fixação de Álvaro Dias em buscar motivos para denúncias contra a Caixa. "Ele precisa explicar melhor à sociedade e, em particular, aos paranaenses essa sua ira contra a empresa, porque a Caixa é importante não apenas para a União, mas também para os estados e municípios".

Sicada de tucano

A privatização dos bancos públicos federais continua na cabeça daqueles que há poucos anos tentaram o desmonte da Caixa. Em recente entrevista à Folha de S. Paulo, a economista da USP, Eliane Cardoso, reconhecida como figura ligada ao PSDB, defendeu abertamente a privatização da Caixa e do Banco do Brasil como "medida imprescindível à transparéncia dos orçamentos do governo e à estabilidade financeira". Ela entende que "bancos estatais representam empecilhos ao crescimento sustentado".

O presidente da Fenae, José Carlos Alonso, considera que esse tipo de declaração acende a luz vermelha do alerta. "Estão em disputa na sociedade projetos que se distinguem de forma muito clara no tocante aos bancos públicos e precisamos estar cientes do que signi-

José Carlos Alonso enxerga uma disputa entre projetos distintos para o país, com perspectivas também diferenciadas para a Caixa.

Os bancários da Caixa guardam na memória o período da luta de resistência ao desmonte da empresa e à negação de suas conquistas.

fica cada um deles. Não tenho dúvida de que o futuro da Caixa está em jogo, com risco de sermos remetidos de volta ao passado recente, quando fazíamos a difícil luta contra a privatização".

O período citado pelo presidente da Fenae ficou marcado pela política de reajuste zero nos salários, durante oito anos. Foi também o período do fechamento de agências por todo o país, da estagnação dos negócios nos grandes centros, da terceirização indiscriminada de serviços e da retração de iniciativas nas áreas sociais. Postos de trabalho eram eliminados aos milhares, o programa de assistência à saúde vivia

um processo de desmantelamento, imperava o assédio moral e os trabalhadores viviam ameaçados por transferências arbitrárias e demissões sem justa causa. Não restou desta fase nada que se possa ter como saudável para a empresa e como saudoso para seus empregados. ■

O Brasil precisa da Caixa

Brasil precisa de mais políticas públicas.

Precisa de mais habitação para a sua gente e de mais saneamento e urbanização para aglomerados humanos.

Precisa ampliar e dar eficácia às ações de transferência de renda aos mais necessitados; precisa fazer chegar à juventude pobre programas que abram portas para a qualificação profissional, para o emprego e para o ensino superior.

Precisa assegurar acesso ao crédito e a serviços bancários aos milhões de brasileiros historicamente alijados do sistema financeiro nacional.

Precisa garantir o pagamento de aposentadorias a todos os assistidos da Previdência Social, estejam eles onde estiverem no território nacional; precisa assegurar o recolhimento de benefícios aos que precisam e desejam integrar-se ao sistema de previdência pública; precisa garantir os pagamentos do Programa de Integração Social (PIS) e do Seguro-Desemprego.

Precisa, enfim, oferecer cada vez mais a assistência, os serviços e as oportunidades a que todos os cidadãos têm direito, para tornar-se, de fato, um país de todos os brasileiros.

E não há como a sociedade brasileira prescindir de um banco público à altura desses desafios: O Brasil precisa da Caixa Econômica Federal.

No longo caminho percorrido pela Caixa há quase um século e meio, a solidez de sua missão histórica, sustentada na resistência de seus trabalhadores e da sociedade, manteve-a sempre na função de bem servir o país, com ações voltadas para o desenvolvimento social e econômico.

Mas há circunstâncias em que essa trajetória precisa ser reafirmada e situada no centro de nossas preocupações, pois sabemos que há no cenário político brasileiro projetos antagônicos sobre como realizar políticas públicas de desenvolvimento social. E neles se inserem políticas diferentes para a Caixa.

No passado ainda recente, todos lembramos, a Caixa foi colocada em uma perspectiva completamente diversa da que vive atualmente. A empresa - e aqui não cabe rodeios - estava sendo preparada para a privatização. Enfrentava um verdadeiro processo de desmonte e seus empregados viviam um período de incertezas, de baixa auto-estima e, para muitos, de agravamento dos problemas de saúde.

No curso dos últimos três anos - não sem problemas e erros de foco -, a Caixa conseguiu se reerguer e retomar sua missão histórica. A empresa pode se orgulhar, por exemplo, de ter se colocado à frente da estruturação do cadastro do programa Bolsa-Família e de ser a repassadora dos recursos deste que já é considerado o maior e um dos mais eficientes

programas de transferência de renda do mundo.

A reação dos que se mantêm na trincheira do modelo que mira a destruição dos bancos públicos é, no entanto, proporcional ao sucesso das ações de fortalecimento da Caixa como motor e combustível para as políticas sociais. A empresa enfrenta nos últimos meses ataques que visam enclausurá-la na arena da disputa político-eleitoral em curso no país. No Congresso Nacional, sugere-se, inclusive, o indiciamento de dirigentes da Caixa, com base na distorção de fatos e numa flagrante inversão da lógica pela qual se busca a punição de culpados por irregularidades.

Fica ainda mais nítida a interpretação de que o cerco se fecha quando figuras de proa entre os que tentaram há poucos anos o desmonte da Caixa voltam a defender abertamente a privatização dos bancos públicos, numa eventual volta ao poder.

O momento requer que, novamente, ergamos nossa voz em defesa do que consideramos ser o papel reservado à Caixa: servir ao Brasil. Pois não há dúvida de que o Brasil precisa da Caixa.

Diretoria Executiva da Fenae
Brasília, março de 2006

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.
V. Ex^a dispõe de até quinze minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, creio que estamos ainda compenetrados no debate a respeito da auto-suficiência em petróleo. Eu, mais do que ninguém, porque acabo de chegar do Rio de Janeiro, onde, hoje, pela manhã, tive a oportunidade de acompanhar os setores produtivos dos três Estados do Sul do País, que representam a Federação das Indústrias do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em uma audiência extremamente produtiva com o Presidente da Petrobras, Dr. Sérgio Gabrielli, e com o Diretor Nacional, Ildo Sauer, responsável pela exploração e pela produção do gás brasileiro.

Ao vir dessa audiência no Rio de Janeiro, acompanhando o noticiário, tive de dar respostas à imprensa. Ontem, tive a oportunidade de conceder uma entrevista ao jornalista de um jornal, que me questionava a respeito do processo, na Justiça Eleitoral, da tentativa de obstruir e impedir a veiculação da propaganda sobre a auto-suficiência, encaminhada pelo PSDB – não sei se também pelo PFL.

Respondendo ao jornalista, tive a oportunidade de comentar que esse fato é estranho, porque são raros, são pouquíssimos os países que têm auto-suficiência em um setor estratégico como o do petróleo. São raros. O Brasil alcança a auto-suficiência e é uma dessas raras nações.

Houve uma briga histórica que todos acompanhamos. Quem não tem idade sabe, pelos livros, da campanha fantástica chamada “O Petróleo é Nosso” e do que significou para o Brasil a decisão de Getúlio Vargas de comprar a briga. Essa campanha foi uma das mais bem-sucedidas quanto à mobilização da sociedade civil brasileira. À época, ocorreu uma série de episódios e tudo começou com o nosso maravilhoso Monteiro Lobato. Travou-se uma briga para se garantir que tínhamos petróleo, sim, apesar das falas, das ditas provas de que aqui ele não existia. Agora, toda essa briga se consolida na auto-suficiência.

A situação é estranha, porque essa comemoração deveria estar sendo compartilhada por todos, já que pertence ao País. Como já tive oportunidade de registrar, são raros os países que podem fazê-la. Não é qualquer país que pode fazer a comemoração da

auto-suficiência, mas nós estamos divididos e questionando, Senador Luiz Otávio, se devemos ou não fazer uma campanha publicitária para apresentar a auto-suficiência.

Foi interessante que, na audiência, hoje pela manhã, em que acompanhei os presidentes das federações das indústrias dos três Estados do Sul do País e o presidente da SC Gás, a primeira frase, a saudação do Dr. Gabrielli foi: “Já somos auto-suficientes em petróleo. Ainda não o somos em gás, mas o seremos.” E percebi, nos empresários que me acompanhavam à audiência, a repercussão do significado da auto-suficiência em petróleo e da perspectiva de auto-suficiência no gás.

Talvez a Oposição não tenha ou não queira dar a dimensão devida ao fato por inveja, sei lá o quê, por ciúme, ou o desvario da disputa político-eleitoral faça as pessoas perderem a mais elementar razoabilidade, o mais elementar critério de bom senso, porque isso é, indiscutivelmente, algo para se comemorar, e muito.

Estão dizendo: “Ah, mas isso não vai significar abaixar o preço lá na bomba.” Estamos, agora, num cenário absolutamente desfavorável em termos de preço, tendo em vista a escalada assustadora do preço do petróleo em nível internacional. Na semana passada, inclusive, ele ultrapassou a barreira dos US\$75 por barril, o que assustou e apavorou todo mundo. No entanto, vejam bem, o preço nos apavora, mas a auto-suficiência nos dá a garantia de abastecimento, ou seja, de que não dependemos de ninguém para a manutenção do nosso parque produtivo, do nosso abastecimento interno, da nossa rede de transportes, das nossas indústrias que produzem matérias decorrentes da utilização do petróleo.

Portanto, o Presidente Lula bem comparou a auto-suficiência com a entrada do Ministro Guido Mantega, de cabeça erguida, na reunião do Fundo Monetário Internacional, o que há muito tempo não acontecia, porque éramos devedores. Agora, não. Entramos assim porque somos sócios, tão-somente sócios, e não dependemos dos recursos de financiamento do Fundo Monetário Internacional. Conseguimos alçar essa condição, como também, agora, a de garantia de abastecimento. Pode subir o preço, isso pode-nos preocupar, pode ser inviável a queda de preço, mas não estamos mais sob risco e temos a garantia de abastecimento.

A reunião de hoje pela manhã, na Petrobras – de onde saímos depois de meio-dia, após ficarmos mais de uma hora com o Dr. Sérgio Gabrielli –, foi muito produtiva e eu queria, Sr. Presidente, dar algumas informações e notícias que, às vezes, não entendemos bem. Hoje, por exemplo, eu e todos os representantes dos setores produtivos do Paraná, de Santa Catarina

e do Rio Grande do Sul fomos surpreendidos. Vira e mexe descobrimos por que determinadas coisas não podem acontecer.

Qual foi a reivindicação que os empresários levaram? Primeiro, a garantia do abastecimento, porque o Sul do Brasil depende exclusivamente do gás boliviano. Portanto, qualquer crise de relacionamento ou como a que tivemos recentemente, produzida por um acidente, nos deixa um pouco preocupados. No caso, houve o anúncio de uma possível necessidade de rationamento. Isso não se concretizou porque a crise foi superada, mas o setor produtivo do Sul do País, que depende exclusivamente do gás boliviano, ficou bastante preocupado.

A primeira questão que o Presidente Sérgio Gabrielli esclareceu foi que todos os contratos continuarão sendo honrados. A Petrobras honra, faz realocação e dá condições, nem que seja o caso de subsidiar, como já aconteceu em algumas situações, em outras regiões do País. Ela manterá os contratos de fornecimento de gás para as empresas que os assinaram.

Além disso, os empresários do Sul do Brasil levaram, também, a discussão da equalização das tarifas.

Como uma parte do Brasil consome o gás boliviano e outra usa o gás produzido no País, o preço é diferenciado. O preço do gás que vem da Bolívia é superior ao daquele produzido no Brasil. Assim, da mesma forma como há equalização das tarifas de energia e do diesel – há a construção de uma cesta permitindo que, no caso da energia, se pague o equivalente em todo o território nacional –, os empresários do Sul do País levaram a proposta da equalização da tarifa de gás.

O Dr. Sérgio Gabrielli conseguiu-nos explicar por que isso não é viável. Há 19 distribuidoras de gás e, por incrível que pareça, nos dois maiores centros consumidores, o Estado de São Paulo e o Estado do Rio de Janeiro, que são o filé *mignon* da distribuição, por lei estadual, a Petrobras foi proibida de participar do processo de distribuição de gás. No caso de São Paulo, a legislação, se não me falha a memória, é da época do Governo de Mário Covas; no Rio de Janeiro, de Marcelo Alencar. Isso é muito interessante, pois levamos a proposta e, depois, descobrimos que, estruturalmente, é impossível trabalhar-se com uma equalização, porque aquela que tem a responsabilidade nacional de distribuição do gás foi, pura e simplesmente, proibida legalmente de entrar na distribuição.

Assim, acabou sendo impossível discutirmos a questão da equalização com a Petrobras. Porém, aproveitamos para discutir outras questões, como a garantia do abastecimento, o compromisso de a Petrobras

garantir todos os contratos estabelecidos no Sul do País com o gás boliviano e, além disso, proporcionar algumas alternativas, uma das quais a Petrobras vem construindo, que é a possibilidade de termos, no máximo em um ano e meio ou dois, a garantia de que, em qualquer crise, determinados portos estratégicos no País terão um navio – e a Petrobras está montando toda essa logística – que permitirá transformar o gás liquefeito, gaseificar o gás e introduzir no gasoduto o gás necessário para o abastecimento – isso, como já disse, caso qualquer crise aconteça.

Neste caso, para o Sul do País, o porto que se está constituindo é exatamente o localizado na região dos municípios de Itapoá e São Francisco. Portanto, está em Santa Catarina a perspectiva de termos essa verdadeira segurança.

Da mesma forma, as usinas termoelétricas hoje não estão funcionando porque a nossa capacidade de reserva de água é absolutamente adequada e suficiente para manter toda a nossa rede de produção, de geração e de distribuição de energia elétrica. E as usinas termoelétricas funcionam como uma espécie de reserva que, em caso de emergência, podem ser acionadas. No caso também, a Petrobras está construindo essa alternativa com os navios de gaseificação, de transformação do gás liquefeito em gaseificado para ser introduzido no sistema dos gasodutos, que, infelizmente no Brasil, ainda não têm interligação. Os gasodutos do Sul e da região Sudeste têm ligação, mas não se interligam com os do Nordeste e do Norte do País. Portanto, toda essa interligação ainda é algo que estrategicamente não está resolvido.

Quero registrar alguns dados, que me deixaram muito impressionada, sobre o que está previsto para o nosso País em termos de gás, que foi um caminho muito assemelhado, no que diz respeito à convicção estratégica, ao que o Governo Lula fez ao apostar nessa alternativa de matriz energética, como vem apostando no biodiesel e na retomada de todo o programa do álcool e das usinas eólicas, ou seja, fazer com que a nossa matriz energética tenha uma diversificação tal que nos permita não só sermos auto-suficientes, mas que passemos a ser um País exportador de energia, algo que, efetivamente, o Brasil tem capacidade e potencial de realizar.

Atualmente, o consumo de gás no Brasil é da ordem de 40 milhões de metros cúbicos por dia. Destes 40 milhões, algo em torno de 26 milhões – existe uma pequena oscilação – vem da Bolívia. Portanto, temos uma dependência de mais da metade do que o Brasil consome em termos de gás, que não é ainda produzido aqui no País. Todavia, temos um grande potencial nas Bacias de Campos e de Santos e, portanto, a perspec-

tiva de investimento nos próximos dez anos é da ordem de US\$18 bilhões, só na Bacia de Santos.

Se, hoje, as Bacias de Santos e de Campos não chegam a 20 milhões de metros cúbicos, há uma perspectiva de que cheguem, até 2010 – um conjunto entre o que vem da Bolívia e o que virá das Bacias de Santos e de Campos –, a uma produção diária de cem milhões de metros cúbicos.

Portanto, é uma previsão bastante significativa passarmos de 40 para 100 milhões de metros cúbicos por dia em poucos anos. Mas isso, Senador Luiz Otávio, é praticamente nada, porque a demanda por gás no Brasil está crescendo na ordem de 15% a 20% por ano. Ou seja, no ano passado, em 2005, houve mais de 15% de crescimento na demanda. Neste ano, a previsão é de chegar próximo dos 18% de incremento da demanda. Tem havido oscilações mês a mês, mas é um crescimento muito acima da nossa capacidade de atendimento. Por isso, a perspectiva que está colocada ainda é a de termos de trabalhar muito para que o sonho já concretizado da auto-suficiência no petróleo possa se dar também na auto-suficiência do gás.

Quando atingirmos a auto-suficiência do gás, tenho certeza absoluta de que comemoraremos como um feito do País, de todos os brasileiros e brasileiras, principalmente daqueles que acreditaram na capacidade produtiva, científica e tecnológica deste querido povo brasileiro. Porque há os que não acreditam, os que insistem em não acreditar. Há os que fazem de tudo, chegam até a produzir lei para impedir que algo brasileiro possa implantar-se, colocar-se e desenvolver-se.

Agora, o petróleo é o exemplo mais concreto – e por isso mexe tanto com a auto-estima do povo brasileiro –, na história recente do nosso País, de quanto a soberania, a fé e o acreditar na capacidade do povo brasileiro, deste País, faz a diferença. Se estivéssemos na mesma toada daqueles que, há mais de 50 anos, acreditavam em relatórios internacionais falsos de que aqui não havia petróleo, de que não tínhamos capacidade, a Petrobras não estaria, como acontecerá na próxima semana, no dia 2, recebendo, nos Estados Unidos.. E veja como são estranhos os caminhos desta vida, Senador Luiz Otávio: os relatórios que diziam não haver petróleo no Brasil, comprovadamente, eram exatamente dos Estados Unidos. E, justamente lá, a Petrobrás será premiada *hors-concours*, quer dizer, nem entra mais na disputa. Por ser tão reconhecida a sua capacidade técnica e científica na prospecção em águas profundas, a Petrobras nem participa mais de qualquer certame de premiação internacional. A homenagem é um reconhecimento pela sua capacidade científica e tecnológica em águas profundas, que hoje

já ultrapassa a marca de dois mil metros – ou seja, estamos perfurando e retirando gás de petróleo a mais de dois mil metros de profundidade no oceano.

Isso só foi possível porque a sociedade civil e lideranças políticas acreditaram que havia petróleo e que tínhamos capacidade de explorá-lo. A tal ponto que estamos comemorando, agora, a nossa auto-suficiência. Que venha a auto-suficiência em outros setores! Apesar daqueles que não gostam, o povo brasileiro é extremamente feliz quando acredita em si mesmo e quando se organiza para conquistar o que lhe é de direito.

Sr. Presidente, agradeço o tempo a mais que V. Ex^a me concedeu. Quero parabenizar todos os que estão comemorando a auto-suficiência como deve ser comemorada, ou seja, como uma vitória do povo brasileiro.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Srs. Ideli Salvatti, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Otávio.

O Sr. Luiz Otávio, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ideli Salvatti.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senadora Ideli Salvatti, nossa Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, assuma, por favor, a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Pronuncia os seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente desta sessão, Senadora Ideli Salvatti, do Partido dos Trabalhadores pelo Estado de Santa Catarina, aproveito a oportunidade para acrescentar ao pronunciamento de V. Ex^a alguns aspectos da maior importância.

Primeiramente, falarei do gesto que o Presidente da República concedeu ao Poder Legislativo no ato comemorativo à auto-suficiência do petróleo, realizado sexta-feira no Estado do Rio de Janeiro. Ao ato, o Presidente da República levou como convidados o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Aldo Rebelo, e o Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros. Foi uma oportunidade ímpar que teve o Presidente da República de demonstrar a todo o povo brasileiro a harmonia existente entre os Poderes e sua deferência com o Poder Legislativo – Senado Federal e Câmara dos Deputados. A presença dos Presidentes desta Casa e da Câmara foi uma demonstração de apreço e de reco-

nhecimento do Presidente Lula ao Parlamento, porque, normalmente, o Chefe do Poder Executivo não divide as honras, as vitórias com o Poder Legislativo.

Foi da maior importância para o Brasil esse gesto do Presidente Lula em demonstrar a harmonia entre os Poderes e, principalmente, o prestígio de que goza o Legislativo com Sua Excelência, que, num gesto de amizade, de solidariedade e até de irmandade, dividiu a vitória com o Poder Legislativo. Foi um gesto importante no momento em que é comum as pessoas puxarem para si as vitórias e não as dividirem.

Fica aqui o meu respeito e a minha consideração ao gesto importante do Presidente Lula, principalmente no momento em que o Brasil vive uma disputa pré-eleitoral. As eleições já se avizinharam – estamos praticamente a 60 ou 90 dias – e todo o País começa a viver o pleito, principalmente nos Estados, onde haverá disputa pelos Governos dos Estados, pelas vagas de um Senador e de Deputados Federais e Estaduais, bem como a eleição do Presidente da República e do seu Vice-Presidente. Com certeza, é a oportunidade que teremos de demonstrar ao Brasil nossa capacidade de primar pelo reconhecimento da nossa democracia, pelo seu fortalecimento e, principalmente, pelo respeito ao eleitor, que terá a chance de escolher, entre os partidos, entre as coligações, aquele candidato que, na sua opinião, merece o seu voto. Mas temos de conviver, até as eleições e depois das eleições também, com este clima de democracia – que é importante e necessária para o País –, com o respeito que tem e deve haver entre os Poderes e, como diz muito bem a Constituição Federal, com a harmonia entre os três Poderes.

Fica este meu registro.

E os funcionários da Petrobras, como bem disse a Senadora Ideli Salvatti, têm, pelo conhecimento da população brasileira e até da população mundial, a capacidade de dar ao Brasil a condição de auto-suficiência não somente no petróleo mas também de iniciar a luta para a auto-suficiência no gás. Com certeza, a região amazônica será também importante nessa questão do gás. Lá, no rio Urucu, em Coari, já há, inclusive, uma demanda importante da Petrobras; porém, dos três trechos onde será construído o gasoduto, dois já estão resolvidos, estando definida a concorrência pública que já foi realizada. Falta apenas um trecho que, certamente, será resolvido até o final do ano. Teremos também a participação da Amazônia no que se refere à auto-suficiência do gás.

Tenho certeza de que contribuíram para esse resultado da Petrobras os seus funcionários, o seu corpo técnico, o atual Presidente Sérgio Gabrielli, o Ministro Silas Rondeau, não esquecendo da Ministra

Dilma Rousseff quando à frente do Ministério de Minas e Energia, com sua capacidade de trabalho e sua determinação. Registro o trabalho do atual Ministro Silas Rondeau, não esquecendo o trabalho da Ministra Dilma Rousseff.

Quero também, Senadora Ideli Salvatti, aproveitar esta oportunidade para mostrar o quanto é importante este momento que o Brasil vive. Esse prêmio será o reconhecimento da Petrobras pelos Estados Unidos, principalmente pela condição de nem disputar com ninguém, ganhar o prêmio **hors-concours**, no que se refere à perfuração de petróleo em águas profundas. Como bem V. Ex^a colocou, hoje já estamos perfurando a mais de dois mil metros de profundidade, dando capacidade técnica para os nossos estaleiros, para a nossa mão-de-obra especializada existente principalmente na área de apoio portuário, na área de geração de emprego e de renda para os municípios que recebem os **royalties** do petróleo. Haja vista o que existe hoje no Rio de Janeiro, no Espírito Santo e até mesmo em São Paulo, com certeza essa é uma questão que redistribui a renda, que permite que os Estados possam realmente alcançar níveis tecnológicos para enfrentar o mercado internacional.

Esse prêmio que a Petrobras receberá com certeza será reconhecido pelo Senado Federal. No próximo dia 3 de maio, haverá uma sessão especial para festejar a auto-suficiência do petróleo e, com certeza, para reconhecer o trabalho da Petrobras, do Dr. Sérgio Gabrielli, que está à frente da empresa, como também de todo o corpo técnico e dos trabalhadores da companhia.

Finalmente, quero falar do meu Estado, o Pará, onde mais de 17 municípios estão em estado precário, enfrentando grandes dificuldades, no que se refere ao nível de chuvas, ao nível pluviométrico não só do Pará mas também do Amapá e de parte do Estado do Amazonas. Temos encontrando grande apoio por parte da Presidência da República, que determinou ao Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Félix, que realize uma reunião com os prefeitos e com os seus representantes em Brasília. Reuniram-se 11 Ministérios sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, que trata dessa matéria por meio da Defesa Civil. Estamos aguardando uma medida provisória que garantirá recursos específicos para atender a essa população.

Na semana passada, uma matéria veiculada pelo Jornal Nacional mostrou claramente a dificuldade por que passa esses municípios, a ocorrência das endemias, como é o caso da malária, que se alastram por causa da facilidade do mosquito transmissor proliferar-se quando os níveis de água aumentam. As cidades

do sul do Pará, as ribeirinhas, encontram-se realmente em grandes dificuldades.

Tenho certeza de que essa ação do Governo do Presidente Lula, do gabinete institucional, do próprio Ministro Pedro Brito, da Integração Nacional, que se encontra inclusive na Amazônia hoje, visitando as cidades daquele Estado que se encontram nessa situação, é uma demonstração clara do apoio que o Governo Federal dá aos governos estaduais.

Saliento o trabalho do Governador Simão Jatene, do Estado do Pará, da Secretaria de Saúde, da Defesa Civil e da força do Corpo de Bombeiros, que acompanham **pari passu** esses movimentos e essas dificuldades, enfrentando-os em parceria com o Governo Federal. Os próprios prefeitos têm se desdobrado no enfrentamento dessa situação. Os prefeitos municipais do meu Estado do Pará têm dado uma contribuição importante.

Finalmente, eu não poderia deixar de registrar o aniversário do Presidente José Sarney, em nome da família de S. Ex^a: dona Marly, Fernando Sarney, Roseana Sarney – nossa Senadora, que é do PFL – e Zequinha Sarney, nosso Deputado Federal e Presidente do PV – Partido Verde.

Falar do Presidente Sarney é, com certeza, um momento de muito reconhecimento, com essa legião de amigos que S. Ex^a tem não só no Senado e na Câmara, mas em todos os níveis, na Capital, Brasília; no seu Estado, o Maranhão, onde é muito querido; no Amapá, aqui representado neste momento pelo Senador Papaléo Paes; no Brasil todo.

Estou nesta Casa há sete anos e alguns meses e posso dizer com muito orgulho que privo da convivência com o Presidente José Sarney, homem que, não só como Governador de Estado, como Deputado Federal, como Senador da República e como Presidente do Congresso Nacional, mas também como Presidente da República, tem sempre demonstrado carinho, humildade e capacidade de fazer amigos. Disse-lhe há pouco que sua capacidade de fazer amigos, de demonstrar seu carinho pela população brasileira, sempre lutando pelo seu Estado e por todos os Estados brasileiros, como o fez na época em que foi Presidente da República, é uma demonstração clara de que temos de comemorar sempre não só o dia de hoje, seu aniversário, mas todos os dias que convivemos com S. Ex^a.

Poucos tiveram e têm a oportunidade de conviver com o Presidente Sarney. Nos momentos mais difíceis, tem sempre uma palavra amiga, de conciliação e de tranqüilidade, a todos nós, não apenas a seus Colegas, mas certamente até mesmo ao Presidente Lula; ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso; ao atual Presidente do Congresso, Senador Renan

Calheiros; ao Presidente da Câmara, Aldo Rebelo; e a vários Ministros. Temos no Presidente Sarney um exemplo de tranqüilidade, de calma, de discernimento, de sapiência e de honradez.

Portanto, Sr^a Presidente, faço este registro em nome de todos nós e agradeço a atenção de V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr^a Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Peço-lhe só um minuto, Senador.

Senador Luiz Otávio, agradeço a V. Ex^a, demonstrando, de forma pública, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, nosso carinho muito especial pelo Presidente José Sarney. Desejamos a S. Ex^a toda paz, tranqüilidade e felicidade neste dia de aniversário.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, peço-lhe permissão para fazer uso da palavra, a fim de fazer um registro de tristeza relacionado ao meu Estado. Ontem, perdemos um dos pioneiros do nosso Estado, o Sr. Otaciano Pereira, homem que ajudou a desbravar um Estado jovem. O Sr. Otaciano chegou ao Amapá exatamente para desenvolver o Estado e foi um dos responsáveis por deixar o Amapá no estágio em que está.

O Amapá que o Sr. Otaciano ajudou a fazer crescer teve seu progresso, porque esse homem foi investidor, acreditou no Amapá e lá criou e desenvolveu muitas empresas. Na área de comunicação, também foi um pioneiro e fundou o primeiro diário do Estado do Amapá, com sua sede em Macapá.

Então, da mesma forma que reconheço o que o Sr. Otaciano deixou para todos nós, registro aqui meus pêsames, em nome do Estado do Amapá, à sua esposa e seus filhos: Heleni, Aroldo, Inerine; ao Dr. José Arcângelo, Luís Alberto, Lília Ruth, Lúcia Thereza, Ana Delsa e Otaciano Bento Júnior. Também faço o registro de que o Sr. Otaciano tinha outro filho que foi um grande político no Estado, o Júlio Pereira, que também deixou muita saudade.

Então, faço esse registro aqui a respeito de uma figura importantíssima do Estado do Amapá que faleceu ontem.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Senador Papaléo Paes, associamo-nos ao voto de pesar, pela perda irreparável para o Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Os Srs. Senadores Pedro Simon, Alvaro Dias, Papaléo Paes, Luiz Pontes, Leonel Pavan, Sérgio Guerra, João Batista Motta, Juvêncio da Fonseca, a Sr^a Senadora

Lúcia Vânia, e os Srs. Senadores Flexa Ribeiro e Valmir Amaral enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, dois importantes textos jornalísticos recentes tratam do verdadeiro massacre que vem sofrendo, nos últimos vinte e cinco anos, a classe média brasileira.

Refiro-me a um artigo do colunista econômico Antônio Machado, publicado no dia 9 de março, no **Correio Braziliense**, e a uma reportagem da revista **Época**, divulgada em meados de dezembro e assinada pelas repórteres Patrícia Cançado e Maria Laura Neves.

No artigo intitulado “A Revolta Contida”, Antônio Machado diz que num país sem classe média e no qual os jovens não acreditam no futuro “a falta de expectativa de ascensão social entroniza a barbárie, a corrupção e a desesperança – as doenças sociais degenerativas dos valores da civilização, que crescem como erva ruim desde o fim do grande período de industrialização, no começo dos anos 80”.

O jornalista ressalta que, há quatro ou cinco décadas, os brasileiros conseguiam – graças a políticas econômicas que visavam o progresso e também a seus esforços pessoais – sair do círculo vicioso de miséria para dar aos filhos condições de vida melhores que as recebidas de seus pais. A classe média, escreveu Machado, “este contingente que civiliza uma nação e aplaina o caminho para a riqueza social definha sem parar desde 1980 e quem ainda conserva os padrões de consumo do segmento da pirâmide de renda imprensada entre ricos e pobres empobreceu”.

O colunista do Correio Braziliense afirma que todos os seis governos instalados desde o fim do período autoritário não moveram uma palha para evitar esta catástrofe. Aliás, com aumentos de impostos, tarifas de serviços essenciais e juros tais governos conseguiram aprofundar o problema.

Segundo Machado, a classe média, que correspondia a 31,7% da População Economicamente Ativa (PEA) nas regiões urbanas em 1980, caiu para apenas 27,1%: “dos 10,1 milhões de trabalhadores deste estrato social que perderam emprego no período, mais de 7 milhões não conseguiram recuperar o nível de renda anterior, sendo expelidos da classificação de classe média”.

Os brasileiros, de acordo com Antônio Machado, aceitaram passivamente o empobrecimento maciço, enquanto suas lideranças políticas foram insensíveis a um drama que envolve “a fração social do país em que mais se investiu em educação e oportunidades”.

Se o próximo governo, a ser eleito no final deste ano, não encarar esse desafio, diz o jornalista: “não haverá força no mundo que segure a revolta de nossos jovens, o desalento e a vontade de fazer a vida lá fora”.

E em seguida, ele pergunta: “Que pai de classe média não tem hoje um filho que mandou tudo para o alto e já saiu do país ou não fala de outra coisa?”

Segundo dados da OCDE, que estuda a situação econômica e social dos países mais ricos, um em cada 10 brasileiros que chegam ao curso superior tem a meta de trabalhar no exterior.

Falando da fuga em massa de brasileiros para trabalhar no exterior, Antônio Machado diz que o sonho de fazer a vida no exterior é agora dos jovens, mas ressalta que “os primeiros a migrar foram os dinheiros dos mais ricos, enviados para refúgios no exterior”.

E continua: “Num movimento mais sofisticado, menos visível, os capitais de controle de grandes grupos empresariais nativos também começam a sair do país, por meio de operações travestidas de fusões com conglomerados do exterior. Não é a internacionalização da empresa nacional, mas a transferência legal de seu controle para uma outra territorialidade”.

Em função da estagnação das últimas duas décadas, torna-se mais penosa a melhora social, apesar dos evidentes avanços tanto de renda quanto de educação do piso da pirâmide. A escalada para a classe média não se dará com programas de renda mínima ou com mais anos de instrução, adverte Antônio Machado, “se faltar a imprescindível expansão acelerada da economia para a criação de empregos, além de maior qualificação da mão-de-obra”.

E arremata o colunista: “O grande desafio ao futuro governo é como desatar este nó, o que envolve a redução do tamanho do Estado, sem desarticular as redes de proteção social existentes. O investimento público e privado, sobretudo do exterior, terá de atingir níveis semelhantes aos dos anos 70, coisa de 24% do PIB, em meio a grande disciplina fiscal e gestão da infra-estrutura social, como educação e saúde, com mão de pianista. É a receita para a classe média voltar ao paraíso e o país estancar a perda de seus talentos para a Europa os EUA, que não se resumem a modelos e jogadores de futebol”.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em reportagem intitulada “A Classe Média no Sufoco”, a revista **Época** analisa recentes pesquisas IBGE que mostram uma melhora da distribuição de renda no país, a favor dos mais pobres, em decorrência do aumento do número de programas sociais. Mas, de outro lado, quem perdeu renda foi a classe média, que é integrada pelos profissionais liberais, funcionários com cargo intermediário nas empresas, servidores públicos e outras categorias típicas do meio da escada social.

A verdade é que, nos últimos anos, o mercado de trabalho para a classe média ficou mais disputado em função de diversos fatores. O principal deles é a baixa taxa de crescimento econômico, que gera pouco emprego. O segundo é o explosivo aumento do número de formados pelas universidades. Simplificando: com o estrangulamento do mercado de trabalho e aumento dos trabalhadores qualificados, caiu a renda da classe média.

Isso sem falar que, cada vez mais, o governo amplia a cobrança de impostos.

Isso sem falar que o governo não garante educação, saúde nem aposentadoria.

A revista Época cita um estudo sobre a classe média, considerando-a como o segmento integrado pelas pessoas que ganham mais de cinco salários mínimos. Em 1995, essa classe média tinha 20% da renda do país. Dez anos depois, essa participação caía para apenas 11,5%. Em dez anos, portanto, o ganho médio dos trabalhadores de classe média despencou 19,4%.

Paralelamente, as despesas da classe média crescem. O peso dos impostos na renda nacional aumentou 20%. Só as tarifas públicas aumentaram 290% desde o Plano Real.

"O ajuste da distribuição de renda que aconteceu nos últimos três anos recaiu sobre a classe média", disse o economista Márcio Pochmann à revista Época.

Apesar de o Brasil ter crescido nos últimos anos e ter criado milhões de empregos com carteira assinada, a remuneração dos trabalhos de classe média se manteve estável ou caiu.

"Segundo o estudo de Pochmann, o Brasil eliminou 3,1 milhões de ocupações com mais de cinco salários mínimos mensais na última década", diz a revista Época.

O formidável crescimento no número de formandos das universidades agrava o problema do emprego para a classe média: há hoje muito mais gente qualificada disputando as mesmas vagas. E, logicamente, se cresce a concorrência, caem os salários.

Carlos Antonio Ribeiro Costa, especialista em mobilidade social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, disse à Época que "na década de 70, os filhos de classe média tinham 2 mil vezes mais chances de conseguir um bom emprego que o filho de um agricultor. Hoje, a diferença é quatro vezes menor, sinal claro de mais competição."

Vejamos mais um dado: entre 2001 e 2003, o acesso à universidade cresceu 26%. Nesse período, foi criada, em média, uma faculdade particular por dia, segundo o Ministério da Educação.

Por um lado, os novos cursos facilitaram a ascensão social; por outro, congestionaram o mercado de trabalho.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não é fácil classificar a classe média. Para os sociólogos, é de classe média quem ascendeu à universidade, conta com empregada doméstica, troca de carro com freqüência, viaja nas férias e sonha conhecer outros países. Mas os critérios adotados com base na renda sempre geram controvérsias. Para os institutos de pesquisa, uma família que ganha R\$ 3 mil é considerada de classe média.

Diz a revista Época: "Num país onde há 44 milhões de miseráveis, uma renda familiar de R\$3 mil não garante a uma família, sobretudo se ela for grande, o padrão típico de consumo da classe média".

O certo é que a classe média assalariada, que cresceu com o milagre econômico até meados dos anos 70, sofreu na década de 90 com a redução do emprego e padece hoje com a perda de poder de compra.

Diz a revista Época: "Para manter o padrão de vida ou pelo menos parte dele, a classe média ficou visivelmente mais endividada. Segundo o estudo de Pochmann, em 2003 ela pagava quatro vezes mais dívidas que em 1995. E o endividamento da população só aumentou de lá para cá".

Prossegue a revista: "Os gastos com saúde caíram nesse período, sinal de que a classe média não está conseguindo mais pagar planos particulares. Ela também cortou despesas com carro, roupas e alimentação. Por outro lado, gastou 88% mais com educação. As despesas com educação viraram investimento, um jeito de ganhar a briga na disputada classe média".

Um outro importante pesquisador, Marcelo Néri, chefe do Centro de Políticas Sociais do Ibre/FGV, disse à revista Época que "a escolaridade está determinando cada vez mais as classes sociais no Brasil".

Segundo Néri, quanto mais elevada a escolaridade, mais degraus a pessoa consegue subir na escala social. Segmentos da classe média que conseguem poupar dinheiro, estudar em escola de primeira linha e escolher uma profissão mais promissora acabam sendo beneficiados.

Segundo a revista Época, a classe média, entre 1995 e 2003, gastou 304% a mais com o pagamento de dívidas; 88% com educação; 39% com prestação de imóvel; e 33% com impostos e contribuições. De outro lado, no mesmo período a classe média mais cortou despesas em saúde (26%), alimentação (9,6%) e compra de carro 1,2%.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tracei aqui um quadro assustador da classe média brasileira. Temos que refletir sobre ele. O que mais me apavora é a fuga de brasileiros para o exterior. Muitos dos nossos jovens melhor preparados estão partindo em busca de melhores condições em outras nações. O Brasil precisa voltar a crescer e a crescer em ritmo acelerado. Não podemos permanecer com aquele país que menos cresce entre as grandes nações emergentes. Algo tem que ser feito, e de imediato. Faço esta advertência porque julgo que a classe média brasileira tem muito a dar nesse esforço pelo crescimento econômico.

Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a decisão do COPOM – Comitê de Política Monetária do Banco Central de reduzir em 0,75% ponto percentual a taxa básica da economia – Selic – reforça o pacto e a sinergia entre o governo e o mercado financeiro e acentua a dissociação com o setor produtivo.

O conservadorismo do COPOM sepulta em definitivo as chances de reverter a letargia econômica em curso. O corte de 0,75% ponto percentual na Selic é rigorosamente insuficiente para propiciar a retomada o crescimento da produção de forma sustentada.

Eu gostaria de destacar um dado bastante ilustrativo: com a decisão de ontem, o juro real brasileiro caiu para 11,1% – ainda o maior do planeta. No ranking

do juro real (ao ano) descontada a inflação projetada para os próximos 12 meses:

Brasil: 11,01%
Cingapura: 7,00%
Turquia: 4,80%
Hong Kong: 4,60%
China: 4,30%

Nesse contexto, o próprio Fundo Monetário Internacional – FMI – ao divulgar ontem o **Panorama Econômico Mundial** fez previsões nada alentadoras concernentes ao crescimento econômico do Brasil.

O crescimento previsto para o Brasil é mais uma vez menor do que a média mundial, menos do que a média da América Latina e bem menos do que os países emergentes.

Como destacam as principais lideranças empresariais do País, os reflexos práticos no mercado diante de um corte de 0,75% são imperceptíveis. Vale ressaltar que segundo a avaliação dos economistas do FMI o mundo nunca esteve em condições tão favoráveis, tanto é que as projeções para 2006 superaram as expectativas da própria instituição.

O Brasil, sem dúvida, é um dos países que menos tem aproveitado o fluxo positivo de expansão mundial.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de dizer também que com perplexidade que tomamos conhecimento de que o governo federal desistiu de implementar o programa Primeiro Emprego. Todos devem se recordar do lançamento apoteótico, há quase três anos, do referido programa social.

Nesse contexto, é mister destacar que o projeto foi primeiramente anunciado com entusiasmo por Lula na campanha de 2002. O abandono do programa Primeiro Emprego acontece num ambiente de completo fracasso. Apenas 0,55% da meta estabelecida foi cumprida.

O projeto, desde a sua criação, em julho de 2003, criou apenas 3.936 vagas, quando o plano inicial era gerar 260 mil vagas por ano, o que totalizaria 715 mil jovens empregados nestes 33 meses.

Como tão bem destaca o Jornal O Estado de S. Paulo em longa matéria assinada pela jornalista Lisandra Paraguassú, edição desta segunda-feira, dia 24 de abril, o que era uma das maiores promessas do governo Luiz Inácio Lula da Silva terminou como um programa “marginal”.

Conforme destacam os especialistas, o naufrágio do programa pode ser explicado no próprio pressuposto inicial, qual seja, o de que os jovens não conseguem emprego porque não têm experiência e, como as contratações são caras, as empresas preferem investir dinheiro em alguém experiente. As duas idéias estão rigorosamente equivocadas, como demonstram os estudos e análises que terminaram levando o próprio governo a aposentar precocemente essa idéia mal concebida.

Eu gostaria de mencionar o estudo realizado pela economista Priscila Flori, da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Como demonstra o estudo em tela, os jovens conseguem emprego sim, apesar da inexperiência. Só que não permanecem empregados. Ao decompor a

taxa de desemprego dos jovens, a economista da CNI nos revela que 80% dos desempregados nessa faixa etária não procuram o primeiro emprego. Já trabalharam antes, mas foram demitidos. Destacou ainda Priscila Flori: “Há uma alta rotatividade e isso pode ocorrer por várias razões: desistência, falta de qualificação, volta aos estudos. Mas não necessariamente por falta de experiência, porque o primeiro emprego aparentemente eles conseguem”; e concluiu ressaltando que “o programa partiu de uma premissa errada. Logicamente não poderia funcionar.”

É inaceitável que o Ministério do Trabalho, em que pese ter tido acesso ao estudo de Priscila – sua tese de mestrado – antes de o programa ser lançado, o ignorou por completo.

Por fim, Sr. Presidente, devo citar a questão levantada pelo economista Márcio Pochmann, a qual foi igualmente desconsiderada pelo governo do presidente Lula: a de que é preciso que existam essas novas vagas. Segundo o economista da Unicamp “as contratações dependem do nível de atividade econômica do país, do crescimento, não de subvenções”, e conclui: “projetos assim não deram certo na Europa, em lugar nenhum. Por que dariam no Brasil?”

A consequência ostensiva do desastre do programa é, sem dúvida, uma lista de mais de 200 mil jovens frustrados nos seus sonhos de conseguirem o primeiro emprego. O programa Primeiro Emprego é mais um exemplo do desastre gerencial e administrativo do governo do presidente Lula.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos anais desta Casa, do artigo intitulado “Entre o social e a ortodoxia”, de autoria da jornalista Simone Cavalcanti, subeditora da Investnews, publicado no Jornal **Gazeta Mercantil**, edição desta segunda-feira, dia 24 de abril de 2006.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, outro assunto é para fazer o registro da matéria intitulada “Risco de desequilíbrio”, publicada no jornal **Correio Brasiliense** em sua edição de 17 de abril do corrente.

A matéria destaca que as declarações do ministro da fazenda, Guido Mantega, em nome da responsabilidade fiscal, foram insuficientes para tranquilizar o mercado e afastar o risco de desequilíbrio das contas públicas. Segundo o artigo, diante da piora no resultado do primeiro bimestre, alguns analistas já duvidam que a meta de superávit primário (economia para pagar juros da dívida) será cumprida neste ano.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Entre o social e a ortodoxia

Com racionalidade, o governo evitaria o dilema entre superávit e gastos sociais

Sempre me pergunto o quanto é possível retroagir em relação à condução da política econômica, depois de quase oito anos de implantação de um regime fiscal responsável. Devo confessar que sinto medo, ainda mais em ano de reeleição e dado o histórico populista brasileiro, que os integrantes do governo dêem um passo em falso e sejam atraídos pelas “pseudobenesses” da gastação dos nossos recursos por eles gerenciados.

A política de formação do superávit primário do jeito que é feita no Brasil não está próxima do que seria o ideal. O princípio está correto, ter receitas maiores que as despesas. Como lembrou, ao defendê-la, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em uma de suas metáforas: é preciso fazer como na economia doméstica, quando as despesas de casa não devem ultrapassar o salário. No setor público, porém, a forma como este “salário” é obtido, com aumentos consecutivos da carga tributária, e não pela racionalidade do uso dos recursos aliado a um corte de gastos, é errônea desde o início.

Mas fato é que, entre o final de 1998 e início de 1999, o Brasil optou por trilhar outro caminho por forçosa imposição da realidade globalizada, pois sem os ajustes que foram e precisam continuar a ser feitos, manteríamos alto grau de vulnerabilidade a crises futuras, externas e domésticas.

Os ex-ministros da Fazenda Pedro Malan e Antônio Palocci costumavam dizer que a responsabilidade fiscal e a estabilidade econômica são um ganho da sociedade e que esta não admitiria que, de agora em diante, isso mudasse. Guido Mantega assumiu a pasta prometendo que na-

da mudará. Mas, há menos de um mês de sua posse, neste final de semana na reunião de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI), Mantega já fez crítica aberta à ortodoxia por uma economia maior em detrimento de gastos sociais.

E eis o cerne da questão. Nos dias atuais em que os dis-

Anos de eleição como este despertam veia populista nos governantes e são uma ameaça ao regime fiscal responsável

cursos mexem com expectativas dos agentes de mercado e estas podem alterar os indicadores econômicos futuros, é preciso um pouco mais de cautela no trato das palavras. O piso mínimo de um superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) está em lei e deve ser cumprido.

Isso não quer dizer que os gastos sociais devem ser menores. Duvido que algum brasileiro consciente das desigualdades que existem no País negue a necessidade destas despesas. Toda-via se estas aplicações fossem feitas de forma mais racional, transparente e com a eficiência encontrada em muitas empresas privadas, o governo não precisaria optar entre o superávit e o gasto social, mas promover os dois de forma equilibrada.

Em tempo: o Banco Central divulga nesta semana o resultado das contas públicas e o resultado do superávit primário em 12 meses tende a ser menor do que os 4,25% do PIB.

* Subeditora da Investnews
(scavalenti@investnews.com.br)

POLÍTICA ECONÔMICA

Especialistas afirmam que crescimento de gastos públicos começa a comprometer metas de superávit primário do governo. Aumento de despesas permanentes vai deixar cada vez menos recursos para investimentos

RICARDO ALIARI
LEONA SIMÃO
DA FOLHAPRESS CORRETO

As declarações do ministro da Fazenda, Guido Mantega, sobre a responsabilidade fiscal foram interpretadas para dar àquela "carregar o mercado e afastar o risco de desequilíbrio das contas públicas. Diante da piora resultada do primeiro bimestre, alguns analistas já duvidam que a meta de superávit primário (economia para pagar juros da dívida) será cumprida neste ano. Mantega tem reafirmado o compromisso de poupar o equivalente a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB), mas o governo vem tornando várias medidas que implicam aumento de gastos permanentes, o que dificulta a obtenção desse nível de economia.

"Nos dois últimos meses, observamos uma drástica redução do superávit primário em proporção ao PIB em relação aos dois primeiros meses de 2005. A explicação está no crescimento dos gastos como nunca se viu, nem mesmo considerando-se que em ano eleitoral, os gastos se concentram no final do ano devido às limitações legais", dizem os economistas José Roberto Alfonso e Beaprix Melo, no estudo "Determinação Física no Brasil", que será divulgado nesta semana. Um dos maiores destaques é a melhora das condições financeiras públicas no país, Afonso é também assessor econômico do PSD.

O superávit primário do setor público consolidado, que abrange União, estados, municípios e estatais, foi de 2,4% do PIB no primeiro bimestre, numa queda significativa em comparação com o desempenho no mesmo período de 2005, quando foi de 5,3% do PIB. O nível deste ano é o menor desde 2000, levando em conta o clausurado o ano eleitoral de 2002, o que acendeu a luz amarela entre os especialistas. No primeiro bimestre de 2002, por exemplo, o superávit foi de 4,2% do PIB. Em 2003, atingiu o pico de 6,7%. Até agora, a prática havia sido de economizar mais no primeiro semestre e quempar a "gordura" no segundo, quando as despesas correntes aumentam muito, principalmente com a liberação das servidões.

Várias tentativas aguardam pelas economias principais. De acordo com o estudo, na média entre 2000 e 2005, 71% dos saldos nas contas públicas são au-

Risco de desequilíbrio

No primeiro semestre, o que não deve se repetir neste ano, o maior culpado é o governo federal, que ultrapassou o limite estabelecido, perto de 4,5% da renda do governo, no primeiro bimestre. A economia da União teve uma retrocessão de 5 pontos percentuais, caindo de 3,8% do PIB no primeiro bimestre de 2005 para 2,1% agora, nível abaixo do objetivo anual da União, que é de 2,45% do PIB. No bimestre, as despesas cresceram numa taxa real (descontada a inflação) de 10,9%, enquanto a expansão das receitas aquáticas foi de apenas 3,6%.

Ladeira aberta

Saída da deterioração fiscal já vem acontecendo desde meados do ano passado, ainda na gestão Antônio Palocci. Tudo indica que o governo mantém este ritmo de crescimento, devendo, no final do ano, se situar entre 4% para 5% de despesa corrente para frente. O resultado de despesas correntes e investimentos é de 4,3% em 2005. Isso indica, no entanto, porque a taxa de inflação de preços de serviços é de 10,9% e desemprego acumulado é de 10,6%, esse resultado é só a evolução de uma sazonalidade, dando um retrato mais fielmente do que vem acontecendo nas contas públicas.

Para Alfonso, deuses de "Intervenção", de gastos, como o aumento real do salário mínimo com impacto na Previdência e nos benefícios da lei Orgânica da

INVESTIMENTOS ESCASSOS

	Gastos Rápidos	Gastos Necessários	Gastos de Investimento	Total
2005*	R\$ 418,3 bi	R\$ 391,6 bi	R\$ 101,4 bi	R\$ 231,3 bi
2006	R\$ 443,2 bi	R\$ 328,3 bi	R\$ 90,6 bi	R\$ 272,1 bi
2007	R\$ 455,9 bi	R\$ 372,4 bi	R\$ 23,4 bi	R\$ 22,1 bi
2008	R\$ 498,1 bi	R\$ 416,7 bi	R\$ 52,5 bi	R\$ 16,1 bi

*Valores estimados

Fonte: Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea). O cálculo leva considerado o cumprimento de metas de superávit primário de 4,25%, devido ao teto de despesa não financeira.

Assistência Social (ILOS) e no seguro-desemprego, vão piorar o cenário nos próximos bimestres, com taxas de expansão das despesas cada vez maiores. A situação também é piora upante pelo lado das receitas. O ritmo de crescimento deve, no final do ano, se situar entre 4% para 5% de despesa corrente para frente. O resultado de despesas correntes e investimentos é de 4,3% em 2005. Isso indica, no entanto, porque a taxa de inflação de preços de serviços é de 10,9% e desemprego acumulado é de 10,6%, esse resultado é só a evolução de uma sazonalidade, dando um retrato mais fielmente do que vem acontecendo nas contas públicas.

Alfonso acredita que também a meta federal pode ser descumprida a previsão de receitas do governo está superestimada, pois considera um crescimento econômico de 4,5%, e que dificilmente ocorrerá. Tudo indica que o governo central também descumprirá a meta, estreveram no estudo. Assim que tomou posse há três semanas, Guido Mantega reafirmou que a meta de 4,25% do PIB será fielmente respeitada. Para afastar a desconfiança dos analistas de mercados, que o chamaram de "garoto, alô, que venha o principal defensor do combate à inflação. O ministro até se comprometeu publicamente com o

reajusteamento das despesas.

O economista Guilherme Loureiro, especialista em finanças públicas da consultoria Ienêncio, acha pouco provável que Mantega passe a face nos gastos, mas a realta que a meta global será cumprida. Não dá para acreditar que ele vá determinar cortes. É mais fácil conseguir estabilizar as despesas como proporção do PIB no futuro. Mesmo com a elevação dos gastos permanentes, o so é suficiente para cumprir a meta de superávit do ano", garante.

"Não cumprir a traria custos permanentes muito altos com os quais o governo não quer arcar." Para ele, os resultados ruins do primeiro bimestre foram determinados principalmente pelo mês de janeiro e não constituem uma tendência de piora, logo para frente.

Mãos suadas

Adiçionados gastos públicos consumem parte do Orçamento. Isso é feito e deixa o governo federal sem espaço para investimento, que é fundamental para o crescimento econômico sustentável. Só com ajustes fiscais, alcançando um equilíbrio entre elevadas metas de superávit primário, impede que a relação dívida/PIB entre em uma trajetória explosiva, mas não contempla medidas para controlar a elevação das despesas.

O economista do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), Maurício Mota Saboya Pinheiro, explica, no estudo "Rigidez Orçamentária no Brasil e Regras de Flexibilização Fiscal", que, atualmente existe um conflito entre responsabilidade fiscal e proteção social universal no país. O reflexo desse tensão é a rigidez fiscal e a queda histórica dos investimentos públicos. Para mudar esse cenário, o economista defende a flexibilização do Orçamento, o que implica a rebaliza de prioridades pelo governo.

Segundo Saboya Pinheiro, o crescimento das despesas correntes da União é observado há vários anos, principalmente na rubrica itens obrigatórios, que não estão sujeitos a cortes ou contingenciamentos. "O Estado voltado para a construção de uma rede social está começando a prejudicar o lado da economia. Está havendo um conflito do valor social com a estabilidade," afirma o economista.

Uma simulação elaborada por Saboya Pinheiro mostra que se não forem adotadas medidas para diminuir os gastos e a meta de superávit primário mantiver em 4,25% do PIB, os gastos obrigatórios vão representar 81,65% das despesas totais em 2008. No ano passado, este percentual só respondia a 70,19%. Nesse cenário, o total de investimentos nos gastos públicos cairia de 5,3% em 2005 para 3,2% em 2008.

Para evitar que esse cenário piora, o economista defende um Orçamento mais flexível, com regras claras, sobretudo no lado da despesa pública. "É preciso que se enunciem mecanismos de contenção do crescimento das despesas obrigatórias a fim de gerar uma economia adicional de recursos, que pode ser destinada para aumentar os investimentos públicos," explica Saboya Pinheiro.

LEIA MAIS SOBRE GASTOS PÚBLICOS NAS PÁGINAS 15 E 16

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O momento da verdade”, publicada pela revista **IstoÉ** em sua edição de 19 de abril do corrente.

A matéria em questão trata do possível envolvimento do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no escândalo que culminou com a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo e a consequente demissão do ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e do presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso. Segundo a matéria, “Pesa contra Bastos a

denúncia de que seria cúmplice da condenável quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, na medida em que teria tentado proteger o ex-ministro Antonio Palocci”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O momento da VERDADE

Último escudeiro de Lula, o ministro da Justiça vai ao ataque num depoimento inédito no Parlamento

Por MÁRIO SIMAS FILHO

Criminalista, dono de um currículo vitorioso construído em 50 anos de embates nos diversos tribunais do País, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, está literalmente do outro lado do balcão: há duas semanas ele protagoniza o papel do acusado. Pesa contra Bastos a denúncia de que seria cúmplice da condenável quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa, na medida em que teria tentado proteger o ex-ministro Antônio Palocci. É nesse contexto que na terça-feira 18 Bastos fará sua própria defesa. Desta vez sem toga e no Congresso Nacional. A estratégia a ser adotada pelo ministro foi definida na segunda-feira 10 em uma reunião com o presidente Lula. A conversa durou cerca de uma hora e ficou acertado que Bastos vai para o ataque. Ele dirá que tomou todas as providências cabíveis quando soube da evidência de um crime contra o caseiro – embora não tivesse conhecimento de que o extrato bancário de Francenildo estava nas mãos de Palocci. Esclarecerá que alertou o presidente da gravidade da situação e que a investigação da Polícia Federal não seria contaminada de forma alguma, ainda que atingisse altos escalões do governo. Bastos não poupará o ex-ministro da Fazenda e não perderá a oportunidade de politizar a situação, lançando farpas contra a oposição. Ele vai afirmar com todas as letras que setores do PSDB e do PFL jogaram contra o País ao retardar sua oitiva

PERSONAGENS DA CRISE

Quem são os atores da trama capaz de levar um ministro da Justiça a se explicar no Congresso

ANTÔNIO PALOCCI FILHO

Ex-ministro da Fazenda, perdeu o cargo depois de ser responsabilizado pela quebra ilegal do sigilo bancário de Francenildo. Indiciado pela Polícia Federal, também é alvo de investigações no Ministério Públco paulista por causa de sua gestão na Prefeitura de Ribeirão Preto

no Congresso, com o propósito de manter o governo sob pressão num embate pré-eleitoral. O desejo do ministro era o de prestar os esclarecimentos o mais rápido possível. Queria já ter resolvido o problema antes da semana da Páscoa.

Na reunião com Lula, Bastos narrou sua tática de defesa, fez questão de obter o apoio explícito do presidente e deixou claro que **não está disposto a deixar o Ministério, a menos que essa seja a vontade de Lula. "Eu não sou desse ministros grudados ao cargo", avisou**. "E eu não vou fazer o jogo da oposição. Vá para cima deles", respondeu Lula. Quando deixou o encontro, Lula reuniu-se com a coordenação política do governo e pediu apoio irrestrito a Márcio Thomaz Bastos. No dia seguinte, o ministro tratou de acertar apoios com alguns oposicionistas. Como bom advogado de júri, ele sabe que angariar a simpatia de jurados é fundamental para

que a tese da defesa transcorra de forma favorável no momento da explanação. Na terça-feira 11, o ministro recebeu em seu gabinete um dos mais ferozes críticos do governo, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). De ACM, ouviu a avaliação de que a crise em torno de seu nome estava se esvaziando. Interpretou como um sinal de que seu depoimento no Congresso possa ser menos traumático do que imaginava, embora admita não ser um especialista na decodificação dos recados brasilienses.

O fato de possuir uma linha de defesa definida, porém, não é o suficiente para que Bastos mantenha-se inabalável. Abatido, o ministro tem repetido uma única frase a diversos interlocutores: "Estou absolutamente tranquilo, mas tenho ciência de que a politização do caso torna o resultado do depoimento imprevisível". Não é por outra razão que nos últimos dias no semblante do ministro transpare-

FRANCENILDO DOS SANTOS COSTA

Caseiro da chamada "mansão do lobby".

Disse que Palocci freqüentava a casa e foi um dos principais responsáveis pela queda do ministro. Teve o sigilo bancário quebrado e agora quer ser indenizado pelo governo

cem de forma inequivoca a tristeza e a preocupação que o acompanham desde que foi incluído no rol dos cúmplices da condenável quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo. A tristeza é provocada pelo fato de ver seu nome jogado na vala comum dos protagonistas da crise que abate o governo. E a preocupação tem natureza política: **o ministro sabe perfeitamente que é o último anteparo do presidente Lula, de quem é amigo há mais de 20 anos**. "No calor da disputa eleitoral, se eu cair tenho certeza de que eles partirão para cima do Lula", revelou o ministro a alguns assessores na terça-feira 11. É uma preocupação verdadeira. Desde que estourou a crise do mensalão, Bastos se tornou um dos principais articuladores do governo e privilegiado interlocutor do presidente.

O ministro tem mantido inalterada sua rotina. Como de costume, faz três reuniões semanais com a coordena-

16 de MARÇO
Mattoso leva a Palocci o extrato do caseiro. O então ministro pede a Goldberg que investigue Francenildo

17 de MARÇO
À noite, o extrato bancário do caseiro é divulgado pela imprensa

19 de MARÇO
Márcio Thomaz Bastos pede ao delegado Paulo Lacerda que investigue a quebra do sigilo bancário

ARNALDO MALHEIROS FILHO

Advogado criminalista de São Paulo, foi apresentado a Palocci por Márcio Thomaz Bastos para orientar a defesa do ex-ministro da Fazenda e do ex-presidente da CEF

JORGE MATTOSO

Ex-presidente da Caixa Econômica Federal, foi demitido depois de dizer na PF que entregou a Palocci o extrato da conta bancária do caseiro Francenildo. Está indiciado

DANIEL GOLDBERG

Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, estava na casa de Palocci quando o ex-ministro recebeu o extrato de Francenildo. Narrou o encontro para Thomaz Bastos

ção do gabinete, despacha regularmente com assessores e não deixa de acordar às 5h30 para sessões diárias de exercícios físicos, como esteira e musculação. Nas conversas com os principais auxiliares veio a uma decisão tomada no final do ano passado, mas potencializada após o maremoto em que está envolvido: "Ajuda que Lula vença as eleições, não farei parte de um novo governo", disse a um delegado da Polícia Federal. "Tenho uma biografia a defender." A familiares e a alguns poucos colegas de profissão, Bastos se diz indignado com uma faceta do escândalo que o redela. "Como é possível alguém cogitar da possibilidade de que eu tenha participado de um esquema para oferecer dinheiro a funcionários da Caixa para que assumissem a quebra do sigilo?" Isso não é coerente com minha história e não tem nexo de realidade. Alínum que o suborno foi tratado comigo e com o Arnaldo Malheiros. Como fariam isso na mesma hora em que foram apresentados ao Malheiros?" perguntou. "Não tem o menor sentido."

Bastos esteve reunido com Palocci e Jorge Mattoso (ex-presidente da Caixa Econômica Federal) na casa do ex-ministro da Fazenda na quinta-feira 23 de março. O objetivo do encontro era apresentar aos dois o advogado Arnaldo Malheiros Filho, pois Palocci gostaria de obter informações jurídicas sobre o caso em que estava envolvido, a quebra do sigilo bancário de Francenildo. Na reunião, segundo o ministro, nada foi dito sobre a responsabilidade dos assistentes no crime, fato que só veio a público na

segunda-feira seguinte, quando Mattoso depôs na Polícia Federal e confessou ter entregue o extrato do caseiro para Palocci. Malheiros também nega que na reunião tenha havido qualquer menção ao extrato bancário de Francenildo, mas não conta detalhes do que foi falado. Para manter o silêncio, Tercini não justificável a quebra do sigilo de Francenildo.

A conta bancária do caseiro se tornou pública na noite de 17 de março. Dois dias depois, Bastos determinou ao diretor da PF, Paulo Lacerda, que iniciasse uma investigação para apurar os responsáveis pela quebra do sigilo bancário de Francenildo. O que a oposição suspeita é que tudo foi um jogo de cartas. Pesa a favor das suspeitas o fato de dois assessores de Bastos terem se reunido com Palocci pelo menos 24 horas antes de o extrato ser divulgado. Nessa conversa, o ex-ministro da Fazenda teria solicitado aos assessores do Ministério da Justiça que intercedessem para que a PF investigasse o caso, pois seria publicada uma reportagem dizendo que Francenildo teria morri-

mentações atípicas em sua conta. É possível, então, que esses assessores a soubessem que fora Palocci o responsável pelo crime. O desafio de Bastos será o de convencer deputados e senadores de que nem ele nem seus assessores santiaram a eleição participação de Palocci e de Mattoso na quebra do sigilo de Francenildo.

No Congresso, o ministro da Justiça vai dizer que foi enganado por Palocci. Ele vai narrar detalhes da conversa que teve com o presidente de Lula, em 23 de março. Palocci também estava presente e o encontro teve momentos de alta tensão. Bastos sugeriu ao presidente que seu colega da Fazenda fosse afastado do cargo. Disse também que a investigação da Polícia Federal estava em andamento e que era irreversível. Os detalhes dessa reunião, já confirmados por Lula a alguns auxiliares, são favoráveis ao ministro da Justiça. Assim, se Bastos estivesse

participando de um plano para proteger Palocci, não teria sido tão incisivo nos ataques contra o então ministro da Fazenda. E isso não significa que ele soubesse que fora Palocci o autor do vazamento, para a imprensa, da quebra do sigilo bancá-

rio de Francenildo. É por essa razão que Márcio Thomaz Bastos tem a convicção de que poderá se sair muito bem em sua explicação no Congresso, mas nem a habilidade construída nos trinta e nove anos de vida dada pedra seca de poupar de consternação o ex-ministro Palocci.

**Desde 19 de março,
Paulo Lacerda
investiga a quebra
do sigilo bancário do
caseiro Francenildo**

Bastos leva o advogado Arnaldo Malheiros à casa de Palocci, onde também está Jorge Mattoso

O ministro da Justiça encontra-se com o presidente Lula, diz que a situação é grave e pede a saída de Palocci

23 de MARÇO

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “Questão semântica”, de autoria do escritor Carlos Heitor Cony, publicado pelo jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 12 de abril do corrente.

O escritor, em seu artigo, trata do relatório final aprovado pela CPMI dos Correios e da tentativa do PT de mudá-lo, para evitar a palavra “mensalão”. Segundo Cony, “A choradeira do PT é inclusive anacrônica e inútil. Ainda que o relatório fosse diferente,

não mudaria a realidade que o partido criou e da qual dificilmente sairá”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Questão semântica

RIO DE JANEIRO - *Por mais que pareça incrível, o grande escândalo de nossos tempos, um dos maiores de toda a nossa história, acabou numa questão semântica. O relatório da CPI dos Correios concluiu seus trabalhos afirmando que houve o mensalão, um tipo de corrupção que, embora sem ser inédito, tomou proporções obscenas na era da moralidade pregada pelo PT —que está no governo e que foi o agente e principal beneficiário da tramóia.*

Saiu briga e palavrão no dia final da comissão, com o pessoal do governo querendo mudar o relatório, negando o mensalão, mas sugerindo aceitar outra palavra, como “prebenda”. Não teria havido mensalão, dinheiro pago com periodicidade regular aos deputados para votar a favor do governo. Houve prebendas, dinheiro saído de órgãos públicos com a mesma finalidade, a de barganhar apoio ao PT e a Lula:

Toda vez que falam em semântica, lembro a historinha que já contei aqui. Isaac procurou Jacó e disse: “Ja-

có, meu coração está cheio de tristeza. Ouvi dizer que seu filho Samuel está dando!”.

No dia seguinte, Jacó procurou Isaac e informou: “Isaac, meu coração está cheio de alegria. Interroguei meu filho Samuel. Não é verdade que ele está dando. Ele está tomando!”.

A piada foi contada por Woody Allen num de seus filmes mais antigos, com o trocadilho em inglês, é claro, eu só fiz a adaptação. E é isso o que está acontecendo com o PT. Decidiu engrossar contra o relatório, que pode ter suas omissões (a mais grave delas é não indicar Lula), mas, em seu eixo, é um trabalho sério, apoiado em fatos apurados e checados, finalmente aprovados em sessão pública, observadas as normas de praxe.

A choradeira do PT é inclusive anacrônica e inútil. Ainda que o relatório fosse diferente, não mudaria a realidade que o partido criou e da qual dificilmente sairá.

Dando ou tomando, o PT enche o coração de todos nós de tristeza.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria publicada pela revista **Veja**, em sua edição do dia 12 de abril deste ano. A reportagem, do jornalista Ronaldo França, tem como título “Um país de cabeça para baixo” e fala sobre as distorções nos gastos do governo.

As políticas são orientadas por diagnósticos errados e prioridades erradas. Falta uma visão realista que permita a aplicação de medidas eficazes. A maneira como o governo vem aplicando os recursos é

incoerente, promete o crescimento mas só beneficia os mais ricos. O governo deveria começar a corrigir o rumo cortando os gastos públicos.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

É PRECISO INVERTER A PIRÂMIDE

Entre as muitas concepções erradas sobre o Brasil está a de que os miseráveis da base da pirâmide recebem mais assistência do Estado. Não recebem. Ao lado, as idéias fora do lugar que atrasam as soluções para os problemas brasileiros

Economia e Negócios

UM PAIS DE CABEÇA PARA BAIXO

O Brasil gasta menos com os miseráveis do que com os 20% mais ricos. Essa e outras concepções erradas emperram o crescimento

Ronaldo França

Às portas de mais uma eleição presidencial, aproxima-se o momento em que a economia estará no alto do palanque dos candidatos. O eleitor deve estar atento. O clima de campanha propicia que se carregue nas tintas de algumas mazelas nacionais, subestime-se outras e se reproduzam idéias equivocadas sobre as suas causas. Esse roteiro, típico do discurso eleitoral, sempre foi visto apenas como uma artimanha dos políticos. Seu efeito, porém, é nefasto. Diagnósticos incorretos são o caminho mais curto para falsas soluções e acabam dificultando a aprovação de reformas pelo Congresso. Há exemplos de sobre. Os gastos sociais do governo são apenas um deles. É recorrente a idéia de que o país investe menos do que deveria nesse setor e que, por essa razão, há aí a tanta miséria. Na realidade, o Brasil destina 60% de seus recursos para a área social aos 20% mais ricos, aqueles que estão no topo da pirâmide (*veja o quadro ao lado*). Vem dai, em grande parte, o fato de que há tanta gente ainda desassistida. Ou seja, o problema não é de omission do Estado, e sim de inversão na aplicação dos recursos. Quando não se percebe essa distorção, defende-se o aumento do gasto social. E isso só realimenta o problema real.

Essa dissonância cognitiva, isto é, a diferença entre os verdadeiros males e a forma como a sociedade brasileira os enxerga, é o grande obstáculo que o Brasil precisa vencer para voltar a crescer. É nessa tecla que batem os economistas Armando Castelar Pinheiro e Fabio Giannibelli, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que lançam nesta semana o livro *Rompendo o Marasmo: a Retomada do Desenvolvimento no Brasil*. Os autores elencam com clareza as medidas que precisam ser tomadas para que o país volte ao caminho do crescimento até 2015. E explicam porque o Brasil tem tanta dificuldade em levá-las a cabo. O que falta, infinitemente, é justamente a visão realista que permitiria a aplicação de medidas eficazes para relocalizar o país no rumo certo.

Tome-se esta frase: “A Justiça brasileira é feita para os ricos, e os pobres não têm acesso a ela”. Todo mundo já ouviu alguma versão dela em algum momento. Um dos maiores transtornos que a Justiça brasileira causa à economia é justamente o contrário: é tentar fazer com “sentenças sociais” a redistribuição de renda e riqueza. Toda vez que um juiz passa por cima dos termos de um contrato para fazer o

que julga ser o mais socialmente correto, está contribuindo para minar a segurança jurídica do país e afugentar os investidores internacionais. Em última instância, prejudica justamente quem precisa dos empregos que eles abririam aqui. O exemplo recente mais famoso foi o da tentativa do Ministério das Comunicações de mudar, em 2003, a regra de reajuste das tarifas de empresas de telefonia, alegando que o índice acordado na privatização havia subido muito e isso prejudicaria o consumidor. Algo impensável num país que respeitasse contratos. “O Brasil tem de optar por ficar nessa falsa posição de conforto ou trabalhar duro para voltar a crescer”, diz Castelar.

A fórmula para a retomada do crescimento já é bastante conhecida. Conjugue uma menor intervenção estatal na economia, ampliação da abertura econômica, maior segurança jurídica aos investidores, controle implacável dos gastos públicos. Preste atenção neste dado: a renda per capita brasileira é hoje apenas 9% maior do que era há 25 anos. No mesmo período, os países ricos aumentaram em 60%, o Chile dobrou e a China multiplicou por sete esse mesmo indicador. Essa enorme desvantagem, que atinge a todos os brasileiros, é o sinal mais evidente da falta que o crescimento econômico faz ao país. Apesar disso, o Brasil não consegue se livrar da praga do aumento de gastos, que no ano passado subiram 10%, o equivalente a mais de quatro vezes o crescimento do PIB. O resultado é que uma empresa média brasileira paga em impostos cerca de 147,9% de seu lucro bruto, enquanto suas concorrentes do Leste Asiático ou do Pacífico despendem apenas 31,2%. Evidentemente isso reduz a chance de instalação de novas empresas e a criação

	SENSO COMUM	REALIDADE
GASTOS SOCIAIS	No Brasil, as transferências de renda realizadas pelo governo -- programas sociais, gastos com saúde, educação, previdência etc -- beneficiam principalmente os pobres	Segundo um estudo do Ministério da Fazenda, cerca de 60% do valor dos gastos sociais fica com os 20% mais ricos da população
PAPEL DO ESTADO	O Estado abandona o cidadão, devido às ações de sucessivos governos que se "esqueceram do social"	Temos um dos sistemas assistencialistas mais robustos entre os países emergentes, mas constituído, na maior parte, de programas com foco inadequado, sem incentivos para que as pessoas progredam e saiam do círculo vicioso da pobreza
PREVIDÊNCIA SOCIAL	Os aposentados brasileiros ganham mal porque o Brasil gasta pouco em Previdência	Temos um dos maiores gastos previdenciários do mundo, em proporção ao PIB. Um dos motivos pelos quais o aposentado ganha mal é que a idade média de aposentadaria é muito baixa no Brasil
REGULAÇÃO TRABALHISTA	A legislação trabalhista no Brasil é pior para os trabalhadores do que a existente nos países ricos	A legislação trabalhista brasileira protege muito mais o trabalhador do que a da maioria dos países ricos. Como essa proteção é maior do que permite a realidade do mercado, mais da metade dos trabalhadores brasileiros são informais
INFRA-ESTRUTURA	A privatização do setor elétrico foi um dos principais culpados pelo apagão de 2001	Apenas 20% da geração de eletricidade no Brasil está sob a responsabilidade da iniciativa privada, e onde a privatização foi mais abrangente, na Região Sul, não houve rationamento
ABERTURA DA ECONOMIA	O Brasil abriu demais sua economia nos anos 90, e com isso prejudicou a indústria nacional	A abertura realizada deu competitividade à indústria e é em boa parte responsável pelo aumento das exportações brasileiras. Mas ainda é tímida. O Brasil continua sendo uma das economias mais fechadas do mundo
SITUAÇÃO FISCAL	O Brasil, há anos, pratica uma política de arrocho fiscal	É verdade, mas isso ocorre porque o gasto público tem se expandido a taxas muito superiores às do PIB, demandando uma carga tributária crescente
EDUCAÇÃO	O Brasil gasta pouco com educação	O Brasil gasta mal em educação. Há insuficiência de recursos nas áreas de ensino básico e médio, além de concentração de verbas no ensino superior
JUSTIÇA	A Justiça brasileira é feita apenas para os ricos, e os pobres não têm acesso a ela	Nas decisões econômicas, a Justiça deixa de lado a lei e os contratos para o que entende ser a promoção da "justiça social". Isso mina a segurança jurídica e assusta os investidores

de empregos no país e acaba aumentando a necessidade de políticas assistenciais.

A tarefa de conter os gastos públicos é, por isso, a mais urgente. Ela tem na Previdência Social seu maior desafio. Mas a conta não pára de aumentar, e entre os motivos está a idéia de que "os aposentados brasileiros são maltratados,

pois o governo não dá a eles a recompensa por seu esforço". Ela tem efeito devastador numa campanha, mas é uma meia verdade. Conhecendo a realidade do Orçamento público, o eleitor saberia que o Brasil, embora seja um país predominantemente jovem, é o que mais recursos destina aos aposentados em pro-

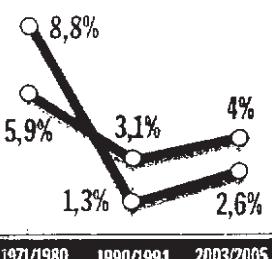
porção de seu Orçamento. Paga mais do que o Japão, o país com o maior número de pessoas acima dos 65 anos. O problema é que, toda vez que o assunto é discutido no Congresso, a opinião predominante é a de que se deve dar aos aposentados aumentos generosos.

O resultado é que os benefícios previdenciários engolem 67,6% do gasto social direto do governo federal. É uma bomba prestes a estourar. Mas, por mais que se conheçam esses dados, na hora de votarem as mudanças os políticos têm em mente a próxima eleição. Vale mais a sobrevivência do mandato do que a saúde das contas públicas. Eles seguem a lógica venenosa expressa por Alexis de Tocqueville, autor do clássico *A Democracia na América* (1835), na frase que abre o livro do Ipea. Diz ele: "Uma idéia verdadeira mas complicada tem sempre menos chance de sucesso do que uma que é falsa porém simples". O maior e prioritário desafio é fugir dessa armadilha.

PERDENDO ESPAÇO

Na década de 70, o produto interno bruto brasileiro cresceu a uma taxa média superior à da América Latina. O movimento inverteu-se nos anos 90*

— BRASIL — AMÉRICA LATINA



* Para 2005, assumiu-se um crescimento de 2,3% do Brasil e de 4,5% da América Latina

Fontes: IBGE e Cepal

APOSENTADORIA PRECOCE

A manutenção da aposentadoria por tempo de contribuição mesmo após a reforma da Previdência faz com que os brasileiros continuem a se aposentar mais cedo do que na maior parte dos países

	HOMENS	MULHERES
Estados Unidos	67	67
Irlanda	66	66
Alemanha e Espanha	65	65
Suíça e Portugal	65	62
Itália	65	55
França	60*	60
BRASIL*	52	52

* Requisitos para aposentadoria, por sexo, projeção para 2020. Para o Brasil, adotou-se a idade média das pessoas que se aposentam por tempo de contribuição. Para os demais países, a idade mínima legal exigida.

Fonte: "Avaliação de resultados da Lei do Fator Previdenciário (1993-2004)", texto para discussão, Senado, número 161, fevereiro de 2006

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Governo no fundo do poço”, publicada pelo **Jornal da Comunidade**, em sua edição semanal de 1º a 7 de abril de 2006.

Segundo a matéria, “Em pouco mais de três anos no Palácio do Planalto, petistas protagonizaram uma série impressionante de escândalos de corrupção e improbidade administrativa. Não há, na história, nada parecido”.

A matéria lista os 100 principais escândalos do governo do PT e relaciona os integrantes do governo petis-

FOME DE IMPOSTOS

A carga tributária das empresas no Brasil desestimula investimentos. Ela é quase três vezes superior à da Europa e quase cinco vezes maior que a do Leste Asiático.*



* Carga de impostos como proporção do lucro bruto das empresas. Exclui encargos trabalhistas e tributos não diretamente incidentes sobre seus resultados

Fonte: Banco Mundial (2005)

ta que ficaram pelo caminho no rastro das denúncias de corrupção.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal, para que o pesquisador do futuro tenha em mãos o verdadeiro balanço da administração petista no governo federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Governo no fundo do poço

Em pouco mais de três anos no Palácio do Planalto, petistas protagonizaram uma série impressionante de escândalos de corrupção e improbidade administrativa. Não há, na história, nada parecido

RICARDO ALLADO

ricardo@jornaldacomunidade.com.br

Em pouco mais de três anos, o governo do presidente Lula e o PT acumularam uma série de escândalos como jamais se viu no país. O maior de todos foi o mensalão, ou esquema de compra de votos de parlamentares, que estourou em abril do ano passado com a entrevista à imprensa do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

Mas, antes de o mensalão vir à tona, já havia vindo o golpe. Em 2004, o escândalo envolvendo Waldir Júnior, assessor do então ministro da Casa Civil, José Dirceu, e o empresário de loterias Charles Vila Linhares.

As investigações das CPIs trouxeram ainda para a pauta de discussões a misteriosa morte do

prefeito Celso Daniel (2002) e as denúncias de corrupção na Prefeitura de Santo André (São Paulo), administrada por Antonio Palocci.

Um dos elementos que ligam essas e outras amílfeitorias ao mensalão são as acusações de que em todas elas foram montados esquemas clandestinos de arrecadação financeira para o PT. O dinheiro oriundo desses esquemas, pelo menos em parte, poderia ter sido usado para financiar o mensalão.

Com o desenvolvimento da crise surgiram ainda novas denúncias e novos escândalos, como, por exemplo, o escândalo dos fundos de pensão do Banco do Brasil e da suposta doação de dólares de Cuba para a campanha de Lula.

Leia a seguir os 100 principais escândalos do governo do PT.

Mensalão, cuecão e outras mutretas mais

- 1 Mensalão - Mensada paga pelo PT a parlamentares e partidos em troca de apoio ao governo Lula, ou seja, compra e venda de consciências. Envolve cabosquês do PT, PP, PTB, PMDB e PR.**
- 2 Eu sabia de tudo - Em mais de três anos, o presidente da Repúblia é o autor dos esquemas de corrupção, comandados pelos seus amigos e pelo PT. O ex-deputado federal Jefferson teve pessoalmente a Lula sobre o mensalão, mas o presidente não faz nada.**
- 3 Correios - Flagrante de cobrança de propina para beneficiar empresas em processos de licitação.**
- 4 Cuecão - Um dirigente petista, assessor do irmão do então presidente do partido, José Genoino, é flagrado transportando 200 mil dólares escondidos na cueca. Preso, ele não consegue explicar origem do dinheiro "sujo".**
- 5 IBB - Descoberto esquema de cerca de R\$ 500 mil por mês, pelo IBB (Instituto de Resseguros do Brasil), para o PTB**
- 6 José Dirceu - O braço direito de Lula e ex-ministro-chefe da Casa Civil foi cassado sob acusação de comandar o mensalão.**
- 7 Vai-e-vou - Esquema de coleta legal de dinheiro público, órgãos públicos e estatais, comandado pelo publicitário Marcos Valério com a ajuda da direção do PT, para viabilizar o mensalão.**
- 8 Propina da Leão & Leão - Empresa que fazia a coleta de lixo em Ribeirão Preto pagava R\$ 50 mil mensais à prefeitura, comandada por Antônio Palocci.**
- 9 Assassinato de Celso Daniel - Prefeito petista de Santo André foi morto em circunstâncias ainda não esclarecidas. Sete testemunhas também morreram de forma misteriosa.**
- 10 Interbrasil - Seguradora trouxe apoio financeiro ao PT de Goiás por informações privilegiadas no governo Lula.**
- 11 Cartões de crédito corporativos - Gastos inexplicáveis e justificados com notas fiscais falsas - por funcionários da Presidência da República, Fazenda e Fundo Partidário (corrida dos cartões públicos) do PT**
- 12 Assassínio do prefeito Toninho do PT, de Campinas - Justiça e CPI investigam participação de integrantes do PT**
- 13 Parafuso fiscal de Duda Mendonça - Publicitário de Lula admitiu ter recebido dinheiro de caixa dois do PT no exterior.**
- 14 Waldir Mariz (ex-assessor da Casa Civil) - cobrou propina do empresário de jogos Carlinhos Cachoeira. E foi filmado negociando a grana.**
- 15 Fundos de Pensão - perdas milionárias de dinheiro dos funcionários das estatais em operações suspeitas com os retores.**
- 16 Luiz Gushiken - o czar da publicidade oficial saiu do governo envolto nas suspeitas de ter comandado um esquema de corrupção.**
- 17 Gilberto Carvalho (chefe de gabinete da Presidência da República) é acusado de ter transportado para o PT R\$ 1,2 milhão oriundo de propina.**
- 18 Enrique Melo - retâmpago da turma de petistas grandes, um dos quais desviam R\$ 100 mil (caso Palocci).**
- 19 Delílio Soares - o operador financeiro do mensalão foi preso até hoje, mas, contra a União, exigindo indemnizações a ainda não chega a quem de jure é Lula e do PT, vai vir "placar o ódio".**
- 20 Roberto Alvim - ex-ministro do meio ambiente, foi preso de vez, fazendo a mesma coisa que o seu colega de gabinete Lula e do PT, vai vir "placar o ódio".**
- 21 Roberto Teixeira - ex-ministro do meio ambiente, fez de tudo para se desfazer de Lula, mas, contra a União, fazendo a mesma coisa que o seu colega de gabinete Lula e do PT, vai vir "placar o ódio".**
- 22 Aerolula - o desperdício nos céus do Brasil.**
- 23 O financiamento externo das Farc - PT é suspeito de ter recebido dinheiro da guerrilha colombiana.**
- 24 A ONG Ágora Ido petista Mauro Dutra - amigo de Lula) e o sumiço de R\$ 900 mil do Fundo de Amorao ao Trabalhador (FAT).**
- 25 As fraudes no INSS - propina paga por empresas para se livrarem das multas do Instituto.**
- 26 Repasses de dinheiro de Furnas para o PT e partidos aliados.**
- 27 Paulo Okamotto - presidente do Sebrae é o doador universal que pagou dívidas de Lula e família.**
- 28 Lufinha, filha do presidente, e o contrato milionário com a Telemar.**
- 29 Morte e Vida: Severino - Cai o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), o aliado de Lula.**
- 30 Henrique Meirelles - presidente do Banco Central, e a sonegação de impostos**
- 31 O presidente da Casada Moedas envolvido no mensalão.**
- 32 Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional, e os R\$ 450 mil que seu secretário recebeu do valeroduto.**
- 33 O tratamento VIP da cadeirinha Michelini no carro oficial da Presidência da República.**
- 34 O passeio da então ministra Benedita da Silva, em Buenos Aires, pago com dinheiro público.**
- 35 As consultorias suspeitas da Empresa Trevisan, do amigo de Lula**
- 36 As inúmeras tentativas de abafar as CPIs, usando recursos ilimitados na Justiça**
- 37 O ex-ministro Anderson Adauto, dos Transportes, e R\$ 1 milhão recebido do valeroduto.**
- 38 Paul Pimenta, deputado do PT gaúcho, e a lista fajuta do mensalão obtida às escondidas com Marcos Valério.**
- 39 Agnelo Queiroz e seu turismo ônico**
- 40 "Colônia de Férias", dos amigos do filho de Lula no Palácio da Alvorada**
- 41 Marta Suplicy e a quadrilha do lixo em São Paulo**
- 42 O PT a favor dos bingos durante campanha presidencial**
- 43 A caixinha dos ônibus para as prefeituras petistas**
- 44 Verba ilegal do governo federal para o MST, UNE e UDES**
- 45 O esquema do FAT**
- 46 O golpe do crédito consignado contra os aposentados**
- 47 Rogério Buratti e as revelações contra Palocci**
- 48 José Mentor e o abafa da CPI do Banestadô**
- 49 Acordo eleitoral com Maluf**
- 50 Operação Tapa-Buracos nem vias não faltadas.**
- 51 Reforma do gabinete de Gilberto**
- 52 A conexão da Portugal Telecom**
- 53 Jacó Bitar - compadre de Lula e conselheiro do fundo Petros, seu investimento**
- 54 Os empréstimos forjados no Banco Rural para financeirar a campanha do PT**
- 55 Luiz Pinto e as casas de bingo no Rio Grande do Sul**
- 56 Blindagem a Henrique Meirelles**
- 57 Professor Luizinho, o charuto e suas marinhas nas festas do chin-Silva**
- 58 Propina no Ibama para liberar licenças ambientais e o festejamento da campanha da petista Ana Júlia Carepa, senadora pelo Paraná**
- 59 Deputado Luiz Eduardo - o cara, caso Lubeca e as tentativas de manter**
- 60 O ex-superintendente do Ibama no Mato Grosso, Hugo Werle, e o desmatamento ilegal.**
- 61 Silvinho "Land Rover" Peretta - amigo da GDK.**
- 62 José Genoino e o avalista nos empréstimos fantasma**
- 63 O doleiro de todos os esquemas Néton Turner**
- 64 Humberto Costa e a Máfia dos Vampiros**
- 65 Outdoor da senadora Ideli Salvatti em Santa Catarina**
- 66 Henrique Pizzolato, o "bem amado" do Banco do Brasil.**
- 67 Ivan Guimarães e o Banco Popular**
- 68 Estrela-vermelha do PT nos jardins da Alvorada.**
- 69 Festa com dinheiro público para comemorar a expulsão do senador Heitor Helena do PT**
- 70 Corrente de aranha de empresas do ex-deputado José Dirceu**
- 71 Intervenção ilegal na saúde do Rio de Janeiro**
- 72 Os R\$ 300 mil dos advogados de Delúbio e os honorários de Aristides Junqueira**
- 73 Medalha Rio Branco para Severino Cavalcanti em pleno escândalo do mensalão**
- 74 Suspensão dos benefícios das velhinhos acima de 90 anos por ordem de Ricardo Berzoini, ministro da Previdência**
- 75 Dinheiro para a transoceânica no Peru e corte de verbas do Rodobrasil de São Paulo**
- 76 Superaturamento de contratos de patrocínio do esporte pelo Banco do Brasil**
- 77 Caixa dois de Tocantins e Márcia Barbosa**
- 78 Brasil, o preferido do FMI na América do Sul.**
- 79 Uso indevido dos recursos da CIDE**
- 80 Propaganda eleitoral do governo Lula em adesivos colados nos veículos oficiais do governo federal**
- 81 Compra de votos no primeiro turno da eleição para presidentes do PT**
- 82 Propina de Taiwan para a campanha de Lula**
- 83 Compra do PL de José Alencar por R\$ 10 milhões**
- 84 Jóias presenteadas da Dona Marisa Letícia**
- 85 Roupões e toalhas de linho egípcio comprados com dinheiro público**
- 86 Vavá - o irmão lobista do presidente**
- 87 Projeto para criar a CNJ e impor a censura à imprensa**
- 88 Expulsão do jornalista norte-americano do New York Times, do Brasil**
- 89 Coturninas e as camisetas do PT**
- 90 Festa no Porcão bancada pelo Banco do Brasil**
- 91 Supermotos dos batedores do presidente Lula**
- 92 Dólares de Cuba transportados em caixas de uísque para a campanha do PT**
- 93 A reforma do Palácio da Alvorada**
- 94 Renovação do contrato de Duda Mendonça com a Petrobras**
- 95 Sessão de cinema pirata no Aeroclube**
- 96 Doações do doleiro Toninho da Barcelona para o PT**
- 97 Correão Angola**
- 98 Caixa dois do PT em todo o país**
- 99 As mentiras de Palocci na CPI dos Bingos, desconstruídas por um morrista e pelo casero Francisco dos Santos Costa**
- 100 O crime da quebra do sigilo bancário no casero a mando do ministro da Fazenda, com uso da máquina pública, a Caixa Econômica Federal**

Crise infundável derrubou bagrinhos e tubarões

Muitos integrantes do governo petista ficaram pelo caminho no rastro da crise política e dos escândalos promovidos pelo PT. Veja abaixo quem saiu, quando e por quê.

2005

MAIO

Mauricio Marinho, chefe do Departamento de Contratação dos Correios, no dia 14 de maio (demolido formalmente no dia 8 de setembro).

O diretor de administração dos Correios, Antonio Osório Batista, e seu assessor imediato, Fernando Godoy, no dia 16 de maio.

João Henrique da Almeida Souza, presidente dos Correios.

Luiz Appolonio Neto, presidente do IRB, no dia 21 de maio.

JUNHO

Toda a diretoria dos Correios e do IRB em 7 de junho.

Eduardo Armond, responsável pelas relações com clientes governamentais da empresa Cobra, em 9 de junho. Armond já fez parte da direção nacional do Partido dos Trabalhadores.

Os diretores de Fumas: Dírmes Fabiano Toledo, Rodrigo Botelho Campos e José Roberto Cesaroni Cory, em 30 de junho.

José Dirceu, ministro da Casa Civil, no dia 14 de junho.

Roberto Jefferson, presidente do PTB, no dia 17 de junho. Teve seu mandato de deputado federal cassado em 14 de setembro.

JULHO

Silvio Pórcia, secretário-geral do PT, no dia 1º de julho.

Delúbio Soares, tesoureiro do PT, no dia 5 de julho.

Glenio Queiroz, procurador da Fazenda Nacional, diretor do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, no dia 6 de julho.

Luiz Eduardo Franco de Abreu, vice-presidente de Finanças, e Edson Monteiro,

responsável pela área de varejo e distribuição do Banco do Brasil, foram demitidos pelo banco em 6 de julho. Originalmente os dois foram indicados para seus cargos no Banco do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores. O banco negou motivação política na mudança.

José Adalberto Vieira da Silva, assessor do deputado José Nogueira Guimarães, no dia 8 de julho. Foi detido em São Paulo com dólares escondidos na cueca.

Kennedy Moura, ex-assessor da Presidência do Banco do Nordeste do Brasil, em 11 de julho. Afastado depois que foi citado como suposto destinatário do dinheiro da cueca de José Adalberto Vieira da Silva. Moura foi considerado suspeito pela Polícia Federal e Procuradoria da República de ter enviado Adalberto a São Paulo (cidade) para buscar o dinheiro. Moura trabalhou como assessor do irmão de José Genoino e foi indicado por ele para o cargo no Banco do Nordeste.

José Nogueira Guimarães, dirigente do diretório estadual do PT-CE, no dia 9 de julho.

José Genoino, presidente do PT no dia 9 de julho.

Marcelo Sáenz, secretário de comunicação do PT, no dia 9 de julho.

Henrique Pizzolato, diretor de marketing do Banco do Brasil, no dia 10 de julho.

Luiz Gushiken do Ministério das Comunicações e Gestão Estratégica é rebaixado. Sua pasta deixa de ser um ministério. Dia 12 de julho.

Mauro Marcelo de Lima e Silva, diretor-geral da Abin, em 13 de julho.

Sandra Rodrigues Cabral, assessora-chefe da Assessoria Especial da Casa Civil, em 18 de julho. Sandra era funcionária de confiança do ministro José Dirceu e amiga há 30 anos do tesoureiro do Delúbio Soares.

Antônio Batista Brito, diretor de marke-

ting da Brasil Veículos, empresa subsidiária do Banco do Brasil, em 18 de julho. Envolvida no saque de R\$ 326,6 mil da conta da DNA Propaganda no Banco Rural, em janeiro de 2004.

Inocêncio Alves Rodrigues, gerente do núcleo do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), em 18 de julho. Também envolvido no saque de R\$ 326,6 mil da conta da DNA no Banco Rural. Marco Antônio da Silva, assessor de então ministro Luiz Gushiken, da Ciretoria de Eventos da Secom, em 19 de julho. Documentos da Secom e dos Correios revelam indícios de violação da Lei de Licitações. É revelado que a esposa de da Silva trabalhou como diretora da empresa Multiaction, de Marcos Valério.

Rodrigo Barroso Fernandes, presidente da Fundação Municipal da Agricultura de Belo Horizonte, e ex-assessor do prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, do Partido dos Trabalhadores, em 20 de julho. O nome de Barroso aparece numa lista de pessoas beneficiadas com dinheiro do esquema de Marcos Valério. Barroso negou-se a explicar e por causa disso seria indiciado pela Polícia Federal em 5 de agosto.

Wilmar Lacerda, presidente do PT do Distrito Federal, em 20 de julho. Convocou para a polícia que recebeu R\$ 381 mil do esquema de Marcos Valério.

Luiz Gushiken é rebaixado novamente. Deixa de comandar a Secretaria de Comunicação e vira assessor de Lula, em 21 de julho.

AGOSTO

Valdemar Costa Neto, deputado federal e presidente do PL, renunciou ao mandato, no dia 1º de agosto.

Marcio Lacerda, secretário-executivo do Ministério da Integração Nacional pasta-do-ministério Ciro Gomes, em 2 de agosto.

Marcus Vinícius de Flora, subsecretário da Secom e segredo que cedeu o abalo do ministro Luiz Gushiken, em 2 de agosto. A agenda de Fernanda Melchionna, ex-secretária de Marcos Valério registra encontros entre Valério e Vinícius.

Manoel Severino, presidente da Casa da Moeda do Brasil, pede demissão

em 3 de agosto.

Danilo de Camargo, coordenador da Comissão de Ética do PT em 6 de agosto.

Sérgio Amadou, presidente do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, em 11 de agosto. Ele não se apresentou porque alegou discordar do Ministério do Planejamento em relação a verbas para migração dos órgãos do governo para software livre.

Paulo Pimenta (PT Rio Grande do Sul) relator da CPI da Compra de Votos, em 11 de agosto. Apresentou uma lista apócrifa de sacadores do Banco Rural e encontrou-se sozinho com Marcos Valério durante a madrugada na garagem do Senado. Pressionado pela bancada governista renunciou ao cargo de relator auxiliar da CPI.

Marcos Antonio Carvalho Gomes, presidente do Real Grandeza (fundado pensão dos funcionários de FURNAS e Eletrobras), em 22 de agosto.

SETEMBRO

Juscelino Antônio Courado, chefe de gabinete do ministro da Fazenda Antonio Palocci, em 1º de setembro.

OUTUBRO

No dia 25 o senador Eduardo Azeredo do PSDB de Minas Gerais renuncia à direção nacional de seu partido (mas não ao mandato de senador), a poucos dias do fim do mandato.

No dia 26 o senador Gerardo Mescia Junior anuncia a sua desfiliação do PSOL por causa de acusações de um ex-funcionário de que ele exigiria o pagamento de um dízimo ao partido.

DEZEMBRO

No dia 1º (dia 30/11), Jósé Dirceu fico segundo deputado federal a ter o mandato de cassado. A votação foi de 293 a 192 votos. Ele se torna o primeiro membro do PT a ser cassado.

2006

MARÇO

No dia 27, o ministro da Fazenda do Brasil, Antônio Palocci, sendo sucedido por Guido Martecena.

No dia 27, Jorge Mattos, presidente da Caixa Econômica Federal,

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “O efeito estufa de Lula”, de autoria do jornalista Otávio Cabral, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 12 de abril do corrente.

O jornalista, em sua matéria, destaca a situação do presidente Lula em sua campanha para a reeleição. Segundo a matéria, “Lula não tem uma base política capaz de demonstrar um mínimo de articulação no Congresso, sua máquina emperra na hora de execu-

tar medidas concretas, como o início da construção de uma ferrovia, e sua solidão política é crescente”.

Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O EFEITO ESTUFA DE LULA

Ao fim de um mandato em que seu governo gerou mais calor do que luz, Lula volta a ser rondado pela ameaça de impeachment

Otávio Cabral

Um presidente que busca a reeleição se defronta com dois desafios distintos. O primeiro é manter a máquina governamental em funcionamento. O segundo é tocar sua campanha. Os melhores presidentes-candidatos conseguem equilibrar-se sob o impuxo dessas duas forças conflitantes. Infelizmente, não é o caso de Luiz Inácio Lula da Silva. O candidato Lula expulsou o presidente Lula de cena. Um presidente não pode deixar de dizer o que pensa sobre graves acontecimentos a sua volta. O candidato pode fingir que não é com ele. Pois, com o mundo derretendo a seu redor sob um efeito estufa político, Lula parece estar vivendo a primavera de sua carreira. Na semana passada, ficou a maior parte do tempo fora da capital federal. Abriu um evento da indústria de material de construção em São Paulo, inaugurou uma fábrica de pneus em Salvador, lançou o edital das obras de um aeroporto em Campinas, compareceu a uma sessão do Fórum Econômico Mundial na capital paulista... Nenhuma palavra sobre a crise que devorou seu ministro da Fazenda Antonio Palocci e, agora, ameaça destronar outro pilar da

sua administração, Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça.

Os sinais à frente indicam que a situação tende a ficar ainda mais instável. Lula não tem uma base política capaz de demonstrar um mínimo de articulação no Congresso, sua máquina emperra na hora de executar medidas concretas, como o início da construção de uma ferrovia, e sua solidão política é crescente. Depois de perder o último homem forte de seu ministério com a demissão de Antonio Palocci, Lula deve possuir na semana passada a oito novos ministros — dois dos quais, o do Esporte e o da Saúde, ele nem sequer conhecia pessoalmente. Foi apresentado a ambos na solenidade de posse. Na única reunião de cúpula que comandou na última semana, o presidente encontrou-se com apenas três ministros, entre eles o recém-chegado Tarsó Genro. “Primeiro, o governo do PT foi acabando. Agora, é o governo Lula que está se correndo”, analisa o historiador Osvaldo Luiz Angel Coggiola, da Universidade de São Paulo (USP).

Um dos sinais mais eloquentes do derretimento do governo está no fato de que o fantasma do impeachment voltou a assombrar o Palácio do Planalto. Na semana passada, o assunto chegou a ser abertamente discutido pelo presidente. Em conversas separadas, ora com seu novo ministro Tarsó Genro, ora com o senador Aloizio Mercadante, líder do governo no Senado, Lula pediu que se tentasse selar um pacto de convivência com a oposição no Congresso. A principal preocupação do presidente diz respeito a possíveis ataques contra seus familiares na campanha eleitoral e, antes disso, a uma even-

tual abertura de um processo de impeachment. Nessas conversas, os petistas nunca deixaram de lembrar que eles também têm munição contra familiares de tucanos e, nos momentos de maior exaltação, ameaçam levar o PT a mobilizar milhares de militantes — de modo a acirrar de vez o clima político. Informalmente, as tensões de Lula foram discutidas com integrantes da oposição, entre eles os pefehistas José Jorge e José Agripino, que disputam a indicação para vice na chapa de Geraldo Alckmin. A oposição marcará reunião formal para discutir o assunto.

Em um encontro com o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, Lula recebeu sinais tranquilizadores em relação à ameaça de impeachment, mas ficou sabendo que a oposição não aceita negociar uma trégua nos ataques contra o governo. No encontro, Rebelo relatou a Lula uma conversa que teve na segunda-feira passada com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, na Base Aérea de São Paulo. Rebelo pediu a FHC que ajudasse a colocar em plano mais alto o nível dos debates durante a campanha eleitoral. Em resposta, o ex-presidente disse que a oposição mantinha os ataques ao governo, dado que aíla dispõe de muita munição, mas que o PSDB não pretendia patrocinar um pedido de afastamento do presidente. Dias antes, Rebelo teve uma conversa nos mesmos termos com o ex-prefeito José Serra. Na realidade, os tucanos acham que Lula, apesar de comandar um governo corrompido, tem sólido apoio popular, o que poderia transformar um impeachment numa aventura que se sabe só começo mas não como termina.

O escândalo do mensalão já revelara e a crise de agora veio confirmar em geral, os petistas têm dificuldades enormes de conviver com a dureza da verdade, mesmo nos momentos em que ela já foi inteiramente desnudada diante dos olhos do país — e o presidente Lula, com seus silêncios e sua ambiguidade pública, não é uma exceção entre os petistas. A sessão em que se aprovou o relatório final da CPI dos Correios foi uma expressão disso. Até o fim, os petistas insistiram em aprovar um relatório que, entre outros pontos, chegava ao absurdo de negar a existência do mensalão — um dado que está fartamente demonstrado não por evidências, mas por provas e até por confissões. A CPI foi salva do vexame graças à ação firme do seu presidente, o senador Delcídio Amaral, que usou suas prerrogativas ao colocar em votação o relatório do deputado Osmar Serraglio, uma peça bem produzida e ponderada, e ignorou as artimanhas infândas dos petistas para produzir mais uma pizza. Outro dado a demonstrar como as estrelas do PT ferem a verdade com des pudor apareceu no discurso do deputado João Paulo Cunha, ex-presidente da Câmara. Em sua defesa, na tribuna da Câmara, João Paulo teve a ousadia de falar em “ética, honestidade e honra”, depois de ser publicamente pilhado mentindo, tomando dinheiro do valerioduto e ainda adulando Marcos Valério com um contrato público irregular, além de rece-

ber presentes do carequinha falante. João Paulo tem todo o direito de lutar por sua absolvição — afinal obtida com o voto de 256 deputados —, mas seria recomendável que o fizesse com alguma dignidade e sem ofender a inteligência alheia. E o que dizer de Paulo Okamotto, que até ontem dizia que cuidava das finanças de Lula e, na semana passada, para desviar-se dos perigos que a verdade pode causar, afirmou que nunca cuidou das finanças de ninguém?

Com suspeitas que atingem o coração do governo e com seus companheiros sangrando em público, o candidato Lula enfrenta uma crise de amplas proporções mas permanece de pé. Na semana passada, uma pesquisa do Ibope, limitada ao estado de São Paulo, mostrou que o presidenciável tucano Geraldo Alckmin deu um salto enorme, subindo de 32% para 46% na preferência do eleitorado paulista — o maior do país. O dado mais surpreendente, no entanto, é que Lula, apesar de desfalca do de seus principais auxiliares e alvejado pela desconfiança de que seu governo está escondendo um crime, se manteve praticamente estável, caindo de 32% para 28%, numa pesquisa cuja margem de erro é de 3 pontos percentuais para cima ou para baixo.

O candidato tucano tem fé no fato de que as pesquisas refletem o quadro atual. Na opinião de Alckmin, as pesquisas só começaram a contar quando a campanha chegar à televisão. Ele acha que a eleição será decidida ao cabo dos vinte programas, exibidos nacionalmente às terças, quintas e sábados, a partir de agosto próximo. Neles, os candidatos se revelam e a disputa efetivamente começa a ser travada. “Enquanto o eleitor não se preocupa em saber onde está seu título, em que dia caem as eleições, ele não toma a decisão sobre em quem vai votar”, diz Alckmin. O tucano confia na alta rejeição de Lula mesmo em lugares onde o presidente tem bom desempenho nas pesquisas anuais. “Em todas as cidades das regiões onde o presidente aparece bem vai ser travado um Fla x Flu. Seis em cada dez eleitores podem votar nele, mas os outros quatro vão votar em mim”, acredita Alckmin. Além disso, o tucano conta com o desgaste natural do candidato Lula, já que o presidente Lula vê seu mundo derreter. “O governo está politicamente isolado e perdendo substância, mas continua gerenciando a economia e tem sustentação popular”, avalia o cientista político Luiz Werneck Vianna, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj). A dúvida é saber até quando o candidato Lula conseguirá manter o bom desempenho na campanha sem a ajuda do presidente Lula. ■

*Com reportagem de Julia Dualibí
e Leandra Peres, de Brasília*

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS). Sem apanhamento taquigráfico.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o editorial intitulado “Até onde foi a trama”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 4 de abril deste ano.

O editorial trata da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa e questiona se a implicação de Antonio Palocci e do ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso, “é bastante para esgotar o assunto ou se outros integrantes da cúpula do Executivo também cometem desvios de função nesse lamentável episódio”.

O editorial afirma que as investigações devem prosseguir e apurar se houve, também, o envolvimento do Ministério da Justiça.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A

Presidente: Luís Frias

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO,
JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, Luís NASSIF, Clóvis Rossi,
CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES,
Luís Frias e OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

ATÉ ONDE FOI A TRAMA?

AS INVESTIGAÇÕES da Polícia Federal acerca da gravíssima violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa caminham para o indiciamento do então ministro da Fazenda. Mas cabe perguntar se a implicação de Antonio Palocci Filho e do ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso é bastante para esgotar o assunto ou se outros integrantes da cúpula do Executivo também cometaram desvios de função nesse lamentável episódio.

A hipótese a questionar é se a devassa na privacidade da testemunha que refutou Palocci —e/ou a tentativa posterior de acobertá-la— teria envolvido o Ministério da Justiça. A investigação se baseia no fato de um assessor do ministro Márcio Thomaz Bastos ter estado na casa do titular da Fazenda na noite em que a obtusa estratégia para coagir Francenildo foi definida. No dia seguinte (17 de março), extratos bancários do caseiro foram divulgados pela revista “Época”.

Thomaz Bastos afirma que sempre atuou no episódio dentro das prerrogativas do cargo. Diz que não teve conhecimento naquela noite da ida do auxiliar à casa de Palocci —o titular

da Justiça estava em Rondônia—; que para lá o assessor se dirigiu unicamente com o fito de atender a um chamado do ministro da Fazenda.

Já o subordinado de Bastos diz que, na casa, os extratos do caseiro não lhe foram mostrados; que Palocci e Mattoso trataram em privado, dentro de um escritório. Nessa versão, a participação do funcionário do Ministério da Justiça teria se resumido a receber um pedido de Palocci para que a Polícia Federal abrisse uma investigação contra Francenildo.

Até aqui, não há fatos nem depoimentos capazes de abalar a narrativa do ministro da Justiça. Mas a história tem algumas facetas inverossímeis, a começar dessa participação seletiva do assessor de Bastos —que seria o único a não delinqüir nem tomar ciência de delito numa residência em que os demais urdiam um crime.

Além disso, a versão supõe que Palocci e Mattoso consumiram dez dias sem dizer a ninguém no governo o que de fato havia ocorrido. Até para que não restasse a menor dúvida sobre as alegações do ministro da Justiça, as investigações devem ser exaustivas nesse ponto.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, as projeções do Instituto Internacional de Finanças – IIF, associação que agrupa os grandes bancos internacionais, dão conta de que a América Latina crescerá 4,1% em 2006. As previsões seriam boas, não fosse a avaliação apresentada para o Brasil que, segundo a Instituição, crescerá 3,8%, a menor taxa entre as maiores economias da região.

O Brasil terá, segundo o IFF, o segundo pior desempenho numa lista que traz projeções para sete economias da América Latina. Enfim, o Brasil do presi-

dente Lula continua “ficando para trás” na corrida pelo crescimento econômico.

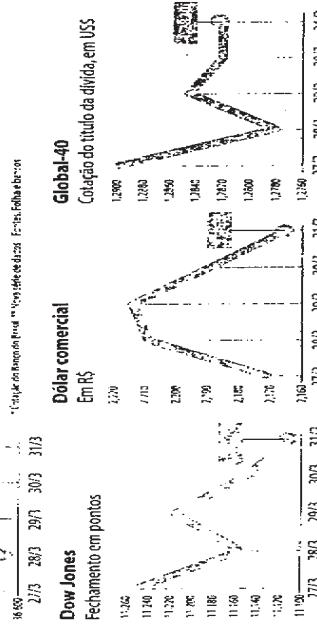
Sr. Presidente, é nesse contexto que solicito que as matérias abaixo relacionadas passem a integrar os Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil deve crescer menos que a AL em 2006

CENÁRIOS Economia do país avançará 3,8%, e a da região, 4,1%, diz IIF; ambiente continua favorável para latino-americanos



O gráfico mostra duas linhas: uma em preto representando o Dólar comercial (em R\$) e outra em azul representando a Cotação do Título da dívida (em US\$). Ambas as linhas apresentam um movimento ascendente ao longo do período, com uma pausa ou correção no final de 2012.

Data	Dólar comercial (R\$)	Cotação do Título da dívida (US\$)
06/09	11,46	1,2800
27/3	11,40	1,2800
28/3	11,20	1,2800
30/3	11,05	1,2800
31/3	11,00	1,2800
01/04	11,00	1,2800
02/04	11,10	1,2800
03/04	11,15	1,2800
04/04	11,20	1,2800
05/04	11,25	1,2800
06/04	11,30	1,2800
07/04	11,35	1,2800
08/04	11,40	1,2800
09/04	11,45	1,2800
10/04	11,50	1,2800
11/04	11,55	1,2800
12/04	11,60	1,2800
13/04	11,65	1,2800
14/04	11,70	1,2800
15/04	11,75	1,2800
16/04	11,80	1,2800
17/04	11,85	1,2800
18/04	11,90	1,2800
19/04	11,95	1,2800
20/04	12,00	1,2800
21/04	12,05	1,2800
22/04	12,10	1,2800
23/04	12,15	1,2800
24/04	12,20	1,2800
25/04	12,25	1,2800
26/04	12,30	1,2800
27/04	12,35	1,2800
28/04	12,40	1,2800
29/04	12,45	1,2800
30/04	12,50	1,2800
31/04	12,55	1,2800
01/05	12,60	1,2800
02/05	12,65	1,2800
03/05	12,70	1,2800
04/05	12,75	1,2800
05/05	12,80	1,2800
06/05	12,85	1,2800
07/05	12,90	1,2800
08/05	12,95	1,2800
09/05	13,00	1,2800
10/05	13,05	1,2800
11/05	13,10	1,2800
12/05	13,15	1,2800
13/05	13,20	1,2800
14/05	13,25	1,2800
15/05	13,30	1,2800
16/05	13,35	1,2800
17/05	13,40	1,2800
18/05	13,45	1,2800
19/05	13,50	1,2800
20/05	13,55	1,2800
21/05	13,60	1,2800
22/05	13,65	1,2800
23/05	13,70	1,2800
24/05	13,75	1,2800
25/05	13,80	1,2800
26/05	13,85	1,2800
27/05	13,90	1,2800
28/05	13,95	1,2800
29/05	14,00	1,2800
30/05	14,05	1,2800
31/05	14,10	1,2800
01/06	14,15	1,2800
02/06	14,20	1,2800
03/06	14,25	1,2800
04/06	14,30	1,2800
05/06	14,35	1,2800
06/06	14,40	1,2800
07/06	14,45	1,2800
08/06	14,50	1,2800
09/06	14,55	1,2800
10/06	14,60	1,2800
11/06	14,65	1,2800
12/06	14,70	1,2800
13/06	14,75	1,2800
14/06	14,80	1,2800
15/06	14,85	1,2800
16/06	14,90	1,2800
17/06	14,95	1,2800
18/06	15,00	1,2800
19/06	15,05	1,2800
20/06	15,10	1,2800
21/06	15,15	1,2800
22/06	15,20	1,2800
23/06	15,25	1,2800
24/06	15,30	1,2800
25/06	15,35	1,2800
26/06	15,40	1,2800
27/06	15,45	1,2800
28/06	15,50	1,2800
29/06	15,55	1,2800
30/06	15,60	1,2800
31/06	15,65	1,2800
01/07	15,70	1,2800
02/07	15,75	1,2800
03/07	15,80	1,2800
04/07	15,85	1,2800
05/07	15,90	1,2800
06/07	15,95	1,2800
07/07	16,00	1,2800
08/07	16,05	1,2800
09/07	16,10	1,2800
10/07	16,15	1,2800
11/07	16,20	1,2800
12/07	16,25	1,2800
13/07	16,30	1,2800
14/07	16,35	1,2800
15/07	16,40	1,2800
16/07	16,45	1,2800
17/07	16,50	1,2800
18/07	16,55	1,2800
19/07	16,60	1,2800
20/07	16,65	1,2800
21/07	16,70	1,2800
22/07	16,75	1,2800
23/07	16,80	1,2800
24/07	16,85	1,2800
25/07	16,90	1,2800
26/07	16,95	1,2800
27/07	17,00	1,2800
28/07	17,05	1,2800
29/07	17,10	1,2800
30/07	17,15	1,2800
31/07	17,20	1,2800
01/08	17,25	1,2800
02/08	17,30	1,2800
03/08	17,35	1,2800
04/08	17,40	1,2800
05/08	17,45	1,2800
06/08	17,50	1,2800
07/08	17,55	1,2800
08/08	17,60	1,2800
09/08	17,65	1,2800
10/08	17,70	1,2800
11/08	17,75	1,2800
12/08	17,80	1,2800
13/08	17,85	1,2800
14/08	17,90	1,2800
15/08	17,95	1,2800
16/08	18,00	1,2800
17/08	18,05	1,2800
18/08	18,10	1,2800
19/08	18,15	1,2800
20/08	18,20	1,2800
21/08	18,25	1,2800
22/08	18,30	1,2800
23/08	18,35	1,2800
24/08	18,40	1,2800
25/08	18,45	1,2800
26/08	18,50	1,2800
27/08	18,55	1,2800
28/08	18,60	1,2800
29/08	18,65	1,2800
30/08	18,70	1,2800
31/08	18,75	1,2800
01/09	18,80	1,2800
02/09	18,85	1,2800
03/09	18,90	1,2800
04/09	18,95	1,2800
05/09	19,00	1,2800
06/09	19,05	1,2800
07/09	19,10	1,2800
08/09	19,15	1,2800
09/09	19,20	1,2800
10/09	19,25	1,2800
11/09	19,30	1,2800
12/09	19,35	1,2800
13/09	19,40	1,2800
14/09	19,45	1,2800
15/09	19,50	1,2800
16/09	19,55	1,2800
17/09	19,60	1,2800
18/09	19,65	1,2800
19/09	19,70	1,2800
20/09	19,75	1,2800
21/09	19,80	1,2800
22/09	19,85	1,2800
23/09	19,90	1,2800
24/09	19,95	1,2800
25/09	20,00	1,2800
26/09	20,05	1,2800
27/09	20,10	1,2800
28/09	20,15	1,2800
29/09	20,20	1,2800
30/09	20,25	1,2800
31/09	20,30	1,2800
01/10	20,35	1,2800
02/10	20,40	1,2800
03/10	20,45	1,2800
04/10	20,50	1,2800
05/10	20,55	1,2800
06/10	20,60	1,2800
07/10	20,65	1,2800
08/10	20,70	1,2800
09/10	20,75	1,2800
10/10	20,80	1,2800
11/10	20,85	1,2800
12/10	20,90	1,2800
13/10	20,95	1,2800
14/10	21,00	1,2800
15/10	21,05	1,2800
16/10	21,10	1,2800
17/10	21,15	1,2800
18/10	21,20	1,2800
19/10	21,25	1,2800
20/10	21,30	1,2800
21/10	21,35	1,2800
22/10	21,40	1,2800
23/10	21,45	1,2800
24/10	21,50	1,2800
25/10	21,55	1,2800
26/10	21,60	1,2800
27/10	21,65	1,2800
28/10	21,70	1,2800
29/10	21,75	1,2800
30/10	21,80	1,2800
31/10	21,85	1,2800
01/11	21,90	1,2800
02/11	21,95	1,2800
03/11	22,00	1,2800
04/11	22,05	1,2800
05/11	22,10	1,2800
06/11	22,15	1,2800
07/11	22,20	1,2800
08/11	22,25	1,2800
09/11	22,30	1,2800
10/11	22,35	1,2800
11/11	22,40	1,2800
12/11	22,45	1,2800
13/11	22,50	1,2800
14/11	22,55	1,2800
15/11	22,60	1,2800
16/11	22,65	1,2800
17/11	22,70	1,2800
18/11	22,75	1,2800
19/11	22,80	1,2800
20/11	22,85	1,2800
21/11	22,90	1,2800
22/11	22,95	1,2800
23/11	23,00	1,2800
24/11	23,05	1,2800
25/11	23,10	1,2800
26/11	23,15	1,2800
27/11	23,20	1,2800
28/11	23,25	1,2800
29/11	23,30	1,2800
30/11	23,35	1,2800
31/11	23,40	1,2800
01/12	23,45	1,2800
02/12	23,50	1,2800
03/12	23,55	1,2800
04/12	23,60	1,2800
05/12	23,65	1,2800
06/12	23,70	1,2800
07/12	23,75	1,2800
08/12	23,80	1,2800
09/12	23,85	1,2800
10/12	23,90	1,2800
11/12	23,95	1,2800
12/12	24,00	1,2800
13/12	24,05	1,2800
14/12	24,10	1,2800
15/12	24,15	1,2800
16/12	24,20	1,2800
17/12	24,25	1,2800
18/12	24,30	1,2800
19/12	24,35	1,2800
20/12	24,40	1,2800
21/12	24,45	1,2800
22/12	24,50	1,2800
23/12	24,55	1,2800
24/12	24,60	1,2800
25/12	24,65	1,2800
26/12	24,70	1,2800
27/12	24,75	1,2800
28/12	24,80	1,2800
29/12	24,85	1,2800
30/12	24,90	1,2800
31/12	24,95	1,2800
01/01	25,00	1,2800
02/01	25,05	1,2800
03/01	25,10	1,2800
04/01	25,15	1,2800
05/01	25,20	1,2800
06/01	25,25	1,2800
07/01	25,30	1,2800
08/01	25,35	1,2800
09/01	25,40	1,2800
10/01	25,45	1,2800
11/01	25,50	1,2800
12/01	25,55	1,2800
13/01	25,60	1,2800
14/01	25,65	1,2800
15/01	25,70	1,2800
16/01	25,75	1,2800
17/01	25,80	1,2800
18/01	25,85	1,2800
19/01	25,90	1,2800
20/01	25,95	1,2800
21/01	26,00	1,2800
22/01	26,05	1,2800
23/01	26,10	1,2800
24/01	26,15	1,2800
25/01	26,20	1,2800
26/01	26,25	1,2800
27/01	26,30	1,2800
28/01	26,35	1,2800
29/01	26,40	1,2800
30/01	26,45	1,2800
31/01	26,50	1,2800
01/02	26,55	1,2800
02/02	26,60	1,2800
03/02	26,65	1,2800
04/02	26,70	1,2800
05/02	26,75	1,2800
06/02	26,80	1,2800
07/02	26,85	1,2800
08/02	26,90	1,2800
09/02	26,95	1,2800
10/02	27,00	1,2800
11/02	27,05	1,2800
12/02	27,10	1,2800
13/02	27,15	1,2800
14/02	27,20	1,2800
15/02	27,25	1,2800
16/02	27,30	1,2800
17/02	27,35	1,2800
18/02	27,40	1,2800
19/02	27,45	1,2800
20/02	27,50	1,2800
21/02	27,55	1,2800
22/02	27,60	1,2800
23/02	27,65	1,2800
24/02	27,70	1,2800
25/02	27,75	1,2800
26/02	27,80	1,2800
27/02	27,85	1,2800
28/02	27,90	1,2800
29/02	27,95	1,2800
30/02	28,00	1,2800
31/02	28,05	1,2800
01/03	28,10	1,2800
02/03	28,15	1,2800

Da Agência Fórum, em São Paulo, 15 de outubro de 2011.
DIRETÓRIO ESPECIAL A REVOGAÇÃO DO
DECRETIVO 10.000

A América Latina surgiu pronta para o crescimento das commodities e para a liquidez. A redução dos indicadores de vulnerabilidade externa dos países, diz o relatório do IIF, deve continuar neste ano. «Alguns dos países da região devem combinar usando a moeda externa favorável para reduzir a dívida pública. A combinação de melhor desempenho fiscal com o crescimento das exportações e emissão de dívida em moedas locais deve reduzir a dívida em dólar dos países para algo em torno de 105% das exportações, contra 233% em 1998.» O otimismo em relação à região não é só da banca. Relatório elaborado por economistas para o minério de ferro comemora com 2% a inflação continua preocupando. A previsão da instituição é que a inflação no país vizinho seja de 14,0%, contra os 12,3% de 2005.

trecesserem, nos últimos anos, em proporção que representa 20% do PIB da região, refletiu da melhora dos indicadores extremos.

Hausmann, no entanto, tem divulgado estudos sobre a solidão do cenário. Ele lembra que não é a primeira vez que o mercado descreve um cenário fosco para a região.

Colaborou Dantas,
de Washington

ENCONTRO DO BID: Venezuela obteria 7%

Brasil crescerá 3,8% este ano, diz instituto

IIF prevê que desempenho será o segundo pior da América Latina

Flávia Oliveira e Eliane Oliveira

Enviadas especiais

• BELO HORIZONTE. Entidade que reúne as maiores instituições financeiras do mundo, o Instituto Internacional de Finanças (IIF) prevê crescimento econômico de 3,8% para o Brasil em 2006. O país terá o segundo pior desempenho numa lista que traz projeções para sete economias da América Latina: perde apenas para o México, que deve crescer 3,5%. Tal como ocorreu em 2004 e 2005, Venezuela e Argentina — criticadas pelos agentes financeiros internacionais por não seguirem a cartilha da ortodoxia econômica — vão liderar a expansão econômica da região este ano, com avanços de 7% e 6,7%, respectivamente, diz o IIF.

Semana passada, a entidade divulgou sua estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB, o conjunto de riquezas produzidas por uma economia durante um ano) latino-americano: 4,1%. Ontem, tornou público os números de cada país. No relatório especial sobre a região, o instituto estima crescimento médio anual de 4,7% no triênio 2004-2006. O presidente do Banco Central (BC) brasileiro, Henrique Meirelles, disse que no mesmo período, se confirmada a expansão de 4% prevista pela instituição, o país terá crescido 3,7% ao ano. Segundo ele, a taxa é “quase o dobro do registrado nos dez anos anteriores”.

Meirelles abriu ontem a reunião regional do IIF com um

discurso em que destacou a vitória da política monetária do BC sobre a inflação, que converge para as metas fixadas pelo governo. Ele também chamou a atenção para a queda na relação entre a dívida pública e o PIB, para a sustentabilidade fiscal do país e para a redução da vulnerabilidade externa.

Meirelles diz que BC quer reforçar reservas

O relatório do IIF (que congrega 340 bancos de 60 países) prevê IPCA de 4,4% este ano, “em linha com a meta de 4,5% do BC”. Apesar das indefinições sobre o preço internacional do petróleo, a entidade espera que os juros básicos terminem 2006 em 14,5% ao ano. Já a meta de superávit primário deve ficar em 4,4% do PIB, pouco acima da meta de 4,25%.

Diferentemente de 2002, o IIF não espera que as eleições presidenciais provoquem turbulências no mercado financeiro, uma vez que a economia brasileira tem uma “posição externa mais forte e há convergência na política econômica dos dois principais candidatos, o presidente Lula e o candidato do PSDB (Geraldo Alckmin)”. O texto diz ainda que Lula pode ser reeleito, se conseguir “enfrentar a crise de corrupção e conquistar o voto da classe média”.

Meirelles evitou falar sobre taxas de juros, mas afirmou que a atuação do BC no câmbio tem como objetivo reforçar as reservas internacionais para continuar reduzindo a vulnerabilidade externa do Brasil. ■

Menos que Ruanda

• O Brasil não corria o risco de ser o lanterninha do crescimento econômico mundial por causa da região mais pobre da África, mas isso deixou de ser verdade. A África subsaariana já vem crescendo mais que o Brasil. Mesmo países que passaram por guerras fratricidas, como Ruanda, têm crescido a um ritmo de 4% ao ano. Se o Brasil atingir esse patamar em 2006, vamos comemorar.

O economista Cláudio Fritschak fez alguns cálculos para o Banco Mundial e concluiu que essa recuperação africana não se deve apenas à alta dos preços do petróleo. Cerca de 40% dos países da África subsaariana não produzem óleo e apresentam uma média de crescimento econômico acima de 3,5% (no Brasil, desde 1980, estamos patinando na média de 3%). É claro que entre os produtores de petróleo — e onde não há guerra civil — há desempenhos extraordinários, a exemplo da Guiné Equatorial, que chega a crescer 22% ao ano.

Alguns economistascreditam que, por falta de investimentos, o potencial de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no Brasil já retrocedeu de 3,5% para 3% ao ano, na média. Quanto esse potencial é ultrapassado, a inflação ressurge ou as contas externas voltam a se desequilibrar.

Para se ter uma idéia do

Rondônia, ganha um forte aliado na alta cúpula do governo. Mantega se entusiasmou pelo empreendimento e não chega a se preocupar com o investimento que será necessário em linhas de transmissão para que o excedente de energia de Rondônia abasteça o Sudeste ou o Nordeste. Na opinião do agora ministro, as hidrelétricas do Rio Madeira poderiam vir na frente do projeto de Belo Monte, no Rio Xingu (Pará), que muita gente no setor elétrico considera tecnicamente mais viável.

Uma refinaria petroquímica que utiliza petróleo pesado como matéria-prima não é comum na indústria, mas a Petrobras se habilitou a essa tecnologia com a experiência que acumulou a partir da criação da Fábrica Carioca de Catalisadores (FCC) junto com os holandeses da Akzo na década de 80. As refinarias tradicionais

que representam uma diferença de apenas 0,5 ponto percentual na taxa de crescimento em termos históricos, o economista Armando Castelar, do Ipea, lembrou outro dia que tal percentagem foi exatamente o que os Estados Unidos evoluíram a mais do que ao Brasil, ao ano de 1820 o fim do século XX. No ponto de partida da estatística, a renda média da população brasileira correspondia à metade da que os americanos possuíam. Na última década do século XX, a renda dos brasileiros correspondeu a um quinto da renda dos americanos.

A tese do PIB potencial é rejeitada por outros economistas, mas na prática tem prevalecido e seria uma das justificativas para o Banco Central executar a política monetária com juros absurdamente altos.

Mas se a África subsaariana está conseguindo se recuperar, existe esperança também para o Brasil.

fracionam o petróleo de modo a produzir mais derivados como o óleo diesel, a gasolina e o querosene, classificados como produtos médios. No caso da refinaria petroquímica, a produção estará voltada para produtos mais leves, como o eteno e o propeno, que são insumos básicos da indústria petroquímica. No Brasil, três grandes centrais petroquímicas usam a nafta derivada do petróleo como matéria-prima, e a quarta (Riopol), que recém estreou, parte de frações do gás natural (etano, que corresponde a cerca de 15%, e propano, 12%). Já a futura refinaria petroquímica de Itaboraí partirá do petróleo pesado da Bacia de Campos.



Desde que os bolchevistas assumiram o poder na Rússia, a discussão filosófica sobre se os fins justificam os meios ou se os meios comprometem os fins divide as esquerdas. No pós-guerra, os existencialistas foram uma espécie de consciência crítica nessa questão ao passar a limpo o papel da resistência francesa durante a ocupação nazista. Sartre chegou a escrever em um de seus romances na época que, mesmo por uma boa causa, é possível que todos salam com as mãos sujas quando os fins justificam os meios.

Os existencialistas já foram esquecidos, não há mais bolchevistas no poder, e sem dúvida nos partidos de esquerda há muita gente que não se alinha com a idéia de que os fins justificam os meios. Mas esse pensamento, infelizmente, não foi o que prevaleceu neste governo do presidente Lula, caso contrário o ministro Palocci teria deixado a pasta da Fazenda em outras condições, no lugar de uma safra dantesca.

Com a ascensão de Guido Mantega para o Ministério da Fazenda, os projetos de construção das grandes hidrelétricas do Rio Madeira, em

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar as matérias intituladas “Sem-terra saqueiam comida em PE”, No Pontal do Paranapanema, Rainha comanda dez invasões”, e “Para Tarsó Genro, movimento é ‘social’”, publicadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 18 de abril do corrente.

As matérias destacam que cerca de 300 integrantes do Acampamento Chico Mendes, ligado ao movimento dos Sem-terra (MST), saquearam na manhã de ontem 6 toneladas de macarrão e biscoitos de dois caminhões da empresa pernambucana Vitarella na rodovia BR-408, em São Lourenço da Mata, na região metropolitana do Recife. Além dos saques em Recife, integrantes dos Sem-Terra, invadiram 10 fazendas em

seis municípios do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo.

O ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, não condenou as iniciativas e nem demonstrou preocupação com a possibilidade da as ações se intensificarem, provocando uma onda de violência no campo.

Sr. Presidente, solicito que as matérias acima citadas sejam consideradas parte deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Sem-terra saqueiam comida em PE

MST bloqueia estrada e acampados levam 6 toneladas de macarrão e biscoito; líder diz que foi “ato normal”

Angeles Lacerda

Cerca de 300 integrantes do Acampamento Chico Mendes, ligado ao Movimento dos Sem-Terra (MST), saquearam na manhã de ontem 6 toneladas de macarrão e biscoitos de dois caminhões da empresa pernambucana Vitarella na rodovia BR-408, em São Lourenço da Mata, na região metropolitana do Recife.

Nas primeiras horas para discussões internas do MST, o acampamento adiou a ação para o dia 20, mas, devido à pressão de outros setores do movimento, decidiu agir imediatamente, evitando assim serem tomadas medidas contra os 1500 integrantes que permanecem no acampamento das Carajás no Pará.

Oficial do MST em Pernambuco, Jair Amorim, informou que os ocupantes das estradas e rodovias que levam ao acampamento “Foram feitas

comunicações com a delegacia de São Lourenço, informando que estavam passando por dificuldades financeiras imediatas e não acreditava que o preço está passando forte.

Os saques, ocorridos quando o bloqueio estava sendo liberado, foram feitos por integrantes motoristas do MST, que, segundo o líder, são “os que mais se sacrificaram para garantir a continuidade das paralisações de hoje”. De acordo com a Vitarella, os assaltantes chegaram às 12 toneladas de sem-terra levando impôrto de cargamento do Acampamento Chico Mendes, que fica proximamente ao viaduto Guarapari, na BR-408, por um período de quinze minutos.

Os motoristas prestaram

comunicação à delegacia de São Lourenço e, na tarde posterior, reaver parte da carga. De acordo com a delegacia, o assalto ocorreu no horário das 14h30, quando os ocupantes das estradas e rodovias que levam ao acampamento das Carajás no Pará.

A Policia Militar e a Polícia Rodoviária Federal não se envolveram no incidente, que segue a mesma tradição da imprensa da Vitarella, informou que os cargas só seguem e que os motoristas não sofreram agressão física. Os caminhões foram recolhidos ao centro de armazenamento da empresa.

BLOQUEIOS
Os sete bloqueios tiveram inicio simultaneamente, por volta

das 8 horas, todos em trechos movimentados do Estado.

As interdições provocaram engarrafamentos de até seis horas, que só foram parcialmente desfeitos quando ocorreu na BR-232, nas proximidades de Caruaru, no agreste pernambucano. Por volta do meio-dia, porém, todas as estradas estavam liberadas.

Em homenagem aos mortos de Eldorado dos Carajás, os ocupantes das estradas e rodovias que levam ao acampamento das Carajás no Pará.

No Brasil, na tarde, liderados por Jaime Amorim, os sem-terra plantaram 19 árvores de pau-brasil na Praça da Sede da Companhia Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Desde 5 de março, MST realizou 31 ocupações de terra em todo o país, “ainda que seja só

No Pontal do Paranapanema, Rainha comanda dez invasões

A cada ano será ocupada uma fazenda a mais”, afirma líder do MST

José Maria Tornazela
Fazendeiro

Integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram ontem dez fazendas em seis municípios do Pontal do Paranapanema, extremo oeste do Estado de São Paulo. O movimento mobilizou cerca de mil militantes para as ações, realizadas de forma quase simultânea.

De acordo com o líder José Rainha Júnior, a ação foi um protesto contra a impunidade dos responsáveis pelo massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, ocorrido em 17 de abril de 1996.

Rainha disse que o massa-

to sóbrio e País de Vergonha, “mas o povo vergonhoso e que até agora continua a aparecer, culpado, mas todos estão impunes”. Segundo ele, enquanto a impunidade persistir, 17 de abril será marcado por ocupações no Pontal. “A cada ano será ocupada uma fazenda a mais.”

Foram invadidas ontem as Fazendas São Francisco, Morumbi e Bonanza, em Mirante do Paranapanema; Santa Tereza, em Brumado; Anastácio, São João, em Presidente Vargas; e Fazenda Nossa Senhora das Graças, já foi invadida. “umas 30 vezes” protestou o proprietário, Luiz de Barros Coelho. Desta vez, os sem-terra entraram numa fazenda com 700 bois. Coelho mandou transferir o gado para outro pasto

ante perda de duas vacas e, mesmo dia, encerrou as já quase seis ocupadas anteriormente pelo movimento. Segundo Rainha, a intenção dos militantes é permanecer nessas fazendas, que seriam devolvidas e devem ser destinadas a assentamentos.

INVERNAÇA

A Fazenda Nossa Senhora das Graças já foi invadida. “umas 30 vezes” protestou o proprietário, Luiz de Barros Coelho. Desta vez, os sem-terra entraram numa fazenda com 700 bois. Coelho mandou transferir o gado para outro pasto

com receio de que os invasores abastam armas. Fizeram, às outras vezes, contudo. Ele pretende entrar hoje com um pedido de reintegração de posse no Fórum de Presidente Epitaciolândia.

A líder sem-terra, Dona Irada Alves de Souza, mulher de Rainha, disse que as ações foram coordenadas, mas cada grupo tem sua própria liderança. Segundo ela, as fazendas ocupadas já foram visitadas por uma força-tarefa do Inca, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso. “Gostaram direitinho público como vistoriaram e depois deixaram a gente está com terras devolutas.” ■

Para Tarso Genro, movimento é 'social'

Ministro pede tratamento 'dentro da lei e ordem constitucional' para MST

Luciana Nunes Leal
BRASÍLIA

Ao comentar a onda de ocupações e saques deflagrada ontem pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) em vários pontos do País, o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, não condenou a iniciativa, mas disse que, como todo movimento social, deve ser "tratado dentro da lei". "O MST é um movimento social. Ninguém, nenhum partido, tem controle sobre o MST", afirmou.

O ministro não demonstrou preocupação com a possibili-

de de as ações se intensificarem, provocando uma onda de violência no campo. "O País está com todas as instituições funcionando. Os Poderes Judiciário, Executivo, Legislativo, as estruturas de poder dissidente, policial. Movimento social tenta ser tratado como movimento social. Tratado dentro da lei, da ordem jurídica, da ordem constitucional. Isso faz parte da democracia", declarou o ministro, depois de uma visita à presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie.

Tarso lembrou que os sem-terra divergem do governo na

avaliação sobre "o nível em que se encontra a aplicação da reforma agrária". O ministro disse que fez uma visita apenas "institucional, entre Poderes" e não tratou de temas que preocuham o governo.

Segundo avaliações do governo, apesar das críticas do MST ao governo, o movimento não vai atrapalhar a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição.

RURALISTA

A nova onda de invasões pegou os fazendeiros de surpresa. Muitos não sabiam, até a tarde de ontem, que suas fazendas tinham sido invadidas. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia, disse que a ofensiva foi uma provocação. "O MST está desesperado à procura de cadáveres. Como está impaciente a opinião pública, quer fabricar um mártir."

Não pode ser outro o obje-

vo, segundo ele, da invasão de

Governo avalia que sem-terra não vão atrapalhar campanha de Lula

dez fazendas num único dia na mesma região. "Eles querem o confronto e há tempos estamos alertando as autoridades para o risco de termos no Pontal do Paranapanema outra Eldorado dos Carajás", afirmou, numa referência ao confronto entre a Polícia Militar e os sem-terra, há 10 anos, no Pará.

Nabhan disse que os sem-terra, então, partiram para o confronto com a polícia. "Mas nenhum líder deles foi sequer processado." O ruralista afirmou que a UDR vai pedir à polícia o encadramento dos que lideraram as invasões no Pontal. ■

COLABORARAM TÂNIA MONTEIRO e JOSÉ MARIA TOMAZELA

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, na oportunidade em que comemoramos o quadragésimo sexto aniversário de nossa bela Capital Federal, quero enaltecer Brasília não pelas incontestáveis consequências positivas que sua edificação, no coração do Brasil, trouxe para as regiões adjacentes e para o projeto de interiorizar o desenvolvimento econômico, que era uma aspiração insistente entre nós desde o século XIX, mas pelo que Brasília representa em termos de ideário, em termos de auto-imagem nossa, em termos de inspiração para o avanço do projeto de nação brasileiro, – projeto claudicante, que parece sempre interrompido para ser tomado mais adiante, e mais uma vez, num esforço renovado e teimoso. O espelho ou imagem idealizada em que nos miramos, desde meados do século passado, reflete Brasília em toda sua integridade e esplendor.

Brasília não foi somente o resultado da vontade inquebrantável e indomável de um homem, – seu fundador, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Foi isso também. Mas Brasília foi mais. Foi a prova de que nós existimos, brasileiros, como nação. De que, após sermos moldados ao longo de 450 anos de história colonial ou semicolonial, éramos capazes de nos moldar a nós próprios. De nos soprar de nosso próprio barro. Brasília foi nosso atestado de maioridade.

E que época fantástica, fértil, em que o Brasil mostrava-se aos olhos do mundo em todo seu vigor juvenil, criativo, viril! Como toda sociedade de passado colonial recente, nossa precisão de nos afirmar perante o exterior sempre foi muito grande. É o adolescente que passa a jovem, que se apresenta um dia a uma reunião de adultos e de velhos senhores, e que reivindica perante todos eles seu novo **status** de igual, e que a todos maravilha e surpreende por sua bela e forte constituição, mesclada ainda de uma ingenuidade de noviço que enternece, e faz lembrar que o tempo continua em movimento. Brasília foi nosso rito de passagem.

Sr. Presidente, era a segunda metade dos anos 50. Com pernas tortas, com linhas curvas e funcionais, e com elegantes acordes dissonantes, nossa nação mestiça na pele e na alma vinha dizer a que veio, nada sabendo criar que não fosse constitucionalmente vazado em arte e talento. Parecia uma sina. Esse grande construtor de nossa identidade que foi, e é, o futebol, no Brasil era como nossa capoeira, uma mistura de luta e de dança. Original. Ninguém ainda tinha visto isso ser jogado assim, daquela forma. No encanto que provocou a Bossa Nova, viajava a delicadeza e a sofisticação de nossa cultura de classe média, bebendo e transformando as raízes do canto e do batuque negro dos morros. E que ousadia traçar e erigir no meio do sertão

uma cidade do futuro! Nesse mesmo sertão, poucos anos mais tarde, Corisco ia rodopiar cinco vezes com os braços abertos em cruz até cair morto, abatido por Antônio das Mortes, caçador de cangaceiro.

Brasília foi tudo isso. Ela mesma, e muito mais.

Então, ao examinar o passado, bruscamente interrompido, em 1964, por um mal entendido, – é assim que o vejo, – entre duas pragas que também nos acompanham desde o berço como nação, o populismo e o autoritarismo, eu quero recordar que Brasília foi, antes de tudo, uma aposta no futuro. Não uma aposta nem frívola nem gratuita. Foi uma aposta lastreada no presente, nos braços daqueles que aqui vieram construir.

Então a melhor homenagem que podemos prestar aos 46 anos deste sonho realizado é não desistir de olhar para a frente; mas com os pés firmes, plantados no solo. Na terra vermelha, pardacenta, roxa de

nossa pátria. Sabendo que, para elevar, primeiro há de aplinar o terreno. Mas que os recursos para aplinar e para elevar estão, e sempre estiveram, ao alcance de nossas mãos e de nossa vontade.

“Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”. Foi Fernando Pessoa, ao entoar o gênio português, do qual crescemos e nos libertamos, que assim escreveu.

Deus quis.

Os brasileiros sonharam, e Brasília nasceu.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, 25 de abril de 2006, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA N° 278, de 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 278, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração Nacional, no valor de oitenta milhões de reais para os fins que especifica.

Relator revisor:

Prazo final: 6.6.2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 8, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 279, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 279, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de oitocentos e noventa milhões de reais, para os fins que especifica; dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição Federal; altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

Relator revisor:

Prazo final: 7.6.2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO N° 9, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 280, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 9, de 2006, proveniente da Medida Provisória nº 280, de 2006, que altera a legislação tributária federal, modificando as Leis nºs 11.119, de 25 de maio de 2005, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.964, de 10 de abril de 2000, e 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Relator revisor:

Prazo final: 15.6.2006

4**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 12, DE 2003
(Votação nominal, se não houver emendas)**

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

5**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal* (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

6**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 64, DE 2000**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2000 (nº 1.096/95, na Casa de origem), que *determina a obrigatoriedade de as edificações possuírem sistema de aterramento e instalações elétricas compatíveis com a utilização de condutor-terra de proteção, bem como torna obrigatória a existência de condutor-terra de proteção nos aparelhos elétricos que especifica.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 249 a 251, de 2006, das Comissões
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Batista Motta;
- de Serviços de Infra-Estrutura (em audiência, nos termos do Requerimento nº 711, de 2005), Relator: Senador Valdir Raupp; e
- de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Lúcia Vânia.

7**PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 31, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 2004 (nº 5.211/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispondo sobre parcelamentos de imóveis rurais, destinados à agricultura familiar, promovidos pelo Poder Público.*

Parecer sob nº 995, de 2005, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Osmar Dias, favorável ao Projeto e à Emenda de Redação nº 1-CRA.

8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 87, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2004 (nº 5.918/2001, na Casa de origem), que *dá nova redação ao § 3º do art. 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (torna Estados e Municípios igualmente responsáveis pela matrícula de alunos, oferta de cursos, capacitação de professores e integração dos estabelecimentos escolares no sistema nacional de avaliação de rendimento escolar).

Parecer sob nº 1.644, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Cristovam Buarque, favorável, com Emenda nº 1-CE, de redação, que apresenta.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 65, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005 (nº 841/99, na Casa de origem), que *dispõe sobre a denominação de medicamentos a ser utilizada em prescrições de médicos e odontólogos*.

Parecer sob nº 158, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 89, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2005 (nº 3.195/2004, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com relação a processo seletivo de acesso a cursos superiores de graduação*.

Parecer favorável, sob nº 1.870, de 2005, da Comissão de Educação, Relator Senador Roberto Saturnino.

11

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 138, DE 2002 - COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 138, de 2002 - Complementar, de autoria do Senador Francisco Escórcio, que *autoriza o Poder Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando à redução das desigualdades regionais, por meio de seu desenvolvimento, nos termos do art. 43 da Constituição Federal, e dá outras providências*.

Parecer sob nº 288, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

A SRA. PRESIDENTE (Ideli Salvatti. Bloco/PT – SC) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.)

(OS Nº 12280/06)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 5 DE ABRIL, DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Romeu Tuma, Sras e Srs. Senadores, Santo Agostinho ensina: “Há homens que se agarram à sua opinião não por ser verdadeira, mas simplesmente por ser sua.” Creio que é necessário aprender com Santo Agostinho.

A opinião que temos, hoje, sobre os acontecimentos que nos levaram à CPMI dos Correios e a uma investigação de profundidade que propõe o indiciamento de muitas pessoas com provas documentais e testemunhais, desvendando os mistérios de um complexo esquema de corrupção arquitetado no Governo brasileiro, não é pessoal, Sr. Presidente. É uma opinião coletiva. É o reflexo do que pensa a sociedade brasileira sobre os escândalos de corrupção que, infelizmente, provocaram-lhe enorme frustração e indignação sem precedentes. Portanto, o que defendemos não é resultante de opinião pessoal. Não se trata apenas de convicção pessoal. Trata-se de se refletir sobre aquilo que entende ser verdadeiro o povo do nosso País.

O que é verdadeiro? O mensalão existiu; o valeiródoto se estabeleceu na República a serviço de um esquema de corrupção, consequência da relação promíscua do Poder Executivo com o Poder Legislativo. Esse é o fato. Seria, portanto, um verdadeiro haraquiri passarmos a imagem à população do Brasil de que estamos realizando acordo para a votação de um relatório que atenda a interesses diversos.

Na noite de ontem, a Bancada do PT apresentou um relatório substitutivo. Hoje, há informação de que o está abandonando e apostando num entendimento que possa levar o Deputado Osmar Serraglio a fazer concessões e a mudar o seu relatório. Por essa razão, constituíram o que denominaram de comissão temáti-

ca, para avaliar as propostas de mudança ao relatório do Deputado Osmar Serraglio.

Em primeiro lugar, não tenho conhecimento de que em alguma CPI, na história do Parlamento brasileiro, esse procedimento tenha sido adotado. O que vale, nesta hora – e a CPMI já está reunida para deliberar sobre o relatório -, é o Regimento, que orienta os procedimentos a serem adotados. Cabe, regimentalmente, votar com prioridade o relatório do Deputado Osmar Serraglio. Se aprovado, os votos em separado estarão prejudicados; se rejeitado, os votos em separado serão alvo de deliberação, pela ordem de protocolo. Isso estabelece o Regimento e isso devemos fazer. Dessa forma devemos proceder.

Vejo nessa tentativa de se organizar uma comissão temática o desejo de se pressionar o Relator para que ceda e faça concessões em questões fundamentais. Felizmente, acreditamos no Deputado Osmar Serraglio. Conversamos há pouco e ele assegurou que não fará nenhum tipo de concessão. Alterações no seu relatório, só para melhorá-lo. Para reduzir a força da investigação realizada, jamais; para transformar mensalão em caixa dois, jamais; para dizer que Marcos Valério é tão sedutor que seduziu o PT, jamais. O relatório vai retratar a realidade dos fatos resultantes de uma investigação de profundidade.

Não queremos, Sr. Presidente, que fique essa impressão de que estamos realizando um conchavo para acertar os termos do relatório final, até porque não tenho dúvida de que haverá um encontro com o julgamento da História mais cedo ou mais tarde. E será mais cedo do que muitos esperam, porque o Ministério Público, por intermédio do Procurador Antônio Fernando, dentro de algum tempo, quem sabe já no próximo mês de maio, iniciará os procedimentos com ações penais, atingindo muitos daqueles que estão indiciados na CPMI dos Correios. Independentemente desse relatório, que temos o dever de aprovar, o Ministério Público está trabalhando. O Supremo Tribunal Federal já está de posse do inquérito sobre o mensalão e o Procurador-Geral da República, que não é um engavetador, ao contrário, agilizará os procedimentos e as ações penais serão instauradas em breve, independentemente, repito, do relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Para concluir, Sr. Presidente, volto a Santo Agostinho, que disse: “Com a impiedade morre a alma; com a corrupção morre o corpo.”

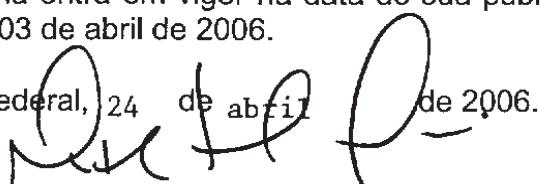
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 093 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320; da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, RESOLVE:

I – Reconduzir, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 66, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de implementar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no banco de dados do histórico funcional e pagamento da Secretaria Especial de Editoração e Publicações e implementar a migração desses dados para o novo sistema de recursos humanos.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 03 de abril de 2006.

Senado Federal, 24 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 094 , DE 2006

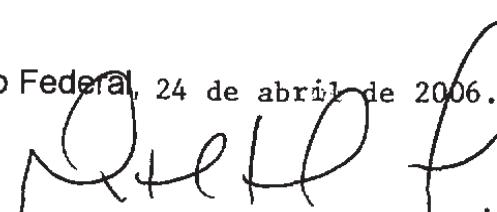
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

R E S O L V E:

I - Prorrogar por 90 (noventa) dias o prazo para a conclusão dos trabalhos de que trata a Comissão Especial, de que trata a Portaria nº 021, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal.

II – Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de 26 de abril de 2006.

Senado Federal, 24 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 095 , DE 2006

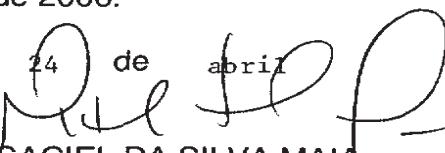
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares conferidas pelo artigo 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

CONSIDERANDO a necessidade de complementação dos trabalhos voltados para a regulamentação e credenciamento da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS - junto ao Ministério da Educação para a certificação de seus Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Comissão Especial, instituída pela Portaria nº 150, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de apresentar proposta de nova estrutura funcional para a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), pelo prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de abril de 2006.

Senado Federal, 24 de abril de 2006.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 724 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE

designar o servidor **FRANCISCO ALVES FERREIRA**, matrícula nº **11293**, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 03 de abril de 2006.

Senado Federal, 24 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 725, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2002,

R E S O L V E declarar vago, a partir de 08 de abril de 2006, o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, da Comissão de Assuntos Econômicos, ocupado por **JOSÉ LEONARDO REIS**, matrícula 172665, em virtude do disposto no art. 33, inciso IX, da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 24 de abril de 2006.



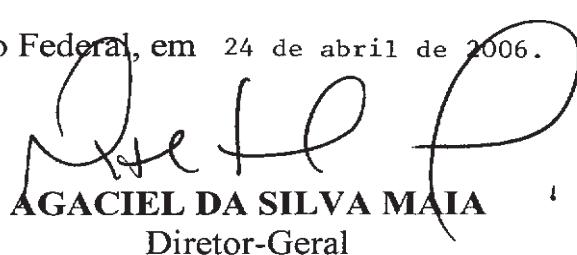
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 726 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo nº **006041/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **MANOEL ROBERTO BEZERRA DA ROCHA**, matrícula nº 158607, de Secretário Parlamentar para o de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Luiz Pontes.

Senado Federal, em 24 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 727 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **006041/06-0**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **EVELYNE MARIA DE ANDRADE CECCHI**, matrícula n.º 151029, de Assessor Técnico para o de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Luiz Pontes.

Senado Federal, em 24 de abril de 2006.

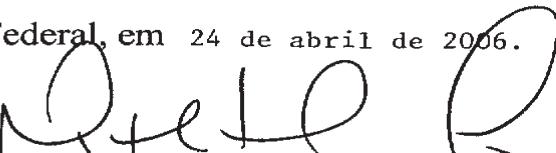

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 728 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **006089/06-2**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROBERTO EDUARDO VENTURA GIFFONI**, matrícula n.º 189264, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete do Senador Paulo Octávio, a partir de 19 de abril de 2006.

Senado Federal, em 24 de abril de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52^a LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães **
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PRB – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza *
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney **

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros *
PFL – Jonas Pinheiro **
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Mandados

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Luiz Pontes*
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna *
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão **

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa **

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen *
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan **

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB - Teotonio Vilela Filho **

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves *
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias *
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque **
PFL – Paulo Octávio **

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro **
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney *
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
 Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
 E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão - PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Gomes – PSB⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotonio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA**(5 titulares e 5 suplentes)****Presidente: Senador Paulo Paim - PT****Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR⁽²⁾****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago)⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldis Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT (vago)	1. Sibá Machado – PT 2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL (vago) ⁽³⁾	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilhou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilhou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL

Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL (vago) ⁽⁶⁾	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
José Agripino – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. (vago)
Juvêncio da Fonseca – PSDB	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
 Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
 E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfiliou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfiliou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcídia Ramos Calhao
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
 E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB,⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
 Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
 Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
 E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
 Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
 Telefone: 3311-3506 Fax:
 E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1^a Eleição Geral: 19.04.1995	4^a Eleição Geral: 13.03.2003
2^a Eleição Geral: 30.06.1999	5^a Eleição Geral: 23.11.2005
3^a Eleição Geral: 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza¹
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotonio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. Gilvam Borges ²	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. Serys Slhessarenko ² (PT)	MT	2291
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 18.4.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Sigmarinha Seixas (PT-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULAR(E)	SUPLENTE(S)
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)
Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)
--------	-----------

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)
-----------------------------------	-----------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCISIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÉA (PL/RS)
------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



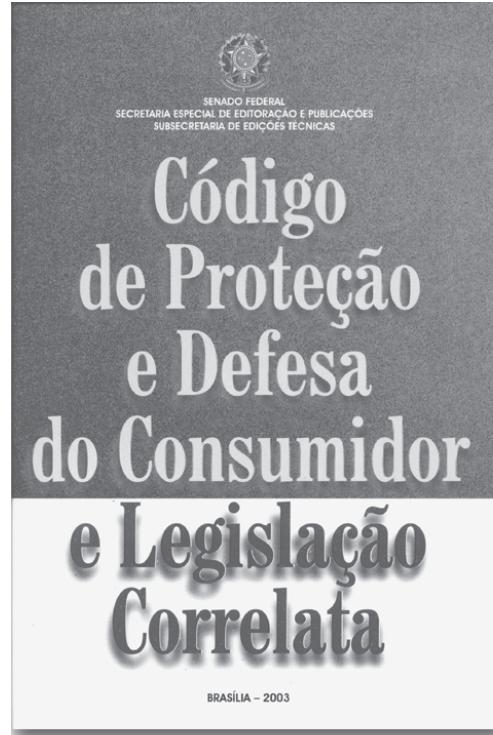
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Contém índice temático remissivo.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 162 PÁGINAS